

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

VICTÓRIA LOPES FELIX

**PERCEPÇÃO DE EDITORES BRASILEIROS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
SOBRE CRITÉRIOS QUALIS PERIÓDICOS**

**JOÃO PESSOA
2021**

VICTÓRIA LOPES FELIX

**PERCEPÇÃO DE EDITORES BRASILEIROS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
SOBRE CRITÉRIOS QUALIS PERIÓDICOS**

Dissertação apresentada ao Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade Federal da
Paraíba (PPGCI/UFPB), como requisito para
obtenção de grau de Mestra em Ciência da
Informação.

Área de Concentração: Linha 03 - Ética, Gestão e
Políticas de Informação.

Orientadora: Dra. Marynice de Medeiros Matos
Autran

JOÃO PESSOA
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F316p Felix, Victória Lopes.

Percepção de editores brasileiros da Ciência da
Informação sobre critérios Qualis Periódicos / Victória
Lopes Felix. - João Pessoa, 2021.
155 f. : il.

Orientação: Marynice de Medeiros Matos Autran.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Comunicação científica. 2. Periódico científico. 3.
Editor científico. 4. Qualis periódico. I. Autran,
Marynice de Medeiros Matos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 001.92(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 260

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da Mestranda **VICTÓRIA LOPES FELIX** como requisito para obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um (25/06/2021), às dez horas (com término às 12h:20m), na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de PósGraduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Mestra em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a mestranda **VICTÓRIA LOPES FELIX**. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e a Portaria N° 323/GR/REITORIA/UFPB, de 16 de outubro de 2020, a videoconferência da defesa ocorreu com acesso por meio do link: meet.google.com/ebw-cfvv-pvp. A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran - PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora); Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia PPGCI/UFPB (Examinadora Interna); Dra. Leilah Santiago Bufrem - UFPR (Examinadora Externa); Dra. Edna Gomes Pinheiro - PPGCI/UFPB (Suplente Interna) e Dra. Monica Marques Carvalho Gallotti - UFRN (Suplente Externa). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran, presidenta da banca examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à candidata para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulada: **PERCEPÇÃO DOS EDITORES BRASILEIROS SOBRE OS CRITÉRIOS QUALIS PERIÓDICOS: contribuições na área da Ciência da Informação**. Após a apresentação, a candidata foi arguida na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran, presidenta da banca examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Profa. Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran, presidenta da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da DISSERTAÇÃO e da defesa de dissertação da doutoranda, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 25 de junho de 2021.

DocuSigned by:
Marynice Autran
28E8118F1851425...

Prof. Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran
Presidenta da Banca/Orientadora – PPGCI/UFPB

Dedico esse trabalho ao meu amor Khayo Gonçalves de Araújo, minha Mãe, Irmão, Pai José Felix e Pai José Sales que tanto me apoiam e incentivam nessa jornada, que está apenas no início.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força neste caminho para completar mais esta etapa da minha vida. Sem acreditar e sem ter fé, eu não chegaria a lugar algum. Agradeço a algumas pessoas sem as quais não teria chegado até o final desta etapa, começando pelo meu namorado Khayo Gonçalves por todo amor, incentivo e confiança na minha capacidade. Um agradecimento especial a minha mãe, Maria Helena Lopes, meu irmão David Mario e ao meu pai José Felix da Costa e ao meu padrasto Francisco José Sales pela compreensão e pelo apoio.

Um agradecimento especial a minha orientadora, Profa. Dra. Marynice de Medeiros Matos Autran, pela dedicação, pela liberdade no desenvolvimento da pesquisa e colocações sempre pertinentes. Pela força que me deste nessa pandemia com orientação via app de mensagens e redes sociais.

A minha prima e comadre Paulicera Ribeiro, demais familiares e amigos (Renata Marques, Arysa Cabral, Francisco Vitorino, Gisele Santos, Romaro Rodrigues, Ivan Lima) por toda paciência comigo, compreendendo a minha ausência por estar ocupada com as disciplinas do curso, estágio docência, no primeiro ano do mestrado, e pela forma que me deram desse momento catastrófico que estamos vivendo com essa pandemia e esse desgoverno.

Agradeço de coração ao carinho e descontração que ficou por conta das minhas sobrinhas, Malena, minha pequena do mundo um lugar melhor e quando vem visitar a Titia faz com que eu esqueça os problemas e a Minha pequena Mariana, que com um mês de vida já é o meu xodozinho, Titia espera ansiosa tudo isso passar para pegá-la no colo e encher de cheiro.

Agradeço profundamente ao meu amigo Emerson Carlos por ter enfrentado essa caminhada comigo, com muita dedicação e café. Obrigada por toda atenção e força nos momentos difíceis e conversas para distrair a mente.

Agradeço a todos os membros da minha turma, alunos exemplares, fico muito feliz de fazer parte dela, composta por seres belíssimos interno em especial meu amigo citado acima e Jordana Kelly, Anna Raquel, Cilene Almeida, André Madeiro, Ludimila Cardoso Felipe Arthur, Pedro Felipy e Cristina Felix.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para o meu crescimento tanto intelectual e pessoal, em especial a minha supervisora de estágio docência Profa. Dra. Alzira Carla que me ensinou muito nesse período com muita competência, hombridade e carinho.

Gratidão a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, mesmo que de forma virtual, me ajudando cada um à sua maneira, principalmente nesse último ano, pois só quem estava próximo soube o quanto foi difícil, mas ainda assim me deram força, sempre acreditando que eu conseguiria vencer essa etapa.

A informação é a seiva da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação a pesquisa seria inútil e não haveria conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e sobretudo, se circula livremente.

Le Coadic (2004, p. 26).

RESUMO

Apresenta concepções históricas e conceituais acerca da comunicação científica com foco nos periódicos científicos desde o seu surgimento, até os periódicos brasileiros na área da área Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Retrata a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sua relevância no desenvolvimento e consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil. Aborda o surgimento do Qualis Periódico, os critérios e parâmetros de atribuição utilizados a partir de 1998, as avaliações na área de Comunicação e Informação, para além dos critérios propostos para a avaliação 2017-2020. A pesquisa se caracteriza como descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa e qualitativa de análise de conteúdo. Como questão problema da investigação perguntamos: Qual a ótica dos editores dos periódicos da área da Ciência da Informação, sobre os critérios de avaliação Qualis-periódicos? A partir do que determinamos o seguinte objetivo geral: Analisar os critérios de avaliação do Qualis Periódicos sob a ótica dos editores da área da Ciência da Informação. Este objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: Mapear os periódicos brasileiros da área da Ciência da Informação; Caracterizar os editores desses periódicos; Conhecer a percepção dos editores acerca dos critérios e parâmetros do Qualis Periódicos. Para conhecer a opinião dos editores aplicou-se um questionário composto por perguntas abertas e fechadas. Do total de 46 questionários aplicados, obtivemos uma taxa de resposta de 67,4%. Conclui-se que os editores apresentam visão polarizada: parte se diz favorável às mudanças do Qualis Periódico, outros se mostram insatisfeitos com as exigências de critérios como internacionalização, indexação em bases de dados estrangeiras, obrigatoriedade de membros estrangeiros na comissão editorial e artigos com autoria internacional.

Palavras-chaves: Periódico científico. Editor Científico. Qualis periódico. Comunicação Científica.

ABSTRACT

Presents historical and concepts about scholarly communication, with a focus on scientific journals from its birth, to the Brazilian journals in the area of Librarianship and Information Science. Highlights the Coordination for the Improvement of Higher Level Personnel (CAPES) and its relevance in the development and consolidation of postgraduate programs in Brazil. It addresses the emergence of Qualis Journals, the criteria and benchmarks used from 1998 onwards, the assessments in the field of Communication and Information, in addition to the proposed criteria for the 2017-2020 evaluation. Research is characterized as descriptive, bibliographic, and documentary, with a quantitative and qualitative approach, as well as content analysis. As a question of the research problem, we ask, what is the view of the editors of the journals in the area of Information Science, about the Qualis-journals evaluation criteria? From that question, we set the following general objective: Analyze the Qualis Journals criteria from the viewpoint of editors in the area of Information Science. This goal has evolved into the following specific objectives: to map out the Brazilian Journals in the area of Information Science; Characterize these editors; Understand editor's perception of Qualis Journals criteria and parameters. In order to find out the views of the publishers, a questionnaire was applied consisting of open and closed questions. Out of the 46 total questionnaires applied, we obtained a 67.4% response rate from publishers. It concludes that editors display polarized vision: some say they favor the changes to Qualis Journals, others are dissatisfied with the requirements of criteria such as internationalization, indexing in foreign databases, the obligation of foreign members on the editorial committee and articles with international authorship.

Keywords: Scientific Journal. Scientific Editor. Qualis Periodico. Scholarly Communication.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modo tradicional e contemporâneo de produção do conhecimento.....	26
Quadro 2	Distinções Básicas Entre os Canais Formais e Informais de Comunicação	30
Quadro 3	Primeiros periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação	40
Quadro 4	As principais Leis Bibliométricas	50
Quadro 5	Principais pontos DORA (2012), Hicks et al. (2015), Adler, Ewing e Taylor (2009)	55
Quadro 6	Ferramentas para editoração eletrônica de revistas	65
Quadro 7	Expansão do OJS no período 1990 a 2018	66
Quadro 8	Programas de Pós-graduação da área de Comunicação e Informação	80
Quadro 9	Critérios Qualis Avaliação Trienal (2001 – 2003)	83
Quadro 10	Critérios Qualis Avaliação Trienal (2007-2009)	85
Quadro 11	Critérios Qualis Avaliação Trienal (2010-2012)	86
Quadro 12	Critérios Qualis Avaliação Quatrienal (2013-2016)	90
Quadro 13	Critérios de avaliação do Qualis referente ao período 2007 a 2016	93
Quadro 14	Lista de Periódicos Nacionais de Ciência da Informação	107
Quadro 15	A relação entre o grau acadêmico e a idades dos editores da CI	121
Quadro 16	Respostas da 1ª questão da seção 2 do questionário	123
Quadro 17	Respostas à questão 2 da seção 2 do questionário	125
Quadro 18	Respostas à questão 3 da seção 2 do questionário	127
Quadro 19	Respostas à questão 4 da seção 2 do questionário.....	129
Quadro 20	Respostas à questão 5 da seção 2 do questionário	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo do processo de comunicação científica de Garvey e Griffith adaptado	32
Figura 2	Modelo do sistema da Comunicação Científica para 2020	33
Figura 3	O modelo UNISIST revisado que integra recursos impressos e da Internet	34
Figura 4	A comunicação científica no mundo digital	36
Figura 5	Capa do <i>Le Jornal Des Sçavans</i>	37
Figura 6	Capa <i>Philosophical Transactions</i>	38
Figura 7	Leis Bibliometricas	49
Figura 8	Cálculo do FI	53
Figura 9	Cálculo do índice h	54
Figura 10	Organograma do processo de editoração do período científico	61
Figura 11	Locais que utilizam a ferramenta OJS (1990-2018)	68
Figura 12	Processo editorial do OJS	69
Figura 13	Regras CTC de distribuição em estratos e pontuação por estrato	89
Figura 14	Avaliação parcial Qualis periódico	98

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1	Crescimento dos periódicos nacionais da Ciência da Informação por década	112
Gráfico 2	Periódicos por região brasileira	113
Gráfico 3	Vínculo Institucional dos Periódicos nacionais da Ciência da Informação	114
Gráfico 4	Qualis periódico (2013-2016)	115
Gráfico 5	Indexação dos periódicos nacionais da Ciência da Informação nas Base de dados Qualis (2017-2020)	116
Gráfico 6	Sexo biológico dos Editores da Ciência da Informação	118
Gráfico 7	Região na qual o editor atua	119
Gráfico 8	Idade	119
Gráfico 9	Grau Acadêmico	120
Gráfico 10	Anos de experiência como editores científicos na CI	121
Gráfico 11	Editores e seus outros cargos	122
Tabela 1	Pesos das fichas de Avaliação dos programas de pós-graduação na área de Comunicação e Informação	77
Tabela 2	Periódicos por Estrato (2010-2012)	89

LISTA DE SIGLAS

AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
ABDF	Associação de Bibliotecários do Distrito Federal
ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ACB	Associação Catarinense de Bibliotecários
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BOIA	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
BRAPCI	Base de dados em Ciência da Informação
C&T	Científicas e Tecnológicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CLACSO	<i>Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe</i>
CLASE	<i>Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades</i>
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPG	Conselho Nacional de Pós-Graduação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
COPE	<i>Committee on Publication Ethics</i>
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DAU	Departamento de Assuntos Universitários
DP	Doutorado Profissional

DPubS	<i>Digital Publishing System</i>
DO	Doutorado Acadêmico
DOAJ	Diretório de Revistas de Acesso Aberto
DOI	<i>Digital Object Identifier</i>
eLib	<i>Electronic Libraires Programme</i>
EREBD	Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação
ESPERE	<i>Electronic Submission and Peer Review</i>
FEBAB	Federação Brasileira das Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FI	Fator de Impacto
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GPNTI	Grupo de Pesquisa Novas Tecnologias em Informação
HFCE	<i>Higher Education Founding Council for England</i>
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
INFOBILA	<i>Información Bibliotecológica Latinoamericana</i>
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
JCR	<i>Journal of Citation Reports</i>
LAPTOC	<i>Latin American Periodicals Tables of Contents</i>
LATINDEX	<i>Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal</i>

LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LTI	Laboratório de Tecnologias Intelectuais
ME	Mestrado Acadêmico
MP	Mestrado Profissional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
OA	<i>Open Access</i>
PgU	Programa Universitário
PKP	<i>Public Knowledge Project</i>
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
RACIn	Revista Analisando Em Ciência Da Informação
RBBD	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
REDALYC	Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
SBE	Serviço de Bolsas de Estudo
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SOPS	<i>SciX Open Publishing Services</i>
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISIST	Nações Unidas de Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	QUESTÃO PROBLEMA	20
1.2	OBJETIVOS	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVA	21
1.4	ESQUEMA DA PESQUISA	22
2	A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	24
2.1	MARCOS HISTÓRICOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA	28
2.2	MODELOS DO SISTEMA CIENTÍFICO DE CIENTÍFICA	30
3	O PERIÓDICO CIENTÍFICO: DA EUROPA AO BRASIL	37
3.1	GÊNESE DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS	39
3.2	PERIÓDICOS BRASILEIROS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	40
3.3	O PERIÓDICO CIENTÍFICO ELETRÔNICO E O ADVENTO DO ACESSO ABERTO	42
4	MÉTRICAS E O ÍNDICE/ALCANCE DE CITAÇÕES	48
4.1	LEIS DE MENSURAÇÃO DA CIÊNCIA	49
4.2	AS MÉTRICAS ADOTADAS PELAS BASES DE DADOS SCOPUS, WoS E GOOGLE SCHOLAR	51
5	A EDITORAÇÃO E O EDITOR CIENTÍFICO	59
5.1	O EDITOR DE PERIÓDICO CIENTÍFICO	60
5.2	OPEN JOURNAL SYSTEM (OJS)	64

6	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)	71
6.1	A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO	75
6.2	A AVALIAÇÃO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	79
6.2.1	O Qualis periódicos na área de Comunicação e Informação	81
7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	100
7.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	101
7.2	LÓCUS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	102
8	RESULTADOS	106
8.1	MAPEAMENTO DOS PERIÓDICOS DA ÁREA DA CI	106
8.2	PERFIL DEMOGRÁFICO, ACADÊMICO E PROFISSIONAL DOS EDITORES	117
8.3	A ÓPTICA DOS EDITORES SOBRE O QUALIS PERIÓDICOS	122
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE	151

1 INTRODUÇÃO

Como processo social, a comunicação é primordial para a construção de uma sociedade igualitária em termos culturais, sociais, políticos e científicos. Na ciência, especificamente na área de comunicação científica, é parte integrante deste processo, pois é a partir da publicação e de sua divulgação é que se torna possível conhecer as teorias, as metodologias e os resultados das práticas científicas postas para serem julgadas, aprovadas ou refutadas pelos pares. Destaca-se, assim, o significado e o mérito da Comunicação Científica, como canal para certificação e legitimidade da pesquisa científica.

Quanto à composição da comunicação científica e sua comunidade, Kneller (1980, p. 182) afirma que:

A comunicação [científica] é coordenada por instituições tais como as sociedades de especialistas e colégios invisíveis. Por meio dessas instituições e canais, e do mecanismo de recompensa que opera através deles, a comunidade científica procura atingir certos objetivos que contribuem para o propósito geral de ampliar o conhecimento da natureza. Esses objetivos consistem em manter os padrões de pesquisa, harmonizar os interesses do cientista individual e da empresa científica, promover a competição e cooperação, e estimular a inovação.

No Brasil, a produção e a comunicação científica “[...] resultam de pesquisa e desenvolvimento (P&D) conduzida em universidades com financiamento público (CROSS; THOMSON, SINCLAIR, 2017, p. 8). Nessas universidades estão situados os Programas de Pós-graduação, que trabalham na perspectiva de ampliar a criação de novos conhecimentos, gerar novas descobertas científicas e tecnológicas para gerar inovação. Assim, a forma de ampliar o acesso a essas descobertas se efetiva por meio dos canais formais e informais de comunicação científica. Dentre estes podemos citar: livros, jornais, comunicações em eventos, periódicos, palestras, rádio, TV etc. Nesse contexto, destaca-se o periódico científico¹, considerado um marco para a ciência. Destaca-se, desde o seu surgimento na Europa, pela ideia de produzir um meio de comunicação para compartilhar pesquisas avaliadas pelos pares e com publicação periódica, para além de ser mais ágil para comunicar a ciência.

Considerado por diversos autores como o veículo de maior relevância no âmbito da comunicação científica, Santos (2010) aponta as principais funções do periódico sob a ótica de autores como Merton (1979), Mueller (1999), Miranda e Pereira (1996), Cunha (1997), Castro

¹ Para Stumpf (1998, p. 3) “O uso dos termos “periódicos científicos” ou “revistas científicas” é diferenciado pelo tipo de profissionais que os utilizam. Os bibliotecários preferem a denominação “periódicos científicos”, utilizando esta forma de expressão como termo técnico. Já os pesquisadores, cientistas, professores e estudantes preferem a denominação “revistas científicas”. “Nesta pesquisa, será adotado a denominação periódico científico/ periódico.

(2005): preservação da memória do conhecimento científico; estabelecimento da prioridade intelectual; estabelecimento da ciência “certificada”; função social; função educacional; canal de comunicação e de divulgação mais ampla da ciência.

Dessa forma, o periódico científico vem se consolidando como o canal formal de comunicação científica de maior representatividade para a ciência, pelo seu alcance, compilação de conteúdo e aceitação da produção pela avaliação dos pares e meio de certificação de confiabilidade perante a comunidade científica.

Nessa perspectiva se enquadram nos padrões de reconhecimento nacional e internacional, por meio do indicativo de qualidade. A qualidade da produção intelectual de uma área é primordial para a sua consolidação. Ao se levar em consideração essa afirmativa, alguns métodos para mensurar a qualidade dos periódicos científicos começam a surgir com a finalidade de medir a produção dos autores, o alcance dos periódicos, as temáticas mais produzidas etc.

A adoção de critérios de qualificação dos periódicos científicos no Brasil ocorre por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para este fim, a CAPES criou o Qualis periódicos, por meio de Grupos de Trabalho e Coordenadores de Área, que constroem instrumentos representados por um conjunto de critérios e padrões a serem seguidos e aplicados para atribuição de estratos de qualidade. A atribuição de estratos teve início em 1998 e desde então, passou por diversas mudanças quanto a sua estrutura, critérios e parâmetros.

Esta pesquisa apresenta e analisa a opinião dos editores dos periódicos da área da Ciência da Informação (CI), sobre os critérios adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, para avaliar os títulos de periódicos de acordo com o que preconiza o Qualis Periódicos.

Os editores científicos são os profissionais responsáveis pela gestão dos periódicos e uma de suas competências está a de adequação aos critérios de qualificação dos periódicos científicos.

Yamamoto (2002, n.p.), ao se referir ao conhecimento dos editores sobre as responsabilidades editoriais, afirma que esses profissionais:

[...] são pesquisadores que passam a se envolver na atividade de editoração como uma atividade paralela, muitas vezes, por circunstâncias fortuitas, sem reunir, de início, as condições/conhecimentos que seriam desejáveis para assumir tal responsabilidade.

É necessário conhecer quem são esses profissionais, sua experiência, sua formação, qual a perspectiva destes editores sobre esse processo de avaliação, para compreender o que essas mudanças na avaliação afetam na Comunicação científica da área de Ciência da Informação.

1.1 QUESTÃO PROBLEMA

Como um dos instrumentos do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação, e por se tratar de um canal de comunicação formal da maior relevância no processo de difusão do conhecimento, o periódico científico é abordado nesta pesquisa, na perspectiva do seu responsável, o editor científico.

O editor do periódico é o responsável pela gestão administrativa e científica deste canal de comunicação. É de sua responsabilidade por exemplo, a seleção dos membros do corpo editorial e do conselho consultivo, dos avaliadores, a indexação em bases de dados, a avaliação das políticas editoriais, a escolha e atualização dos sistemas e *software* de editoração, o fluxo editorial, o conhecimento sobre os critérios e parâmetros do Qualis Periódicos, dentre outras atividades.

Considerando as competências e habilidades dos editores, a importância dessa função e o papel que o editor exerce, esta pesquisa tem como pergunta de investigação:

Qual a ótica dos editores científicos, da área de Ciência da Informação, sobre os critérios de avaliação, Qualis-periódicos?

1.2 OBJETIVOS

Partindo da questão de pesquisa, determinamos os seguintes objetivos geral e específicos para esta pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os critérios de avaliação do Qualis Periódicos sob a ótica dos editores da área da Ciência da Informação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) mapear os periódicos brasileiros da área da Ciência da Informação;
- b) caracterizar os editores desses periódicos;

- c) conhecer a percepção dos editores acerca dos critérios e parâmetros do Qualis periódicos.

1.3 JUSTIFICATIVA

O progresso da sociedade situa-se paralelamente ao progresso da ciência. Os editores científicos como responsáveis por um dos meios de comunicação formal da ciência buscam reconhecimento e qualidade aos seus periódicos.

A opção por estudar os critérios e os parâmetros de qualificação dos periódicos científicos da CI se embasa em aspecto de cunho acadêmico, tendo em vista o fato desta pesquisadora buscar trazer contribuições para sua área de formação, que estejam em consonância com a Ciência da Informação, bem como contribuir para se ampliar a reflexão sobre a temática.

Salienta-se que há, por parte da autora, familiaridade com o tema em questão, tendo em vista ter sido este o enfoque da monografia de conclusão da graduação, bem como de comunicações apresentadas em eventos como o XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD) e o XXI Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação (EREBD), além da publicação de um artigo na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD), os quais abordaram estudos com este cunho teórico-conceitual.

A área de Comunicação e Informação, que também pode ser conhecida como área 31, é composta pelas áreas básicas de Museologia, Comunicação e Ciência da Informação, sendo constituída pelas subáreas em: Teoria da Informação; Teoria Geral Da Informação; Processos da Comunicação; Representação da Informação; Biblioteconomia; Teoria da Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação de Informação; Processos de Disseminação Da Informação; Arquivologia; Organização de Arquivos; Teoria da Comunicação; Jornalismo; Editoração; Teoria e Ética do Jornalismo; Organização Editorial de Jornais; Organização Comercial de Jornais; Jornalismo Especializado (Comunitário, Rural, Emp. Cientif.); Rádio e Televisão; Radiodifusão; Vide difusã; Relações Públicas e Propaganda; Comunicação Visual; Programação Visual; Desenho de Produto.

É inegável a relevância do periódico, mas para além de efetivar a função de meio de comunicação, o periódico deve ser um instrumento de qualidade, e para alcançar esse status na comunidade científica é primordial a adequação a critérios, os quais têm como objetivo categorizá-los de acordo com o desempenho e credibilidade, sendo os editores científicos os

responsáveis por essa adequação. Dessa forma, a comunicação científica de uma área do conhecimento é uma das bases para seu crescimento e consolidação.

1.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Em termos estruturais, esta pesquisa é composta pela seção introdutória, com o encadeamento inicial do contexto da pesquisa, assim como a problemática referente ao tema, sua justificativa, objetivo geral e objetivos específicos.

Seção 2 – Difunde a comunicação científica relacionando-a à evolução da sociedade e da ciência, apresentando seu contexto histórico e ressaltando alguns marcos como os gregos e a prensa de Gutenberg (1397-1468), além de evidenciar os canais e os modelos de comunicação científica.

Seção 3 – Aborda a importância do periódico para a comunicação científica. Expõe o periódico como o meio principal deste tipo de comunicação, aborda o surgimento dos primeiros periódicos científicos que tiveram como berço a Europa em meio as Sociedades e Academias científicas, os primeiros periódicos científicos brasileiros e os primeiros periódicos da Ciência da Informação. Discorre sobre os suportes analógicos e digitais para além do acesso aberto.

Seção 4 – Apresenta o histórico das métricas e índices de citação e seus precursores. Retrata a Bibliometria com ênfase em suas leis bibliométricas, de Lotka (1926), de Bradford (1934) e de Zipf (1949). Conceitua base de dados apresentando a sua importância perante o cenário da comunicação científica, destaca as bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, que criaram os seus cálculos matemáticos para medir as citações e são destaque no âmbito da comunidade científica.

Seção 5 – Retrata o processo de consolidação da editoração e como tal processo é um marco para a evolução da ciência. Apresenta o editor científico como o profissional principal no processo de gestão do periódico científico, que vai além de publicar um fascículo. Apresenta o organograma destacando os cargos que devem compor o processo administrativo, políticos, humano e operacional de um periódico científico. Em suma, evidencia o sistema de editoração de periódicos, *Open Journal System*, sua trajetória ao chegar e ser traduzido no Brasil, seu sistema e o crescimento internacional.

Seção 6 – Trata do histórico da CAPES, o surgimento da avaliação dos programas de pós-graduação e a construção da ficha de avaliação. Apresenta os princípios da avaliação da

área Comunicação e Informação e os critérios e parâmetros da ficha de avaliação desde o seu primeiro ano de avaliação, 1998, até a nova proposta para 2024.

Seção 7 - Percurso metodológico, no qual são indicados os procedimentos lógicos que foram seguidos no processo desta investigação, os quais possibilitaram alcançar os resultados, respondendo à questão problema da pesquisa. Encontram-se também nesta seção os métodos, a abordagem e tipo de estudo, bem como a caracterização dos sujeitos da pesquisa, do instrumento de coleta e da análise de dados.

Seção 8 – Analisa os resultados alcançados, expondo os periódicos científicos nacionais da área de Ciência da Informação, apresenta o perfil acadêmico e profissional dos editores, bem como sua óptica acerca dos critérios e parâmetros utilizados pela CAPES para avaliação dos periódicos científicos.

Seção 9 - Considerações finais – aborda as discussões sobre os resultados alcançados no decorrer da pesquisa ressaltando os pontos primordiais e finalizando o documento com o quadro de referências.

2 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

O desenvolvimento científico está associado ao progresso da sociedade. As descobertas nas áreas Científicas, Tecnológicas e de Inovação (C&T) proporcionam evolução em todos os domínios, a exemplo da produção de medicamentos, a melhoria no avanço no sistema de transportes, nas atividades domésticas, na produção industrial, o aprimoramento das tecnologias da comunicação e informação dentre outros aspectos. Esses avanços ocorrem em um processo ininterrupto por meio de investigações, que em geral culminam em melhorias para o cotidiano da sociedade. Dessa forma, é função da C&T criar perspectivas de progresso em prol da humanidade.

Importante ressaltar que a construção da ciência exige compartilhamento de informações, de ideias, de comunicação entre os membros que compõem a comunidade científica. A comunicação é um ato intrínseco ao indivíduo, mas a depender da comunidade a qual pertence, ela irá adquirir particularidades inerentes à sua comunidade (TARGINO, 2000).

Para compreender o processo de consolidação da ciência é preciso conhecer o seu contexto e Kneller (1980) trata da relação da ciência dentro do movimento histórico da civilização afirmando que:

A ciência é intrinsecamente histórica. Não só o conhecimento científico, mas também as técnicas pelas quais ele é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apoiam, tudo isso muda em resposta a desenvolvimentos nelas e no mundo social e cultural a que pertencem. Se quisermos entender o que a ciência realmente é, devemos considerá-la em primeiro lugar e acima de tudo como uma sucessão de movimentos dentro do movimento histórico mais amplo da própria civilização (KNELLER, 1980, p. 13).

Entre os cientistas que dedicaram suas pesquisas à epistemologia da ciência está Kuhn (2006), que explica a ciência em uma perspectiva de revolução, pautada em paradigmas. Na obra ‘A Estrutura das Revoluções Científicas’ expõe cinco fases de construção da ciência:

- a) **Pré-paradigma:** período que marca o início da construção dos preceitos da ciência, identificando os fenômenos a serem estudados, os princípios teóricos basilares, métodos, disciplinas;
- b) **Paradigma:** representa a fase em que a ciência adquire reconhecimento como tal, contribuindo na solução dos problemas inerentes a ela; suas teorias, métodos e disciplinas se tornam hegemônicos na comunidade;

- c) **Ciência Normal:** apresenta o estado de calma teórica, o paradigma é aceito universalmente. Kuhn (2006, p. 55) também a identifica como “paradigma em atividade”;
- d) **Crise:** instaurada por uma anomalia que põe em vulnerabilidade a representatividade do paradigma perante a ciência, questionando o paradigma que regula a ciência normal;
- e) **Revolução Científica:** quando o paradigma vigente não satisfaz as perspectivas, e é preciso ser substituído, e um novo paradigma começa a ser construído para ser consolidado e disseminado.

É perceptível que as fases que compõem a construção da ciência estão diretamente relacionadas com a comunicação científica, levando em consideração que a construção, disseminação para aceitação, identificação e problematização de anomalias e construção de novas teorias, métodos e disciplinas são atestadas pela comunidade científica da respectiva área.

Outro autor que destaca a construção epistemológica da ciência, é Merton (2013), que “Ao estudar o comportamento dos cientistas, explora o que os motiva, recompensa, intimida e estabelece as regras de comportamento ou regras mertonianas que compõem o *ethos* científico, os quais se classificam em quatro imperativos que regulam as comunidades científicas” (AUTRAN, 2014, p. 103).

- a) **Universalismo:** corroborar ou refutar uma pesquisa, que considerou os preceitos científicos, deve ser uma atividade isenta de preconceitos, não se considerar a raça, nacionalidade, religião, classe ou individualidades. Todo cientista pode contribuir com o progresso científico desde que siga os preceitos metodológicos da ciência em suas pesquisas;
- b) **Comunalismo:** pesquisa concluída é produto a ser destinado à comunidade, o resultado deve ser comunicado, com o objetivo institucional de ultrapassar as fronteiras, ampliando o acesso ao conhecimento e obter reconhecimento pessoal e institucional;
- c) **Desinteresse:** como elemento básico institucional o desinteresse deve ser seguido na ciência pelos seus profissionais os cientistas, em busca do interesse coletivo em uma ação altruísta de benefícios para a humanidade;
- d) **Ceticismo Organizado:** não se deve julgar até que o resultado esteja concluído, o cientista deve adentrar na pesquisa de modo imparcial, o objetivo central aplica-se seguindo metodologias e pautado em análise crítica.

No livro “Ensaio de Sociologia da Ciência” chama-se a atenção à norma comunalismo, que destaca a relevância da disseminação das pesquisas realizadas. É necessário utilizar-se dos

meios de comunicação, não apenas para receber reconhecimento, mas para apresentar à sociedade o que está sendo realizado e apresentar os benefícios que podem advir da ciência.

Em um contexto de produção do conhecimento, podemos apontar a obra de Gibbons *et al.* (1994), *The New Production of Knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*, que ressalta o processo de mudança na produção do conhecimento e destaca dois modos de produção: o Modo 1, corresponde a pesquisas que se desenvolvem dentro de limites disciplinares, de procedimentos lineares; o Modo 2, corresponde a um contexto aplicado e busca a resolução de problemas; envolve estruturas transdisciplinares, na perspectiva de respostas que levem ao contexto social em consideração.

Os modos de produção do conhecimento científico, apresentados, não são antagônicos, nem foram criados em detrimento um do outro, são perspectivas diferentes em um cenário de mudanças. O Quadro 1 apresenta as diferenças entre os modos 1 e 2.

Quadro 1 – Modo tradicional e contemporâneo de produção do conhecimento

Modos de produção do conhecimento científico	
Modo 1 – ciência tradicional (linear)	Modo 2 – ciência contemporânea (não linear)
O conhecimento básico é produzido antes e independentemente de aplicações	O conhecimento é produzido no contexto das aplicações
Organização da pesquisa de forma disciplinar	Transdisciplinaridade
Organizações de pesquisa homogêneas	Heterogeneidade e diversidade organizacional
Compromisso estrito com o conhecimento: os pesquisadores não se sentem responsáveis pelas possíveis implicações práticas de seus trabalhos	“ <i>accountability</i> ” e reflexividade: os pesquisadores se preocupam e são responsáveis pelas implicações não científicas de seu trabalho

Fonte: Autran (2014), adaptado de Gibbons *et al.* (1994).

Observamos no Modo 1 o conhecimento voltado para a comunidade científica, circulando em determinada área para pares específicos. De acordo com Autran (2014, p. 33) o Modo 2,

[...] sugere que a dinâmica da transdisciplinaridade e da heterogeneidade se constituem num fator de maior interação entre os sujeitos, potencializa as relações interpessoais, o trabalho colaborativo em territórios geográficos diferentes, a partilha, a apropriação de conhecimento de áreas científicas diversas e a utilização da comunicação instantânea mediada pelas tecnologias digitais.

Para enfatizar como a comunicação científica é essencial para a ciência, Targino (1998) apresenta as funções da comunicação científica sistematizada por Menzel em 1958 (*apud* KAPLAN; STORER, 1968):

- a) Fornecer respostas a **perguntas específicas**;
- b) Concorrer para a **atualização profissional** do cientista no campo específico de sua atuação;
- c) Estimular a descoberta e a compreensão de **novos campos de interesse**;
- d) Divulgar as tendências de **áreas emergentes**, fornecendo aos cientistas ideia da relevância de seu trabalho;
- e) Testar a **confiabilidade de novos conhecimentos**, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;
- f) Redirecionar ou ampliar o **rol de interesse dos cientistas**;
- g) Fornecer *feedback* para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

A ideia de que nuvens escuras é sinal de chuva, que a fumaça negra é sinal de fogo e a branca significa fogo controlado, são situações observadas por indivíduos que aprenderam com a experiência e passaram para outras gerações, por meio da fala, posteriormente através da escrita, sucedendo-se várias descendências que lhes imprimem novos sentidos, adaptações e significados.

No âmbito científico, a comunicação é indispensável, pois permite que os indivíduos disseminem e compartilhem com seus pares o conhecimento produzido, possibilitando que a comunidade corrobore ou refute os resultados. A comunicação científica tem como essência divulgar seus produtos (produção científica) e seus produtores (cientistas/pesquisadores) atribuindo-lhes visibilidade e credibilidade (TARGINO, 1998).

A comunicação científica tem uma estrutura análoga ao sistema nervoso humano, com ligações para a comunicação circular entre os seus pares próximos e seus periféricos. Borgman (2015), apresenta a comunicação científica como um conjunto de atividade que acontecem em aos olhos de uma infraestrutura institucional, política, social e econômica, mas que em suma os indivíduos que a compõem só enxergam o que está próximo a só em parte, ou mesmo somente quando é afetado por alguma mudança.

A comunicação científica tem um extenso percurso histórico, com diversos marcos que afetaram a sociedade, como os colégios invisíveis, a criação e difusão da prensa de Gutenberg, criação dos periódicos científicos o acesso aberto, dentre outros a serem retratados nas seções desta pesquisa.

2.1 MARCOS HISTÓRICOS DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Meadows (1999) afirma que, cronologicamente, é difícil certificar o início da comunicação científica, mas evidencia que os gregos tiveram grande contribuição, tanto nos discursos proferidos, como na escrita, a exemplo de Sócrates com os seus discursos e teorias filosóficas, mais tarde documentados por seus discípulos Platão e Aristóteles que legaram grandes contribuições escritas para a ciência.

Considera-se que as áreas de conhecimento tangenciam seu desenvolvimento e seu progresso, alinhadas ao crescimento da comunicação científica, sendo a esta, empiricamente, atribuída a responsabilidade pela produção, pela disseminação e pelo uso do conhecimento gerado. Assim, naquilo que compete ao ciclo de vida da comunicação científica, Mueller (2000), adverte que os estudos realizados por pesquisadores necessitam de um meio de comunicação para a divulgação de resultados obtidos, sendo agrupados sistematicamente, avaliados por pares e conferindo-lhes confiabilidade (MUELLER, 2000).

O processo de escrita foi de grande relevância para a divulgação das pesquisas científicas. A dificuldade era a elaboração de vários exemplares; era uma atividade onerosa, além do tempo para o desenvolvimento da pesquisa e a redação do livro, cujo processo de reprodução dos exemplares era realizado por copistas², o que demandava um tempo considerável, para além das ilustrações que deveriam compor os exemplares.

O cenário adquiriu outra perspectiva com a invenção de Johann Gensfleisch Gutenberg (1397-1468), responsável historicamente pela invenção dos tipos móveis, também denominado de tipografia. A prensa, já usada na fabricação de moedas, na impressão em tecidos, para acetinar papel e para espremer uvas, foi adaptada e sua ideia engenhosa foi fundamental para o progresso e disseminação do conhecimento produzido de forma massiva até a atualidade (GASPAR, 2004).

A prensa foi um marco histórico para a sociedade no século XV, com a produção de textos impressos. De acordo com Meadows (1999), antes da criação da prensa tipográfica, foram produzidos 420 livros em um século (1436-1536), e no primeiro século pós invento da prensa (1536-1636) a produção se expandiu para 5750 livros.

² A atividade desenvolvida pelos copistas se resumia em sentar-se em uma sala com um indivíduo lendo o original de um livro e outros indivíduos copiando o que estava a ser falado, deste modo era reproduzido o exemplar dos livros, atividade realizada em maioria dentro de mosteiros por monges que ali residiam e que entre as suas atividades cotidianas, se dirigiam para as *scriptoria* redigir os livros (NUNES, 2007).

Quanto aos livros considerados científicos, a literatura registra que no ano de 1540 foi publicado em Veneza o livro de autoria de Vannoccio Biringuccio (1480-1539) intitulado *De la Pirotechnia*, cujo teor versava sobre a arte de fabricar e manipular materiais explosivos. Em 1543, Andreas Vesalius (1514-1564), publica a obra *De Humani Corporis Fabrica*, sobre anatomia do corpo humano. Nesse mesmo ano, Nicolau Copérnico (1473-1543) lança o tratado *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, onde propõe o heliocentrismo em lugar do geocentrismo (McKIE, 1966; MEADOWS, 1999).

Como uma atividade essencial, Meadows (1999, p.144) salienta que a “[...] comunicação [científica] situa-se no próprio coração da ciência”, o que demonstra a importância do ato de comunicar os resultados da pesquisa. Conforme Ziman (1979), a ciência torna-se pública mediante a comunicação científica. Os resultados, soluções, efeitos, consequências das pesquisas científicas, não repercutem se não tiverem o olhar dos pares, não forem publicadas, discutidas e legitimadas.

No meio científico foi percebido que, para o desenvolvimento da ciência, era necessário compartilhar e absorver e se apoiar nos conhecimentos já produzidos. Assim, Isaac Newton afirmou “Se enxerguei mais longe foi porque me apoiei nos ombros de gigantes”.

Independentemente do suporte analógico ou digital³, e os canais no qual se recupere a informação conhecer a base da ciência é necessário para construção de um pesquisador, compreender o conhecimento já produzido, para gerar novos conhecimentos.

Araújo (1998) e Targino e Neyra (2006) descrevem os tipos de canais comunicação utilizados: formal é o que vincula informações comprovadas através de estudos registrados e por isso, mais fáceis de recuperação e um processo de elaboração mais complexo; informal é caracterizado pela troca de informações entre sujeitos, configura-se em contatos interpessoais, por isso apresentam menor visibilidade tornando sua recuperação mais difícil; supraformal são canais plurais de comunicação científica, por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação; semiformal, configura-se como o uso simultâneo dos canais formais e informais, que constitui a possibilidade de modificações ou confirmação do teor original, do documento.

Cada canal tem suas peculiaridades e depende do andamento da pesquisa e da sua finalidade; cabe ao pesquisador identificar qual o que apresenta melhor propósito. Targino (1998), a partir do livro *Communication in Science*, de Meadows (1974), sintetiza no Quadro 2 as principais distinções entre os canais formais e informais da comunicação científica.

³ definido por Levacov (1998), suporte analógico é estático e o suporte digital é delineado como um documento com possibilidade de criação ou adaptação eletrônica, geralmente hipertextual, e que possibilita a utilização de mídia ao longo do texto.

Quadro 2 – Distinção entre os canais formais e informais

CANAIS FORMAIS	CANAIS INFORMAIS
Público potencialmente grande	Público restrito
Informação armazenada e recuperável	Informação não armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente
Direção do fluxo selecionada pelo usuário	Direção do fluxo selecionada pelo produtor
Redundância moderada	Redundância, às vezes, significativa
Avaliação prévia	Sem avaliação prévia
Feedback irrisório para o autor	Feedback significativo para o autor

Fonte: Targino (1998), com base em Meadows (1974).

Ambos os tipos de canais apresentam particularidades quanto aos fins para a divulgação das pesquisas. Como registra o Quadro 2, os canais formais possuem uma audiência maior, a informação tem mais facilidade de ser armazenada e recuperada, sofre avaliação dos pares. Por outro lado, os canais informais possuem um público menor, porque a circulação é restrita, nem sempre é armazenada, o que dificulta sua recuperação; o retorno do público é mais restrito; os autores recebem um *feedback* importante do público interessado.

O processo de comunicação entre os chamados filósofos ou eruditos se deu, à princípio, por meio dos colégios invisíveis, compostos por grupos de cientistas geograficamente dispersos, que trocavam informações por meio de cartas, compartilhando conhecimento como meio de comprovação da ciência (ACOSTA-HOYOS, 1980, p. 34).

Afirma Gomes (2013) que o periódico científico deu os primeiros passos no século XVII, como fruto das atividades das Sociedades e/ou Academias. Seu surgimento foi um marco para a ciência, sendo, ainda hoje, considerado o mecanismo de maior relevância no âmbito da comunicação científica. Dentre as principais funções do periódico destacam-se: preservação da memória do conhecimento científico; estabelecimento da prioridade intelectual; estabelecimento da ciência “certificada”; função social; função educacional; canal de comunicação e de divulgação mais ampla da ciência (MERTON, 1979; MIRANDA; PEREIRA, 1996; CUNHA, 1997; MUELLER, 2000; CASTRO, 2005; SANTOS, 2010).

2.2 MODELOS DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICO

O sistema de comunicação científica é composto pelas atividades realizadas pelos atores de uma área do conhecimento, que consiste em pesquisadores que são produtores e consumidores de conhecimento, os editores científicos, filtram as informações que vão percorrer os canais de comunicação, as editoras responsáveis pelas publicações e as bibliotecas

incumbidas de coletar, organizar, gerenciar e sobretudo difundir as informações (GALLOTTI, 2017).

As atividades conferidas aos atores do sistema de comunicação, culminam nos canais de comunicação (formais, informais, supraformal e semiformal) intrínsecas ao sistema, que com as tecnologias da informação e comunicação, aliadas do processo, vem se modificando e ultrapassando as barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras (MUELLER, 2000).

Assim, o sistema de comunicação científica está situado nas comunicações difundidas e materializadas pelos seus atores. Corroborando com tal afirmativa Leite e Costa (2007, p. 93) afirmam que:

[...] o pesquisador, um dos atores do processo de comunicação, faz uso do sistema de comunicação em diversos momentos, uma vez que, à medida que produz conhecimento, ele necessariamente o consome. Logo, no início da criação de um novo conhecimento, o esforço de um pesquisador parte daquilo que foi construído anteriormente por outros pesquisadores. Ou seja, o pesquisador nunca parte do marco inicial, pois, no princípio e durante o processo de criação, recorre à literatura de sua especialidade e aos seus pares, e, ao fim, divulga os resultados de sua pesquisa por meio dos veículos de comunicação apropriados à sua área de conhecimento. Torna-se evidente, portanto, que um pesquisador utiliza os canais de comunicação em todo o ciclo do conhecimento – desde a sua criação até a sua divulgação –, o que nos permite afirmar que existe um complexo sistema de comunicação científica que permeia as comunidades científicas e instituições acadêmicas.

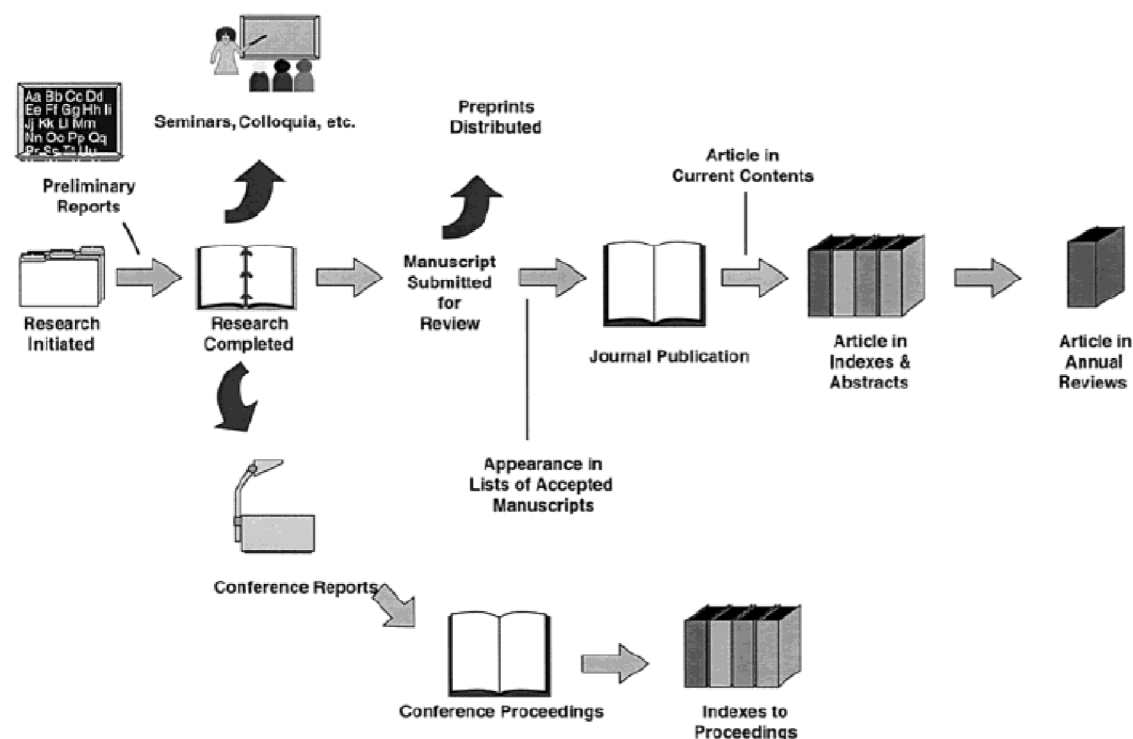
E como parte visível do que ocorre nos processos de construção das atividades intelectuais do sistema de comunicação, serão expostos os modelos da comunicação científica, que apresentam as etapas que são seguidas para a elaboração de uma pesquisa intelectual científica. Essas etapas iniciam com a concepção da ideia e finalizam com a publicação dos resultados obtidos.

Os estudos pioneiros sobre o sistema de comunicação da ciência tiveram início com Garvey e Griffith. Afirmam os autores que, (1972, p. 123) “As primeiras divulgações envolvem *feedback* para os pesquisadores e resultam em aprimoramento da pesquisa; posteriormente, sofrem o processo de avaliação e seleção para então serem direcionadas aos pares, para que esse conhecimento seja testado e integrado” (GARVEY; GRIFFITH, 1972, p. 123, tradução nossa)⁴.

⁴ “The earliest disseminations involve feedback to scientific workers and result in refinements of the product of research; later disseminations are interwoven with processes of evaluation and selection and are directed toward the creation of an integrated and tested body of knowledge”.

Este modelo seminal (Figura 1) foi aplicado, inicialmente, na área de Psicologia, contudo devido a sua aceitação foi incorporado pelas demais áreas do conhecimento durante vários anos. Este modelo, é considerado clássico, apesar de ter sofrido alterações para fazer frente à emergência das tecnologias de informação e comunicação.

Figura 1 – Modelo do processo de comunicação científica de Garvey e Griffith adaptado



Fonte: Hurd (2000).

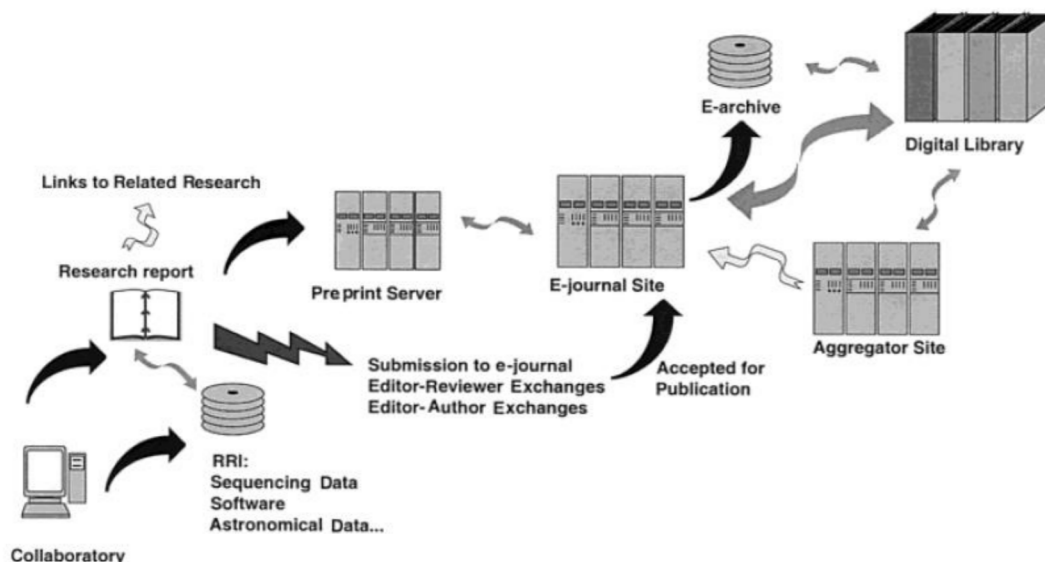
O modelo perpassa por aspectos formais e informais da comunicação científica, apresentando uma sequência de acontecimentos que precedem a publicação e disseminação, configurando as primeiras etapas com os relatórios, apresentação em seminários, colóquios, anais de eventos, *preprints* e finalizando com a publicação em periódicos científicos.

Nesse sentido, Mueller (2000) destaca que “[...] nesse modelo é fácil perceber que a informação flui por muitos canais e que diferentes tipos de documentos são produzidos, cujas características variam conforme o estágio da pesquisa e tipo de público a que se destina e o objetivo de quem a comunica” (MUELLER, 2000, p. 27).

No modelo para 2020 é perceptível a ligação com mecanismos eletrônicos e digitais. Hurd (2000) faz uma releitura do modelo desenvolvido por Garvey e Griffith e apresenta um, utilizando a tecnologia digital para destacar as etapas da pesquisa, bem como os colaboradores

dispersos que podem avaliar, contribuir e compartilhar com seus pares por meio da Internet (Figura 2).

Figura 2 – Prospecção de Modelo do sistema de Comunicação Científica para 2020



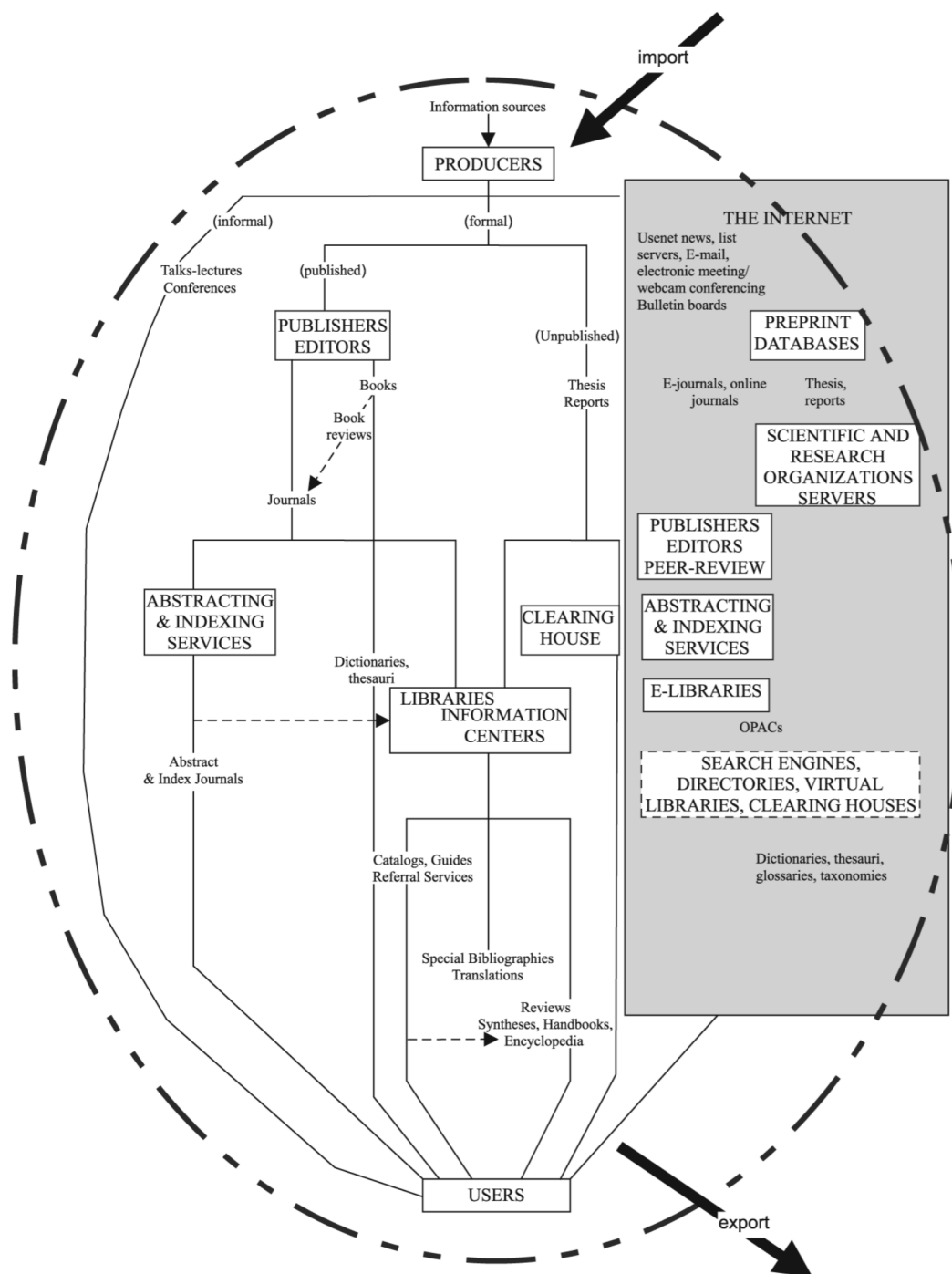
Fonte: Hurd (2000).

Outros modelos foram criados como o proposto pelo Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia das Nações Unidas (UNISIST), desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1971. O modelo é uma importante ferramenta para a área de Ciência da Informação devido às suas especificidades. Esse modelo foi adaptado por Søndergaard, Andersen, & Hjørland (2003). A Figura 3 apresenta o processo de concepção da pesquisa, representado pelo produtor e as fontes de informação, até os diversos modos em que a pesquisa pode chegar ao usuário. O destaque deste modelo se refere aos documentos encontrados no ambiente da Internet, dando relevância à comunicação mediada pelo computador.

Envolvendo o processo, visualizamos uma elipse tracejada, que representa uma área do conhecimento, demonstrando a natureza aberta dos domínios (HJØRLAND; FJØRDBACK SØNDERGAARD; ANDERSEN, 2005). Verificamos, ainda, na configuração da elipse as questões interdisciplinares⁵, que se entrelaçam na perspectiva de responder a uma problemática de pesquisa.

⁵ “A interdisciplinaridade, por sua vez seria qualquer combinação entre disciplinas com vista à compreensão de um objeto a partir da confluência de seus diferentes pontos de vista e tendo como objetivo a elaboração de uma síntese” (SIQUEIRA, 2012, p. 26).

Figura 3 - O modelo UNISIST revisado que integra recursos impressos e da Internet



Fonte: Fjordback Søndergaard; Andersen; Hjørland (2003).

Chamam também atenção neste modelo as setas, que simbolizam a ação de importação e exportação de conhecimento de fora do domínio, as fontes de informação utilizadas pelos produtores e consumidas/produzidas pelos usuários, que podem tanto ser consoantes ao

domínio, bem como, ser consumidas/produzidas além do domínio da área do conhecimento (HJØRLAND; FJORDBACK SØNDERGAARD; ANDERSEN, 2005).

O destaque ao modelo UNISIST é a Internet, levando os meios de comunicação científica ao ambiente em que o processo de compartilhamento e alcance é bem mais extenso, rápido e fácil em questão de acesso, com os *preprints*, serviços de indexação e os periódicos.

Nos modelos de comunicação científica apresentados, é perceptível a relevância que a comunicação científica representa para a ciência, pois ela perpassa todas as etapas da pesquisa. É um sistema que conduz o conhecimento desde a sua produção, amadurecimento, publicações, até novamente chegar à comunidade e novamente inspirar novas produções, e o ciclo do sistema recomeçar.

Em 2004, Hurd apresenta um novo modelo, atualizando o de 2000. Neste, apresenta a evolução do processo de comunicação da ciência e inclui novos atores e atividades, os quais produzem alterações nos modos de produção, como também contempla mudanças comportamentais, organizacionais e novas competências dos atores (Hurd, 2004).

Na Figura 4, pode-se visualizar nos retângulos as atividades tradicionais, algumas das quais já incorporaram a tecnologia. As figuras ovais destacam os novos atores e seus papéis.

Importante salientar que nesse modelo a autora afirma que cabe às universidades gerir o conhecimento produzido e hospedar os repositórios digitais.

Além de criarem conhecimentos, os cientistas, com o auxílio das tecnologias digitais, têm a possibilidade de compartilhá-los por meio das páginas pessoais, incluí-los em repositórios institucionais e temáticos, postá-los em redes sociais acadêmicas etc.

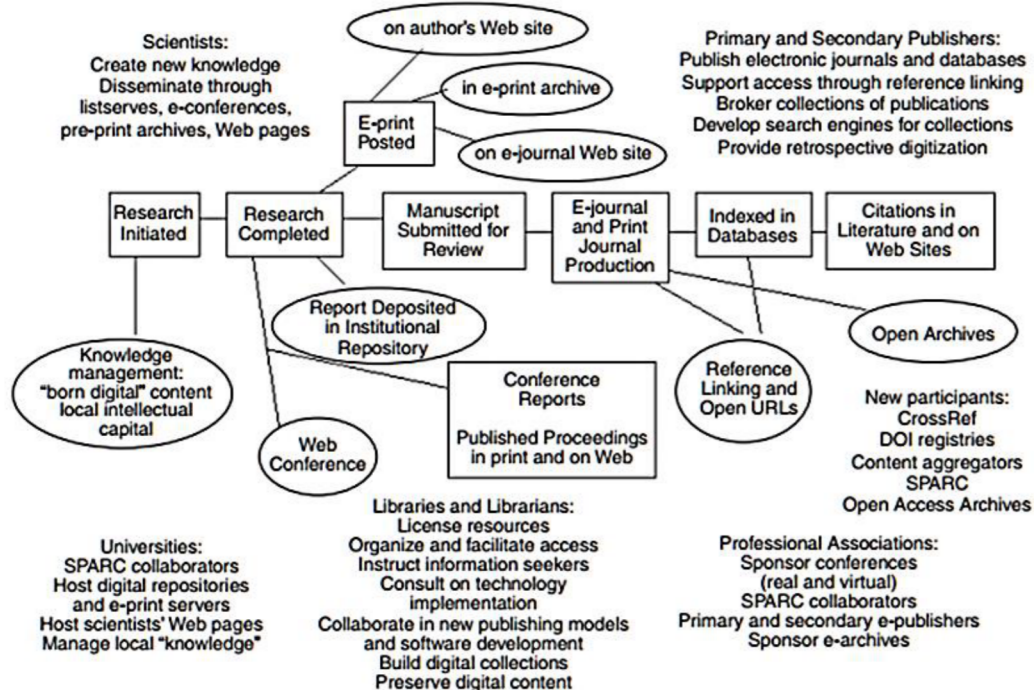
Novos desafios surgem para as bibliotecas e para os bibliotecários, pois o momento exige novas competências para que possam lidar com o mundo digital.

Funcionalidades outrora inexistentes, passam a fazer parte do cotidiano dos editores primários e secundários como: a vinculação de referência (*citation linking* ou *reference linking*) considerada por Caplan (2001) como “[...] um dos valores agregados mais importantes que emergiu da ascensão da publicação acadêmica eletrônica”⁶ (tradução nossa); outra inovação é a adoção do Indicador de Objetos Digitais (*Digital Object Identifier* - DOI) através do CrossRef⁷ (Hurd, 2004).

⁶ “[...] one of the most important added values to emerge from the rise of electronic scholarly publishing”.

⁷ “CrossRef is an association of scholarly publishers that develops shared infrastructure to support more effective scholarly communications. Our citation-linking network today covers over 64 million journal articles and other content items (books chapters, data, theses, technical reports) from thousands of scholarly and professional publishers around the globe”. Disponível em: <http://www.crossref.org/>

Figura 4 – A comunicação científica no mundo digital



Fonte: Hurd (2004).

De acordo com a autora (Figura 4), o momento é de transição, as mudanças persistem e as tecnologias são potenciais coadjuvantes nessas transformações. Afirmar Björk (2007) que “[...] há uma clara necessidade de modelos que estruturam o processo geral de comunicação científica e possam ser usados como base para comparar e integrar os resultados de diferentes estudos” (tradução nossa)⁸.

⁸ “[...] there is a clear need for models that structure the overall scientific communication process, and can be used as a basis for comparing and integrating the results of different studies”.

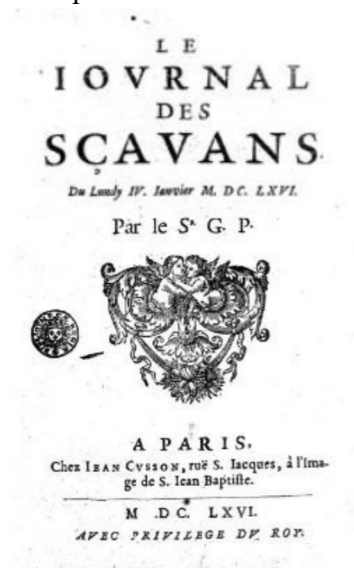
3 O PERIÓDICO CIENTÍFICO: DA EUROPA AO BRASIL

O periódico científico é um instrumento de comunicação científica de grande relevância pelas seguintes razões: aspecto de certificação de qualidade, bem como do autor, da instituição na qual o pesquisador é filiado, do órgão de fomento que financia a pesquisa e o domínio em que se enquadra a pesquisa. Desde os seus primeiros títulos na Europa o periódico foi criado como um meio de difundir e certificar as pesquisas (SPINAK; PACKER, 2015).

Os acontecimentos que culminaram na criação do primeiro periódico, se deram por meio de correspondências. As cartas eram enviadas para os cientistas e muitas vezes as discussões eram levadas para reuniões de Sociedades ou Academias, quando as avaliações eram transcritas em atas e armazenadas para se tornar fonte de informação para consulta posterior (STUMPF, 1996).

Em Paris, no dia 5 de janeiro de 1665, foi publicado o primeiro periódico, denominado *Le Journal Des Sçavans*, (Figura 5) na “República das Letras”⁹. O periódico teve patrocínio privado do advogado e membro do parlamento Denis de Sallo, apoiado por Jean-Baptiste Colbert, Ministro de Economia, que dois anos mais tarde fundaria a *Académie Royale des Sciences* (MEADOWS, 1999; SPINAK; PACKER, 2015).

Figura 5 – Capa do *Le Journal Des Sçavans*



Fonte: Bibliothèque Nationale de France Gallica digital library¹⁰.

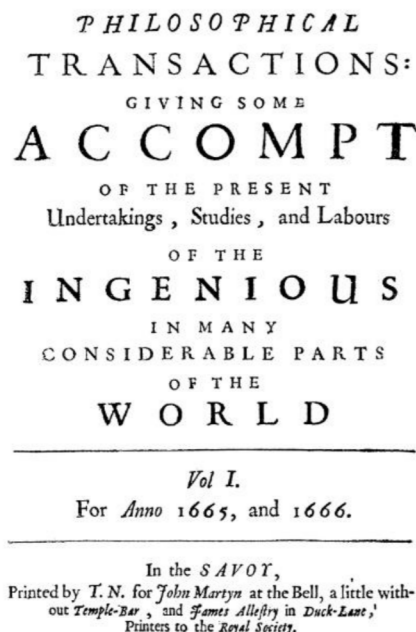
⁹ A ideia básica da república da República das Letras foi a cooperação acadêmica, ignorando as fronteiras políticas e os conflitos ideológicos, mas no cotidiano o processo do livre fluxo de ideias obteve obstáculos no processo prático (BURKE, 1999).

¹⁰ Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb343488023/date.r=journal+des+scavans.langEN> Acesso em: 30 jan. 2020.

Em Londres, no século XVII, um grupo de eruditos se reunia para discutir filosofia. Como fruto dessas reuniões, no ano de 1662, o grupo fundou a *Royal Society of London*, instigados pelas obras de Francis Bacon, que incentivava o intercâmbio de conhecimento científico produzido. Assim, deu-se início à troca de cartas com pesquisadores geograficamente dispersos, e dada a qualidade e o número de cartas, os membros da Sociedade decidiram publicar as mais relevantes para a comunidade (MEADOWS, 1999).

No dia 6 de março de 1665, após 60 dias da publicação do *Le Journal Des Sçavans*, a *Royal Society of London*¹¹ lançou o periódico *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, editado por Henry Oldenberg (MEADOWS, 1999; SPINAK; PACKER, 2015) (Figura 6).

Figura 6 - Capa *Philosophical Transactions*



Fonte: JSTOR¹².

Quando o *Journal des Sçavans* foi publicado, os membros da Royal Society discutiram seu conteúdo, porque já existia a intenção de criar uma publicação similar, “[...], mas com um cunho mais filosófico (no sentido atual de mais científico), mais profissional, excluindo itens legais e eclesiásticos” (AUTRAN, 2014, p. 41).

¹¹ Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/journal/rstl> Acesso em: 03 fev. 2020.

¹² Disponível em: <https://www.jstor.org/journal/philtran1665167> Acesso em: 30 jan. 2020.

Neste ano de 2021, ambos os títulos, *Jornal Des Sçavans* e o *Philosophical Transactions*, completam 356 anos de seu lançamento, o que significa dizer que desde essa época surgia uma nova modalidade de comunicação científica como um canal formal da ciência.

Afirma Freitas (2006) que:

Os periódicos foram, desde seus primórdios, importantes canais de publicação de notícias científicas. No século XIX, expandiram-se e especializaram-se, vindo a realizar importantes funções no mundo da ciência. Ao publicarem textos, os estudiosos registram o conhecimento (oficial e público), legitimam disciplinas e campos de estudos, veiculam a comunicação entre os cientistas e propiciam ao cientista o reconhecimento público pela prioridade da teoria ou da descoberta (FREITAS, 2006, p. 54).

Desde então, os periódicos apresentaram crescimento vertiginoso, e Stumpf (1998) justifica esse crescimento afirmando que no século XIX, as revistas científicas se multiplicaram porque aumentou o número de pesquisadores, culminando também no aumento do número das pesquisas; a outra razão é que novas organizações como o Estado, as universidades e os editores comerciais passaram a editar periódicos.

Contudo, Targino (1998) apresenta uma síntese, adaptada de Meadows (1998), estimando o número de títulos de periódicos existentes, em termos mundiais. Em 1951, havia cerca de 10.000 títulos e ao final do século XX esse número atingiu o patamar de aproximadamente 71.000 títulos.

Recentemente, Kaplan; Killough; Thomas (2012) em artigo sobre o *Ulrich's Periodical Directory* e o ISSN, afirmam a existência de 300000 títulos arrolados pelo Diretório.

3.1 GÊNESE DOS PERIÓDICOS BRASILEIROS

No Brasil, até o ano de 1808, não havia canais de comunicação para divulgação científica, nem outros tipos de imprensa legal. Chegando ao País, D. João assinou o Decreto que instituía a criação da Imprensa Régia, legalizando e institucionalizando a imprensa nacional. Desse modo, abria-se a perspectiva para a criação dos meios de comunicação impressos (MARTINS, 1996).

Com a permissão da Corte Portuguesa, o primeiro a publicar de forma periódica artigos de caráter científicos foi a revista *O Patriota*, que dedicava um espaço às ciências e artes (FREITAS, 2006; KURY, 2011).

Os autores, Sarmento e Souza, Vidotti e Foresti (2004) destacam algumas publicações periódicas que difundiram a ciência nacional. Dentre elas destacam-se: *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e a *Gazeta Médica da Bahia*, que tiveram seu início, respectivamente, em 1862 e

1866; a revista Brasil-Médico (1887-1971), a revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz (1909-1979) e a revista da Sociedade Brasileira de Ciências, editada regularmente sob esse título de 1917 a 1919; a partir de 1920 até 1928, foi publicada de maneira irregular, recebendo a denominação de Revista de Ciências e, finalmente, em 1929, recebeu o título de Anais da Academia Brasileira de Ciências, título que permanece até os dias atuais. Estes foram os primeiros canais de comunicação que deram voz e destaque à ciência no Brasil.

3.2 PERIÓDICOS BRASILEIROS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O primeiro periódico brasileiro em Ciência da Informação surgiu no ano de 1972, vinculado ao mestrado em Ciência da Informação e editado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Foi-lhe atribuído como título o nome da área Ciência da Informação, e o intuito de sua criação foi difundir a produção científica e sua certificação como área do conhecimento (PINHEIRO; BRÄSCHER; BURNIER, 2005).

Desde então, o número de periódicos da área de Ciência da Informação foi gradativamente crescendo e tendo como responsáveis universidades, bibliotecas, arquivos, associações profissionais, conforme apresenta o Quadro 3, com os periódicos da área de Ciência da Informação no Brasil nas suas primeiras três décadas.

Quadro 3 – Primeiros periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação

TÍTULO	EDITOR	LOCAL	VIGÊNCIA	ISSN
Ciência da Informação	IBICT	Brasília, DF	1972-vigente	0100-1965
Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Continua como Perspectiva em Ciência da Informação	Escola de Ciência da Informação - UFMG	Belo Horizonte, MG	1972-1995	0100-0829
Arquivo & Administração	Associação dos Arquivistas Brasileiros	Rio de Janeiro, RJ	1972-2014	0100-2244
Revista de Biblioteconomia de Brasília	Associação de Bibliotecários do Distrito Federal ABDF	Brasília, DF	1973-2001	0100-7157
Cadernos de Biblioteconomia	Universidade Federal do Pernambuco - UFPE	Recife, PE	1973-1989	0100-7157
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	FEBAB	São Paulo, SP	1973-vigente	0100-0691
Revista do Departamento de Biblioteconomia e História.	Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Rio Grande, RS	1978-1983	0101-045X

Continua como Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação				
Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Universidade Federal do Pernambuco -UFPE	Recife, PE	1982-1986	0100-9869
BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Continuação de Revista do Departamento de Biblioteconomia e História	Fundação Universidade do Rio Grande - FURG	Rio Grande, RS	1985-vigente	0102-4388
Ágora: Arquivologia em Debate	Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	Florianópolis , SC	1985-vigente	0103-3557
Revista de Biblioteconomia & Comunicação. Continua como: Em Questão	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS	Porto Alegre, RS	1986-2000	0103-0361
Transinformação	Faculdade de Biblioteconomia Dep. de Pós- graduação - PUCCAMP	Campinas, SP	1989-vigente	0103-3786
Informação & Sociedade: Estudos	Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação - UFPB	João Pessoa, PB	1991-vigente	0104-0146
Encontros Bibli	Dep. de Ciência da Informação -UFSC	Florianópolis , SC	1996-vigente	0104-0146
Informação&Informação	Despertamento de Ciência da Informação - UEL	Londrina, PR	1996-vigente	1414-2139
Perspectivas em Ciência da Informação. Continuação da Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	Escola de Ciência da Informação - UFMG	Belo Horizonte, MG	1996-vigente	1518-2924
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	Associação Catarinense de Bibliotecários	Florianópolis , SC	1996-vigente	1414-0594
Intexto	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS	Porto Alegre, RS	1997-vigente	1807-8583
Comunicação & Informação	Universidade Federal de Goiás - UFG	Goiânia, GO	1998-vigente	1415-5842
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	UNICAMP	Campinas, SP	1999-2001	1517-3992

Datagramazero	IASI	Rio de Janeiro, RJ	1999-2016	1517-3801
---------------	------	--------------------	-----------	-----------

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nas primeiras três décadas, a produção científica nacional periódica sobre ciência da informação foi publicada de acordo com os títulos acima elencados. Destes, cinco foram encerrados; quatro continuam com novos títulos, a exemplo da Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, que continua como Perspectiva em Ciência da Informação; a Revista do Departamento de Biblioteconomia e História da FURG, que continua sob o título Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação; a Revista de Biblioteconomia & Comunicação, da UFRGS teve este título até o ano de 2000, continuando a partir de 2003 como Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Os demais títulos mantêm seu status corrente.

Os periódicos vigentes da área de Ciência da Informação, que surgiram no Brasil nas primeiras três décadas (1970, 1980 e 1990), migraram do formato analógico para o eletrônico e se encontram disponíveis no ambiente digital, seguindo os princípios do acesso aberto.

3.3 O PERIÓDICO CIENTÍFICO ELETRÔNICO E O ADVENTO DO ACESSO ABERTO

Os periódicos científicos mudaram seu modo de produção e evoluíram ao longo dos últimos três séculos até chegar ao padrão usado nos periódicos atuais (MEADOWS, 1999).

De acordo com Mueller, (1999; 2006), os periódicos eletrônicos surgiram em meados da década de 1990, com a emergência da tecnologia eletrônica e da Internet. Destaca a autora que os maiores atrativos para a migração para esse suporte foi a agilidade para a disponibilização em tempo real, o custo quando comparado com o impresso, a manutenção das coleções.

Lancaster (1995), salienta os benefícios do periódico eletrônico como um meio de publicação mais rápido no processo disseminação, e que seu uso acarreta maior controle do que é publicado, apontando também o alcance das publicações e o menor custo de produção.

Para demonstrar os benefícios dessa migração, Cruz *et al.* (2003), elencam as seguintes vantagens:

Rapidez na produção e distribuição: com a eliminação de algumas fases do processo de publicação de um periódico, agiliza-se sua distribuição. Por exemplo, a comunicação com os autores e *referees* é feita de forma eletrônica, assim como impressão, envio etc.

Acessibilidade: de posse de equipamento adequado o usuário pode acessar um artigo e/ou periódico de qualquer lugar em segundos.

Custos de assinatura: mais uma vez, com a eliminação de algumas etapas de produção inerentes ao formato impresso, pode haver grande economia no preço final do periódico eletrônico.

Habilidades multimídia: pode-se lançar mão de vários recursos audiovisuais que valorizam o artigo, assim como imagens tridimensionais com movimentos, sons etc.

Possuem links internos e externos: possibilidade de acesso a outros textos do mesmo autor ou de assuntos correlatos a partir de um *link* no texto, assim como acesso a diferentes partes do mesmo artigo.

Disseminação da informação de forma mais rápida e eficiente: consegue-se enviar aos usuários os sumários de periódicos de forma eletrônica assim que o título é publicado, possibilitando-lhes atualização constante com o que está sendo produzido pela comunidade acadêmica. (CRUZ *et al.*, 2003, p. 50-51).

Serra (2013) afirma que diversas editoras digitalizaram ou estão em processo de digitalização de seus títulos publicados em suporte físico para ampliar a visibilidade de seus periódicos. Ressalta, contudo, que algumas editoras continuam trabalhando no formato híbrido e publicando em formato analógico e digital.

Para além do periódico eletrônico, as tecnologias também propiciaram a criação de outros canais, como: boletins (*newsletters*), listas de discussões ou (*listserves*), sítios de editoras entre outras (MUELLER, 1999).

Nesse novo ambiente digital denominado de ciberespaço¹³ consiste em um ambiente multifacetado. Autran (2014, p. 2) o caracteriza como um ambiente que:

[...] deslumbra, fascina, encanta e abre espaço para a comunicação instantânea, sem barreiras, para novas formas de produção e partilha de conhecimento através dos mais variados mecanismos como as redes sociais acadêmicas, os *collaboratories* [...]" (AUTRAN, 2014, p. 2).

Apesar dessas facilidades, a denominada crise dos periódicos promoveu um estado de ebulição nas bibliotecas, principalmente nas universitárias, uma vez que o mercado editorial de periódicos, principalmente aquelas editoras que mantinham o monopólio das áreas de ciência e tecnologia, aumentou consideravelmente os preços das assinaturas, obrigando as bibliotecas a suspenderem ou reduzirem o número de assinaturas, por não poderem arcar com os custos, tendo como consequência a impossibilidade de suprir as necessidades de seus usuários (MUELLER, 2006).

Como afirma Mueller (2006):

¹³ “[...] ambiente das ações e interações dos sujeitos sociais organizados, sob a percepção de que as redes que se compõem na sociedade não reinventam, na sua essência, os movimentos sociais, mas certamente lhes conferem outras dimensões culturais, sustentadas pela diversidade e amplitude das conexões ensejadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, determinantes para a instauração da (ciber)cultura contemporânea.” (VELLOSO, 2008, p. 103)

[...] o gatilho da crise foi a impossibilidade de as bibliotecas universitárias e de pesquisa americanas continuarem a manter suas coleções de periódicos e a corresponder a uma crescente demanda de seus usuários”. Impossibilitando o acesso as pesquisas na qual a instituição tinha necessidade para o desenvolvimento das suas pesquisas.

Como consequência afirma Autran (2014, p. 61):

[...] o acesso às comunicações publicadas em periódicos estimulou o problema conhecido como **acesso/impacto**, pois mesmo que esses títulos fossem vendidos a preço de custo, grande parte das universidades não poderia adquirir a sua totalidade, ocasionando o problema da indisponibilidade dos títulos de periódicos.

O acesso livre surgiu como uma alternativa ao processo formal de comunicação científica, face aos preços das assinaturas praticadas pelos conglomerados editoriais.

Inicialmente, Paul Ginsparg, criou um repositório de *e-prints*, que em 1998 passou a ser denominado de *ArXiv*. Como físico, conclamou os profissionais da área para depositarem sua produção científica no repositório, como represália ao monopólio das editoras comerciais.

Isso estimulou as iniciativas internacionais de apoio ao acesso aberto, a exemplo das 3Bs: *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) (2002), *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003) e *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (2003). Essas iniciativas contaram com o apoio de organizações como a Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outras (PORTO JR.; OLIVEIRA, 2016; AUTRAN, 2014).

A Declaração de Budapeste (2002) surgiu na perspectiva de unir uma velha tradição, de publicação de pesquisas em periódicos, a uma nova tecnologia, a Internet, no intuito de tornar a literatura científica produzida e publicada um bem público, removendo barreiras e compartilhando conhecimento sem distinção financeira, e fazer com que essas ações construam uma sociedade igualitária com direito ao acesso aberto ao conhecimento. Essa declaração defende, ainda, a disponibilização gratuita via Internet, permitindo a qualquer usuário que busque informação tenha livre poder de ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou criar *links* para outros textos, passar os dados para *software* e usá-los para qualquer finalidade legal, sem trâmite financeiro, dando o reconhecimento devido e adequado e citando os autores das obras.

Como resultado dessa reunião, surgiram algumas recomendações, tais como: a criação de modos de produção alternativos, como revistas de acesso aberto e repositórios institucionais ou temáticos, ficando conhecidos como como via verde e via dourada. A via verde se refere ao

armazenamento da produção científica em repositórios, enquanto a via dourada se reporta aos periódicos de acesso aberto.

No ano seguinte, reuniram-se bibliotecários, editores, representantes da comunidade científica e cientistas de representatividade acadêmica para a elaboração da Declaração de Bethesda, que compreendeu quatro seções: a definição de publicações de acesso aberto, seguindo-se três declarações dos grupos de trabalho (instituições e agências de fomento, bibliotecários e editores, cientistas e comunidade científicas).

Nessa Declaração, ficou consignado que uma publicação de acesso aberto compreende duas condições: o (s) autor (es) obtém o direito de conceder o acesso livre e gratuito à publicação, de modo que o usuário tenha liberdade para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir a obra publicamente e fazer e distribuir obras derivadas, em qualquer meio digital, com finalidade responsável, atribuindo a devida autoria da obra; como segunda condição: o depósito em um repositório em meio eletrônico e aberto, de uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental, ou em outras organizações que seguem os preceitos do acesso aberto, de distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento a longo prazo (BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING, 2003, online).

A seção do grupo de trabalho das instituições e agências de fomento estabeleceu que as pesquisas têm como consequência essencial a publicação; para que a pesquisa seja amplamente divulgada e útil para a sociedade, a Internet possibilita o aumento do alcance das publicações; contudo o grupo destaca que, para a efetivação desse processo, é necessária a mudança de políticas que incentivem os professores e bolsistas a publicar seguindo os preceitos do acesso aberto para maximizar o acesso às publicações científicas.

O grupo de trabalho de bibliotecários e editores enfatiza que o acesso aberto será componente essencial para a publicação científica do futuro, e como as bibliotecas e editoras têm a competência de incentivar a rápida transição do conhecimento sem afetar o processo de disseminação. As bibliotecas devem exercer seu papel de fornecer acesso, divulgar e disseminar as publicações de acesso aberto à comunidade; as editoras devem incentivar as publicações de acesso aberto, disponibilizar os artigos para cópias dos de forma gratuita, diminuir as barreiras para publicação de autores com desvantagem financeira, divulgar publicações de acesso aberto e trabalhar com editoras que visem esse segmento.

O grupo de trabalho formado por cientistas e pelas comunidades científicas deve oferecer total apoio à iniciativa do acesso aberto e estimular as publicações em meio eletrônico, além de “[...] oferecer a oportunidade e a obrigação de compartilhar os resultados, ideias e

descobertas da pesquisa livremente com a comunidade científica e o público” (BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING, 2003, online).

O grupo de trabalho supracitado ainda pontua que seu apoio se estende a incentivar e publicar as suas pesquisas em periódicos de acesso aberto, reconhecer os benefícios do acesso aberto e advogar por ele perante a comunidade, pois como parte indispensável à educação, o acesso aberto propaga a distribuição e acesso livre ao conhecimento produzido e publicado.

Nesse mesmo ano de 2003, foi realizada a Conferência de Berlim promovida pela Fundação Alemã de Pesquisa, Alemanha promovida pela Sociedade Max Planck, quando foi discutido o acesso aberto ao conhecimento nas ciências e nas humanidades. A Declaração de Berlim ressalta a importância da Internet e o papel por ela exercido para as mudanças práticas e econômicas na disseminação do conhecimento científico. Destaca, ainda, que o acesso aberto é estendido para o patrimônio cultural. Estabelece que o acesso aberto postula o comprometimento ativo de todo e qualquer indivíduo, produtor individual ou em grupo do conhecimento científico ou detentor do patrimônio cultural, o acesso aberto a suas produções intelectuais que podem ser: “[...] resultados de pesquisas científicas originais, dados brutos e metadados, materiais de origem, representações digitais de materiais pictóricos e gráficos e material multimídia acadêmico” (BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES, 2003, online¹⁴).

Esta declaração reafirma que o acesso aberto deve conceder ao usuário o acesso gratuito à sua obra, tanto para uso como para distribuição, desde que não ocorram processos relacionados à venda e que devem ser respeitados os direitos autorais.

Após esses esclarecimentos, é importante mencionar o conceito de acesso aberto de autoria de Björk (2004):

Acesso Aberto (OA) significa que o leitor de uma publicação científica pode lê-la na Internet, imprimi-la e distribuí-la para fins não comerciais, sem pagamentos ou restrições. Em alguns casos, é necessário que o leitor se registre no serviço em questão, o que, por exemplo, pode ser útil para os prestadores de serviços devido à produção de estatísticas. No entanto, é proibida a utilização do conteúdo por terceiros para fins comerciais. Graças à disponibilidade aberta, o vínculo das listas de referências às publicações do OA é substancialmente facilitado, pois o leitor não encontra barreiras, como licenças de uso, e cada referência fica a apenas um clique do mouse. Em geral, o autor mantém os direitos autorais quase completos e também pode publicar o material em outro lugar¹⁵ (BJÖRK, 2004 p. 3-4, tradução nossa).

14 Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration> . Acesso em: 21 fev. 2020.

15 'Open Access' (OA) means that a reader of a scientific publication can read it over the Internet, print it out, and even further distribute it for non-commercial purposes without any payments or restrictions. At most the reader is in some cases required to register with the service in question, which for instance can be useful for the service providers because of the production of readership statistics. The use of the content by third parties for commercial purposes is, however, as a rule, prohibited. Thanks to the open availability the linking from reference lists to OA

Diversos países começaram a aderir ao movimento do acesso aberto, como um meio de incentivar publicações em mecanismos eletrônicos livres, para acarretar a ampla divulgação e disseminação da produção científica, aumentando o alcance e visibilidade tanto para a comunidade científica como para a sociedade em geral.

No Brasil, o movimento ganhou força em 2005, quando o IBICT publicou o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica. Reza o Manifesto que a publicação científica é um recurso fundamental para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, já que contribui para a produção de outras publicações, servindo como base de conteúdo para gerar um novo conteúdo, como um ciclo contínuo (IBICT, 2005).

A iniciativa brasileira traçou objetivos que consistem em promover o registro das produções nacionais que seguem o acesso aberto, disseminar essas produções, estabelecer uma política nacional de acesso aberto e buscar apoio na comunidade científica para implementação do OA em âmbito nacional.

Como meio de contribuir para alcançar os objetivos traçados no Manifesto, o IBICT (2005), promoveu a construção, implementação e manutenção de diversos repositórios eletrônicos de acesso aberto em âmbito nacional, bem como a tradução e adaptação as necessidades nacionais de ferramentas de *software* como o *Open Journal Systems* (OJS), que trouxe diversos benefícios para a editoração eletrônica de periódicos.

A implementação em larga do acesso aberto é um processo moroso que demanda tempo, treinamento, preparação, tanto da comunidade como dos editores e apoio das agências de fomento e das instituições que avaliam a produção científica (SANTOS; CALÒ, 2020).

publications is substantially facilitated, since the reader does not encounter barriers such as use licenses, and each reference is only a mouse-click away. In general, the author keeps almost complete copyright and can also publish the material elsewhere.

4 AS MÉTRICAS E O ÍNDICE/ALCANCE DE CITAÇÕES

Dada a expansão da produção bibliográfica, torna-se cada vez mais necessário mensurar a ciência. Métodos matemáticos para medir e mapear a produção bibliográfica, tiveram início na primeira metade do século XX.

Santos e Kobashi (2009), relatam que diversos pesquisadores franceses consideram o belga Paul Otlet o criador da bibliometria. Fonseca (1973), reafirma essa assertiva e aponta que Otlet, em sua obra *Traité de documentation*, utilizou “[...] pela segunda vez aquela expressão, ao mesmo tempo em que cunhou a palavra correspondente, em língua francesa, a *bibliometrics*, isto é, *bibliométrie*” (FONSECA, 1973, p. 5). Outra informação revelada pelo autor traz à tona um estudo que teve como fonte a *Bibliographie de la France* (1812-1900), realizado por Victor Zoltowski, onde foi utilizada a bibliografia estatística (FONSECA, 1979).

Como se observa, existe discordância tanto em relação ao termo bibliografia estatística, quanto ao termo bibliometria. Lawani (1986) e Sengupta (1992) atribuem a Alan Pritchard a autoria do vocábulo bibliometria, em substituição à bibliografia estatística, que para alguns foi concebido por Edward Wyndham Hulme, quando se reportou à análise estatística de uma bibliografia de anatomia comparada, no ano de 1917.

Depois de Hulme, o termo *Statistical Bibliography* foi ignorado por vinte anos, até ser usado por Gosnell, em 1944, em um artigo sobre obsolescência da literatura. Em 1962 L. M. Raisig utilizou o termo quando realizou uma pesquisa sobre análise de citações, que teve como título *Statistical Bibliography in Health Sciences*.

Em 1969, Pritchard publicou, sob o título “Bibliografia estatística ou Bibliometria?” justificando a bibliometria com maior ênfase nos métodos quantitativos, ao invés dos aspectos discursivos, ligados à bibliografia estatística.

Por fim, Momesso e Noronha (2017) concluem que

[...] para Pritchard a “Bibliometria” seria apenas um nome mais adequado para a “bibliografia estatística”, enquanto que para Otlet surge de um todo complexo dentro de sua idealização da Documentação apresentada em seu tratado mais de três décadas antes do artigo de Pritchard (MOMESSO; NORONHA, 2017, [n.p]).

Na perspectiva de quantificar a produção científica, surgiram leis que se prestam para mensurar temáticas abordadas nas publicações, a distribuição dos periódicos, a obsolescência da literatura, a produtividade e a autoria. Solla Price (1976) justifica a importância da mensuração da ciência e afirma:

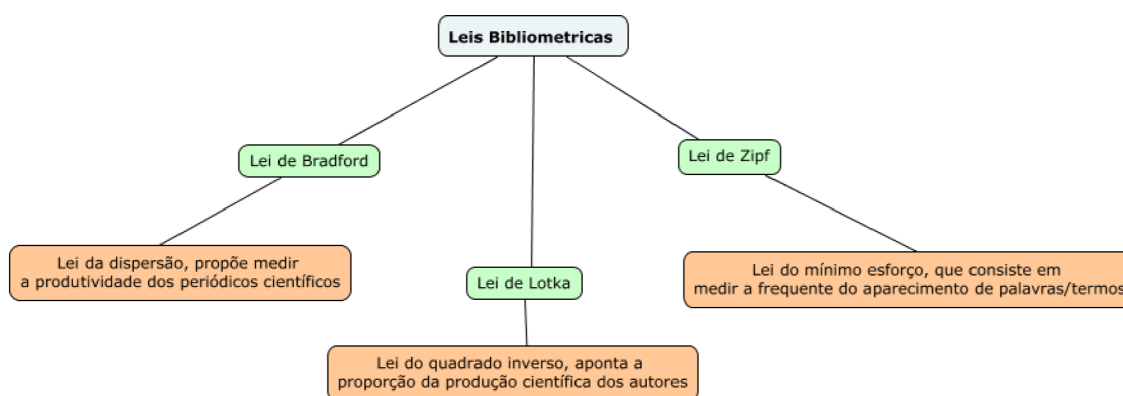
Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que nos informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejarmos saber (SOLLA PRICE, 1976, p. 39).

Finalizando esse breve relato histórico da bibliometria, iniciamos breves considerações sobre as Leis Bradford, de Lotka e Zipf.

4.1 LEIS DE MENSURAÇÃO DA CIÊNCIA

Ao longo dos anos foram formuladas as Leis de Lotka (1926), de Bradford (1934) e de Zipf (1949), conforme mostra a Figura 7.

Figura 7 – Leis Bibliométricas



Fonte: elaborado pela autora (2020).

A Lei de Bradford diz respeito à dispersão da literatura periódica científica e afere a importância dos periódicos em um determinado domínio. Os periódicos que publicam o maior número de artigos sobre determinado assunto, compõem um núcleo que se supõe ter a maior importância e relevância para aquele domínio.

A Lei de Lotka considera que os pesquisadores que gozam de alto prestígio em uma determinada área do conhecimento produzem muito e os demais, de menor prestígio, produzem pouco.

A Lei de Zipf mensura a frequência das palavras em vários textos. Assim, é gerada uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto.

Os autores Frogeri *et al.* (2019), sistematizaram os principais métodos para pesquisas com base nas Leis de Lotka, Bradford e Zipf, destacando as características e foco de

investigação, tendo como base Guedes e Borschiver (2005); Araújo (2006); Guedes (2012); Costa e Nogueira (2016); Santos e Oliveira (2017) (Quadro 4).

Quadro 4 - As principais Leis Bibliométricas.

Lei	Investiga	Descrição
Lei de Lotka (1926)	Autores	É relacionada ao número de contribuições de autores. A lei de Lotka (1926) é fundamentada na premissa de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco (GUEDES, 2012). [...] “a relação entre o número de autores e o número de artigos publicados por esses, em qualquer área científica, segue a Lei do Inverso do Quadrado $1/n^2$. Isto é, em um dado período, analisando um número n de artigos, o número de cientistas que escrevem dois artigos seria igual a $1/4$ do número de cientistas que escreveram um. O número de cientistas que escreveram três artigos seria igual a $1/9$ do número de cientistas que escreveram um, e assim sucessivamente” (GUEDES; BORSCHIVER, 2005, p. 5).
Lei de Bradford ou lei de dispersão (1934)	Periódicos	Procura estimar o grau de relevância de periódicos em uma determinada área do conhecimento – relevância de periódicos. [...] “os periódicos devem ser listados com o número de artigos de cada um, em ordem decrescente, com soma parcial. O total de artigos deve ser somado e dividido por três; o grupo que tiver mais artigos, até o total de $1/3$ dos artigos, é o ‘core’ daquele assunto” (ARAÚJO, 2006, p. 15). [...] “a lei de Bradford (1934) foi desenvolvida por uma pesquisa em cerca de trezentos periódicos da área de geofísica, e descobriu que em apenas nove deles estavam concentrados cerca de quatrocentos e vinte artigos. Enquanto isso, outros cinquenta e oito publicaram apenas quatrocentos e quatro artigos” (COSTA; NOGUEIRA, 2016, p. 3).
Lei de Zipf (1949)	Palavras	[...] “Zipf observou que, num texto suficientemente longo, existia uma relação entre a frequência que uma dada palavra ocorria e sua posição na lista de palavras ordenadas segundo sua frequência de ocorrência” (GUEDES, BORSCHIVER, 2005, p. 6). A lei de Zipf (1949) conclui que as palavras mais usadas indicam o assunto do documento (SANTOS; OLIVEIRA, 2017). A lei de Zipf (1949) é utilizada pelo software de análise lexical Iramuteq (CAMARGO; JUSTO, 2013; MARCHAND; RATINAUD, 2012).

Fonte: Frogeri; Martins; Maria; Fraga (2019).

Neste Quadro, observamos as possibilidades que as leis bibliométricas proporcionam como: identificação de pontos fundamentais na comunicação científica, a produtividade dos pesquisadores, a relevância de um periódico, a frequência de palavras, a análise de citações, a obsolescência da literatura.

Outras métricas ganharam destaque, a exemplo da Cientometria ou Cienciometria, método que se utiliza de meios quantitativos para obter aspectos numéricos relacionados a uma disciplina ou atividade econômica. Segundo Mugnaini (2006), a cienciometria é um coadjuvante da sociologia da ciência e, como tal, se reporta ao estudo da evolução, do comportamento e do impacto social das ciências.

A informetria também é uma métrica usada para medir aspectos da ciência. Nessa métrica, o insumo da pesquisa é a informação em qualquer formato e grupo social, não se restringindo aos pesquisadores/cientistas. De acordo com Macias-Chapula (1998, p. 135), “A informetria pode incorporar, utilizar e ampliar os muitos estudos de avaliação da informação que estão fora dos limites tanto da bibliometria como da cienciometria”.

Os métodos e leis de mensuração apresentadas estão voltadas para quantificar a ciência, por meio de certames matemáticos e estatísticos, para medir a produção científica, identificar e o alcance da literatura, dos autores, das instituições, das temáticas etc.

As bases de dados utilizam-se desses métodos, assim como adaptam ou constroem suas próprias métricas para medir o fluxo de uso de informação da literatura indexada, assim como para verificar a qualidade dos periódicos para a indexação.

Para além de realizar o *ranking* da produção científica já indexada nas bases de dados, as métricas são utilizadas como critérios de indexação.

Consoante Oliveira (2005, p.34), “O crescimento da produção científica tem explicitado a importância da indexação dos periódicos em bases de dados para que a informação se torne visível à comunidade científica de forma rápida e sistemática”.

De acordo com Barros (2020, p. 18) as bases de dados têm como propósito “[...] disponibilizar, em uma única plataforma, o conjunto de revistas científicas, possibilitando o acesso à informação de forma rápida e precisa”.

4.2 AS MÉTRICAS ADOTADAS PELAS BASES DE DADOS SCOPUS, WoS E GOOGLE SCHOLAR

Nos últimos anos as bases de dados de maior destaque são: *Scopus* (*CiteScore*), *Web of Science* e *Journal of Citation Reports* (JCR) com o (Fator de Impacto) e *Google Scholar* (índice h5), no Brasil dado pelo sistema de avaliação dos periódicos científicos, que vem as utilizando para qualificar e classificar a produção científica periódica dos programas de pós-graduação.

A *Scopus*¹⁶ de acordo com o seu *site*, é o maior banco de dados de resumos e citações da literatura científica revisada por pares (periódicos científicos, livros e anais de congressos), abrangendo as áreas de tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades.

O *CiteScore* é uma métrica criada pela empresa Elsevier, lançada no ano de 2016, utilizada e disponibilizada pela base de dados *Scopus*. Tem como base oito indicadores utilizando cálculos adjacentes (*CiteScore*, *CiteScore Tracker*, *CiteScore Percentile*, *CiteScore Quartiles*, *CiteScore Rank*, *Citation Count*, *Document Count*, and *Percentage Cited*), na perspectiva de pôr em prática o objetivo da métrica (BOUCHERIE, 2019).

As características, elencadas por James *et al.* (2019), compõem os elementos nos quais se fundamentam o *CiteScore* e as métricas subjacentes. Essas métricas, afirmam os autores, compreendem um conjunto de características que reafirmam a qualidade da base de dados *Scopus*, e complementa métricas mais sofisticadas que compõem a empresa Elsevier¹⁷. A empresa também é responsável pela *ScienceDirect*, *Mendeley*, *Evolve*, *Knovel*, *Reaxys*, *ClinicalKey*, todos voltados para gerenciamento e pesquisa.

A base de dados *Web of Science*¹⁸ (WoS) é um dos produtos da empresa Clarivate Analytics, que a descreve como o indexador mais importante do mundo para a pesquisa científica e que sua indexação é garantia para atender alto padrão de qualidade. Conta com mais de 33.000 periódicos indexados e adota como métrica o Fator de Impacto (FI), o índice *h*¹⁹ dos autores recuperados.

O Fator de Impacto (FI) foi criado por Eugene Garfield em 1961. Trata-se de um indicador de produção publicado anualmente no *Journal Citation Reports* (JCR)²⁰. Esta métrica é utilizada para analisar os periódicos indexados na base de dados *Web of Science* (DOMINGUES, *et al.*, 2020; MARZIALE; MENDES, 2002).

O cálculo do FI é baseado em dois elementos que compõem os periódicos: o primeiro é o numerador, que representa as citações das publicações nos dois anos anteriores ao da avaliação, e o denominador representado pelo número de artigos publicados nos mesmos dois anos (GARFIELD, 1999). (Figura 8).

¹⁶ Disponível em: <https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus> Acesso em: 14 abr. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.elsevier.com/pt-br> Acesso em: 14 abr. 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://clarivate.com/products/web-of-science/> . Acesso em: 14 abr. 2020.

¹⁹ Ver pág. 64.

²⁰ Disponível em: <https://clarivate.com/products/journal-citation-reports/> Acesso em: 14 abr. 2020.

Figura 8 - Cálculo do FI

$$\text{FI do ano X} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de citações do periódico obtida nos dois anos anteriores}}{\text{N}^\circ \text{ de artigos publicados nos dois anos anteriores}}$$

Fonte: adaptado de Garfield (1999).

De acordo com Garfield (1999) o FI proporciona como resultado a densidade de um periódico por meio do número médio de referências citadas nos artigos de um determinado periódico. Essa operação objetiva aferir a produção científica quanto a qualidade das publicações e projetar a classificação dos periódicos científicos inseridos no ISI.

O Google Scholar foi criado em 2004, como um motor de busca direcionado para conteúdos acadêmico-científicos. Sua construção foi idealizada pela experiência interna de membros da empresa e se transformou em um importante serviço da plataforma (BEIRA, 2010; SILVA; GRÁCIO, 2017).

O índice *h* utilizado pelo Google Scholar²¹, foi criado pelo físico argentino Jorge Hirsch, em 2005. Hilário, Delbianco e Grácio (2017) destacam que:

O registro do conjunto de publicações de um indivíduo e de suas respectivas citações configura um corpus de informação relevante sobre o desempenho e o reconhecimento junto à comunidade científica. Neste sentido, a proposição desse indicador decorre do fato de os recursos serem limitados e a quantificação — mesmo que muitas vezes seja desconfortável — é necessária para fins avaliativos e comparativos (HILÁRIO; DELBIANCO; GRÁCIO, 2019, p. 160).

Dessa forma, Hirsch (2005) propôs o índice *h*, e o define como um número particularmente simples de ser obtido para mensurar o impacto de um pesquisador. As autoras supracitadas explicam que:

“[...] um cientista tem um índice *h*, se *h* de seus artigos têm pelo menos *h* citações cada, valor que pode ser identificado a partir do ranking dos artigos de um cientista em ordem decrescente de citações, sendo o Índice *H* resultante do número de ordem do artigo que recebeu pelo menos a mesma quantidade de citações (HILÁRIO; DELBIANCO; GRÁCIO, 2019, p. 160).

²¹ Disponível em: <https://scholar.google.com/intl/br/scholar/metrics.html#overview>.

O cálculo do índice h é feito dispondo-se todos os trabalhos (do primeiro ao último e do mais citado para o menos citado) de um autor. Conforme a Figura 9, na primeira coluna encontram-se os trabalhos em ordem crescente; na segunda coluna encontra-se a ordem decrescente de citações. No exemplo vemos que um autor com índice $h=44$ tem pelo menos 44 trabalhos com 44 citações, ou mais (Figura 9).

Figura 9 – Cálculo do índice h

Trabalhos	Citações
... 41	87
42	71
43	50
44	45
45	40

Fonte: Strehl (2005).

Krzyzanowski e Ferreira (1998), aplicaram um modelo de avaliação baseado em mérito (conteúdo) e desempenho (forma) dos periódicos correntes nacionais e concluíram que periódicos com menos de cinco anos podem ter desempenho comprometido no processo de avaliação, uma vez que as bases tradicionais (como as supracitadas), têm um processo longo de avaliação para a indexação de periódicos, que geralmente dura mais de um ano.

Desse modo, considerando a importância das bases de dados e suas métricas, é importante destacar a sua relevância em relação à mensuração da literatura, aferindo a produção global, as áreas do conhecimento, as temáticas emergentes etc.

Salienta-se, ainda, que as métricas utilizadas pela *WoS*, *Scopus*, *Google Scholar* vêm sendo utilizada como parâmetro de qualidade das publicações científicas e como mecanismo de tomada de decisão na comunidade científica (ALMEIDA; GRÁCIO, 2020).

Em decorrência disso, foram elaborados alguns documentos em apoio ao uso das métricas tais como: DORA, o Manifesto de Leiden e a recomendação do Comitê de Avaliação de Pesquisa Quantitativa juntamente com a União Internacional de Matemática, Conselho Internacional de Matemática Aplicada e Industrial e o Instituto de Matemática e Estatística (Quadro 5).

Quadro 5 - Principais pontos DORA (2012), Hicks *et al.* (2015), Adler, Ewing e Taylor (2009)

Resumo dos principais pontos da declaração (DORA, 2012)	Resumo dos principais pontos do Manifesto de Leiden (HICKS et al., 2015)	Resumos dos principais pontos da declaração (ADLER; EWING; TAYLOR, 2009)
(1) Não utilizar métricas baseadas no Journal Impact Factor como medidas de qualidade dos artigos, avaliação de contribuições individuais do pesquisador ou em decisões de contratação, promoção e financiamentos.	(1) A avaliação quantitativa deve apoiar a avaliação qualitativa conduzida por especialista (facilitadora da avaliação por pares).	(1) A precisão das métricas é ilusória. A utilização indevida das estatísticas de citações é ampla e conhecida, apesar das várias advertências quanto a esse tipo de uso. Entre esses usos, mencionam-se as tomadas de decisão fundamentadas em aplicações incorretas das estatísticas de citação, como o Fator de Impacto, por governos, instituições e pesquisadores.
(2) Explicação dos critérios adotados na avaliação da produtividade científica dos candidatos a financiamentos (direcionadas às agências de financiamento).	(2) Medição de desempenho dos indicadores em relação aos objetivos de pesquisa da instituição, grupo ou pesquisador. Os indicadores devem considerar contextos socioeconômicos e culturais. Um único modelo de avaliação não se aplica em todos os contextos.	(2) A confiança baseada exclusivamente nas métricas de citação nos julgamentos, em detrimento à revisão por pares. Aqueles que defendem a dependência das métricas baseadas em citações pressupõem que cada citação tem o mesmo significado e impacto.
(3) Consideração de várias medidas de impacto, incluindo indicadores qualitativos (direcionadas às agências de financiamento).	(3) Proteção da excelência em pesquisa relevante ao local, reconhecendo a excelência da pesquisa de local ou regional.	(3) As estatísticas são valiosas para compreender o mundo e fornecem apenas uma compreensão parcial. No mundo contemporâneo, é necessário cuidado com as afirmações relativas à superioridade das medidas numéricas em relação às outras formas de compreensão e análise. Aqueles que defendem a utilização das estatísticas baseadas em citações podem ter uma compreensão incompleta da pesquisa. Neste sentido, é preciso usar as estatísticas de forma correta e com sabedoria.
(4) Esclarecimentos dos critérios utilizados nas decisões de contratação, permanência e promoção do pesquisador (direcionadas às instituições).	(4) Manutenção da obtenção de dados analíticos e abertos, transparentes e simples. A construção das bases de dados usadas para a avaliação da produção científica deve seguir regras predeterminadas e claras. Os avaliadores devem se esforçar na busca de equilíbrio entre o indicador simples e fidedigno à complexidade do processo de pesquisa.	
(5) Consideração de várias medidas de impacto, incluindo indicadores qualitativos (direcionadas às instituições).	(5) Possibilitar que avaliadores averiguem os dados e análises. Os envolvidos nesse processo devem assegurar a precisão dos dados, por meio de auto verificação ou de auditorias.	

(6) Redução do uso do <i>Journal Impact Factor</i> como uma ferramenta de avaliação, adotando outros tipos de métricas que podem fornecer uma visão apropriada do desempenho do periódico (direcionadas aos editores de periódicos).	(6) Levar em consideração as variações das áreas nas publicações e práticas de citações. A melhor prática é selecionar um conjunto de indicadores para facilitar a escolha.	
(7) Disponibilização de métricas relativas ao artigo para promover a mudança de avaliação do conteúdo do artigo (direcionadas aos editores de periódicos).	(7) Apoiar as avaliações de pesquisadores individuais em julgamentos qualitativos de seus próprios sistemas de avaliação. A abordagem deve considerar mais informações sobre o conhecimento, experiência, atividades e influência de um indivíduo.	
(8) Promoção de práticas responsáveis de autoria e fornecimento de informações das contribuições específicas de cada autor (direcionadas aos editores de periódicos).	(8) Evitar a objetividade mal empregada e a falsa precisão. Os indicadores de Ciência e Tecnologia são propensos a ambiguidades e incertezas conceituais. Quando identificados devem acompanhar os valores, e os produtores de indicadores devem evitar falsas precisões.	
(9) Remoção das limitações de listas de referência dos artigos nos periódicos de acesso aberto, ou baseado em assinatura, e incentivar a disponibilização em <i>Creative Commons Public Domain Dedication</i> (Direcionadas aos Editores de Periódicos).	(9) Reconhecer o efeito sistêmico da avaliação e dos indicadores. Os indicadores podem ser modificados por meio diversos fatores, esses fatores precisam ser antecipados. Isso significa que um conjunto de indicadores é sempre preferível do que um único indicador para se tornar uma meta.	
(10) Redução das restrições dos números de referências de pesquisa quando apropriado, referenciar a literatura, a fim de dar crédito aos pesquisadores que relataram a descoberta (direcionadas aos editores de periódicos).	(10) Examinar regularmente os indicadores e atualizá-los. Os objetivos das pesquisas, as avaliações e o próprio sistema de pesquisa mudam ou evoluem conjuntamente. Nesse cenário, as métricas tornam-se inadequadas, dando espaço para os novos indicadores. Os sistemas de indicadores devem	
(11) Ser aberto e transparente, fornecendo dados e métodos usados para calcular as métricas		

(direcionadas às organizações que disponibilizam métricas).	ser revistos e modificados sempre que possível.	
(12) Disponibilização de dados, permitindo uma licença para reutilização irrestrita e o acesso computacional aos dados (direcionadas às organizações que disponibilizam métricas).		
(13) Determinação da transparência, com medidas de combates à manipulação inadequada das métricas (direcionadas às organizações que disponibilizam métricas).		
(14) Consideração dos diversos tipos de artigos e os diferentes campos e assuntos quando as métricas forem usadas (direcionadas às organizações que disponibilizam métricas).		
(15) As decisões dos comitês de financiamentos, contratações e promoções devem ser baseadas em conteúdo científico em substituição das métricas (direcionadas aos pesquisadores).		
(16) Quando for apropriado, referenciar a literatura primária, a fim de dar crédito ao responsável (direcionadas aos pesquisadores).		
(17) Utilização de várias métricas e indicadores que evidenciam o impacto dos artigos (direcionadas aos pesquisadores).		
(18) Incentivo e ensino de boas práticas de avaliação de pesquisa em oposição às práticas de avaliação que dependam do FI (direcionadas aos pesquisadores).		

Fonte: ALMEIDA; GRÁCIO (2020, p. 142-144).

Esses manifestos compreendem as dinâmicas em relação a aplicação das métricas, como método de avaliação e concessão de financiamento, promoção e contratação profissional e atribuição de qualidade da produção científica de um pesquisador. Expõem o quanto é

necessário a disposição de diversas métricas para indicar diferentes perspectivas de uma mesma pesquisa, contudo não tomar os dados métricos obtidos como sinônimo de qualidade de uma pesquisa ou do seu pesquisador.

Centrar em bases de dados tradicionais para “certificar” a qualidade de um periódico ou de uma pesquisa deve ser combatido pela comunidade, pois as áreas epistêmicas têm suas especificidades, o que deve ser levado em consideração no processo de indexação nas bases de dados, a exemplo do JCR, que utiliza o Fator de Impacto, mas não apresenta dados das áreas que estão compreendidas nos colégios de Humanidades.

5 A EDITORAÇÃO E O EDITOR CIENTÍFICO

Para falar sobre o processo da editoração, essa seção percorrerá suas origens, ou seja, os idos do século XV, época da invenção da prensa de tipo móvel, concebida por Johannes Gutenberg. Esse feito constitui o marco inicial e fundamental para o desenvolvimento científico, cultural e tecnológico. Reforçando essa afirmativa, Eisenstein (1979), refere-se à prensa como um instrumento vital para o desenvolvimento da literatura técnica e científica, porque permitiu uma distribuição abrangente e fidedigna do mesmo texto, das mesmas imagens e a reprodução de múltiplas cópias de um mesmo livro.

O invento de Gutenberg originou o que atualmente se denomina “[...] tipografia ou arte de imprimir” (COLLARO, 2012, p. 1). Obviamente que, ao longo dos séculos, esse sistema evoluiu para a composição manual, composição mecânica, composição a frio, até chegarmos ao que hoje denominamos editoração mecânica ou eletrônica.

Para Cunha (1982), o termo editor surgiu na Roma Antiga, e tem o sentido de “dar à luz”, “publicar”, para designar o indivíduo que tinha como responsabilidade reproduzir e cuidar das cópias dos manuscritos de modo apropriado para uso e preservação. Nesse período o que se nomeava de editor, era um tipo de copista, que utilizava técnicas de reprodução de manuscritos e cuidava da sua salvaguarda.

Afirma Chartier (1999) que o editor, como definido no século XXI, originou-se na revolução industrial. Anteriormente, os “editores” eram os profissionais livreiros, impressores gráficos sem designação profissional específica. Com a industrialização do livro, foram fixadas identidades no ramo editorial e noções de autor, editor, impressor, gráfico e distribuidor, fixando definições, conceitos e designação das atividades do profissional no processo editorial.

Targino e Garcia definem editoração como:

[...] o conjunto organizado de atividades objetivando registrar e, por conseguinte, armazenar e/ou perpetuar informações e conhecimentos, mediante a reparação técnica de originais para publicação, o que pressupõe revisão de forma e/ou de conteúdo, excluindo-se as atividades referentes à produção gráfica, em parte ou no todo (TARGINO; GARCIA, 2008, p. 41).

Em relação ao editor, Farias, Lima e Santos (2018), referem que este se configura como um mediador e facilitador entre o autor do original e o leitor e ocupa-se em colocar em prática as atividades que terão como finalidade a publicação da obra.

O *e-book* “Publicações oficiais brasileiras: guia para editoração” editado pela Secretaria Executiva da Casa Civil, conceitua os componentes, atores e etapas do processo de editoração. Para editor, encontramos o seguinte conceito:

O editor é a pessoa responsável pelo fluxo do texto a ser publicado e tem a responsabilidade de cumprir as normas e procedimentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho Editorial, tomando todas as providências necessárias para que as obras indicadas sejam publicadas dentro dos prazos estipulados, de acordo com os recursos disponíveis e com os padrões editoriais estabelecidos, zelando ainda pelo estabelecimento de mecanismos de divulgação, distribuição e comercialização dos produtos (BRASIL, 2010, p. 60).

Percebe-se, assim, que no processo de editoração o principal ator é o editor, o qual tem como responsabilidade a seleção, a organização, a supervisão dos originais para publicação. Dessa forma, sua função é primar pela qualidade, credibilidade, visibilidade e reconhecimento da publicação.

Em algumas organizações, encontramos várias modalidades de editor (editor científico, editor associado, editor de design, de layout, de imagem, gráfico, de seção, editor adjunto e editor assistente). As atividades variam de acordo com o porte e a infraestrutura da empresa. Na literatura, pode-se encontrar como denominação para o editor responsável pelo periódico: editor, editor de periódico científico, editor científico, editor acadêmico, editor chefe, editor gerente.

5.1 O EDITOR DE PERIÓDICO CIENTÍFICO

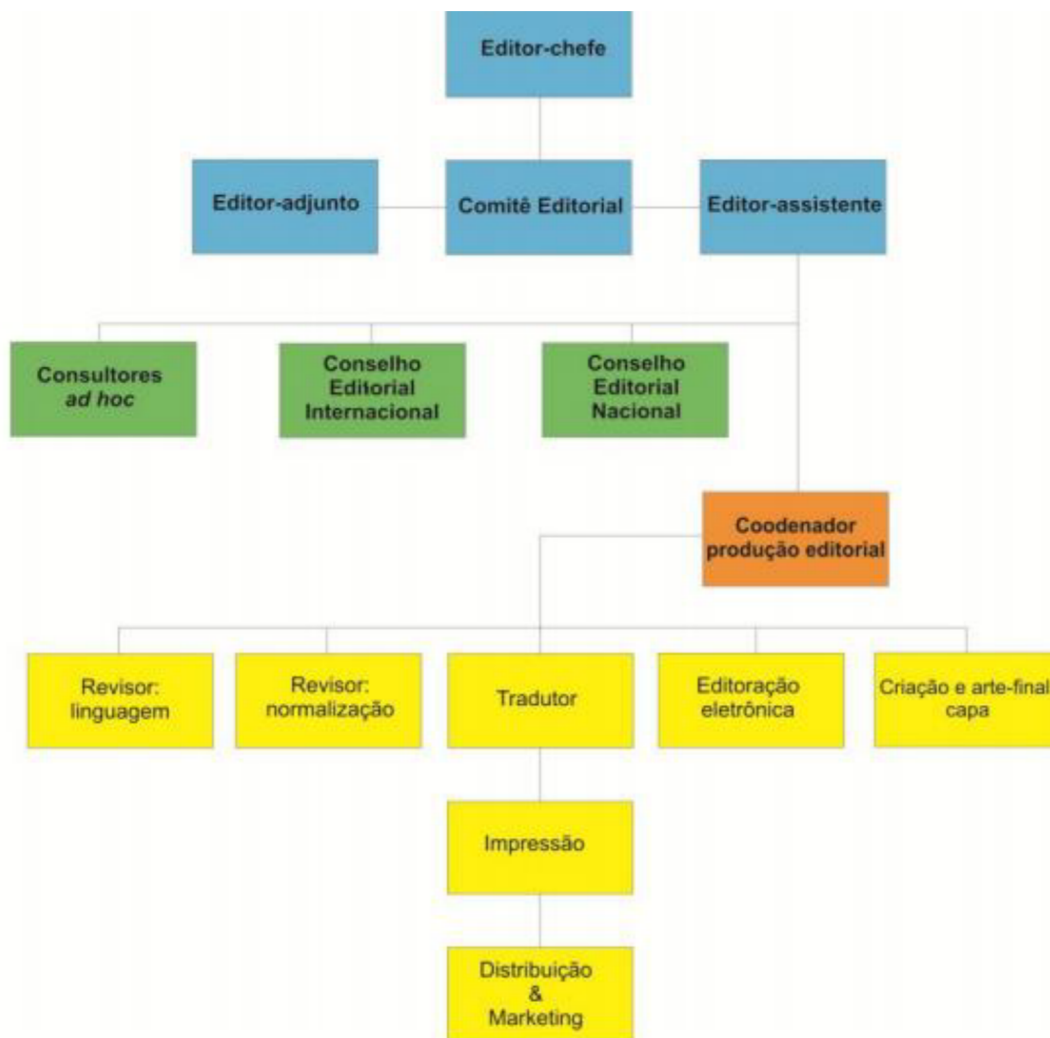
Esse profissional é indispensável no processo de gestão de um periódico científico. Guimarães e Diniz (2014) destacam que o processo de certificação da ciência ocorre por meio do método da divulgação de conhecimento, avaliado pelos pares, envolvidos e selecionados pelo editor. Os autores supracitados também destacam aspectos como: a produção editorial e gráfica, a gerência administrativa e financeira, a comunicação e o marketing, atividades essas essenciais para o êxito do periódico científico.

Valério (1994, p. 65) corrobora a afirmativa e complementa afirmando que ele representa de forma hierárquica o topo do organograma²², encarregado de supervisionar todo o processo que envolve o gerenciamento de um periódico.

²² “[...] o organograma [...] é a representação da estrutura administrativa ou operacional específica e particularizada para determinado contexto, no qual são definidos cargos e atribuições e suas interrelações. Em resumo, um gráfico que representa a estrutura formal de uma organização [...]” (WALTER; EIRÃO; REIS, 2010, p. 13).

Nesse sentido, Gomes (2010), propõe um organograma exibindo o processo de gestão de um periódico em um fluxo por cargos, expondo a hierarquia das funções básicas comuns a um periódico científico, muitas vezes executadas por um número reduzido de indivíduos, ou mesmo por uma única pessoa, exceto os conselhos editoriais nacional e internacional, além dos consultores *ad hoc*, que são compostos por um número representativo de pessoas (Figura 10).

Figura 10 – Organograma do processo de editoração do período científico



Fonte: Gomes (2010).

As autoridades no processo de gerenciamento do periódico estão representadas no organograma pela cor azul, e no topo encontra-se o editor chefe, incumbido das políticas institucionais, da disseminação do conhecimento, bem como do processo gerencial por completo, como supervisor de atividades (GOMES, 2010).

A autora enumera as funções que devem ser exercidas por cada categoria de editor.

O editor adjunto deve ser um conhecedor da estrutura editorial do periódico em sua completude, mesmo que não se envolva no processo de execução da atividade, deve se colocar como responsável na ausência do editor chefe e ser responsável pelos recursos financeiros e por acompanhar as tendências editoriais e de mercado para contribuir com informações para o editor chefe e para o comitê editorial, para auxílio na tomada de decisão.

O editor assistente se identifica como um mediador entre as atividades da gestão político-financeira e as avaliações da produção científica, com base na tomada de decisão do comitê editorial, do editor-chefe e do editor adjunto, bem como desenvolve atividade de receber, organizar e realizar a sistematização do processo de avaliação das publicações científicas.

O comitê editorial tem como responsabilidade, junto ao editor chefe, avaliar as deliberações relacionadas ao planejamento e ao cotidiano do periódico e colocar em prática as tomadas de decisão referentes às atividades editoriais de gerenciamento, políticas, financeiras, institucionais e humanas.

A seção seguinte do organograma, representada pela cor verde, é composta por três funções: consultores *ad hoc*, conselho editorial nacional e conselho editorial internacional. Em relação aos consultores *ad hoc*, Garcia (2014) afirma que eles atuam como revisores dos artigos submetidos ao periódico, contudo não são membros permanentes do corpo editorial ou de revisores.

Os conselhos editoriais representam um colegiado para consultoria técnico-científica, sendo responsáveis por ponderar a definição dos critérios de seleção das pesquisas científicas, zelar pela imagem e a credibilidade administrativa, técnica e científica em consonância com a instituição na qual o periódico é vinculado (BRASIL, 2010).

A Secretaria Executiva da Casa Civil (BRASIL, 2010, p. 188) acentua como atividades dos conselhos editoriais:

- a) Definição da política editorial da instituição;
- b) Estabelecimento de prioridades temáticas;
- c) Planejamento e a programação da edição das publicações;
- d) Estabelecimento de critérios para a edição de títulos de periódicos;
- e) Promoção de parcerias, coedições e cooperações com outras instituições, de modo a buscar a interação com comunidades envolvidas, instituições acadêmicas, entidades afins e com a sociedade em geral
- f) Deliberação a respeito de convênios e contratos referentes às publicações da instituição;

- g) Promoção da participação de especialistas externos em discussões que necessitem da experiência ou do saber específico em algum assunto relevante;
- h) Constituição de comissão de conselheiros, com a participação ou não de convidados, para estudo de assuntos e projetos específicos;
- i) Definição de critérios de distribuição de produtos editoriais;
- j) Análise, sistematização gerencial e elaboração de propostas de financiamento e de fontes de recursos para custeio da produção editorial;
- k) Definição do fluxo editorial;
- l) Estabelecimento de procedimentos que assegurem a gestão editorial na instituição, mesmo quando houver fases com necessidade de terceirização para sua execução.

Conselho e consultores representam trabalhos distintos no periódico, mas ambos participam do processo de avaliação das publicações científicas. É importante ressaltar a composição dos membros do corpo editorial externos à instituição à qual o periódico é vinculado e editado, pois esse elemento agrega valor de experiências possivelmente não vivenciadas na realidade de onde se encontra o periódico, traz novas práticas e as aplica com a finalidade de aprimoramento do periódico.

Na cor laranja do organograma encontra-se a função de coordenador editorial, que executa a atividade referente a estruturação das funções de produção e distribuição dos números dos periódicos.

Representados pela cor amarela enquadram-se: o revisor de linguagem, o revisor de normalização, a editoração eletrônica, o criador de arte, o tradutor, a impressão e distribuição e o marketing do periódico.

O editor chefe, como exposto por Gomes (2010), está no topo do organograma, representando a alta gerência na hierarquia do periódico. Nesse papel, o profissional deve ter visão panorâmica do contexto da área e traçar estratégias para melhor gerenciar o ambiente e o fluxo de atividades.

Segundo Arellano *et al.* (2007), no Brasil, os periódicos científicos têm como editores uma comunidade heterogênea em relação à formação acadêmica, independente da área do conhecimento. Outra característica destacada é que esses editores, em geral, são pesquisadores que não recebem remuneração nem reconhecimento e assumem a função sem ter formação ou preparo para a função.

Concordando com essa afirmativa, Gomes (2010) ressalta que a função de editor necessita de formação na área editorial e atualização profissional constante. Contudo, a realidade é que os profissionais que estão à frente dos periódicos científicos são pesquisadores

da área, sem formação técnica editorial, mas que gerenciam o periódico, apesar das adversidades.

Ainda sobre a formação do editor, observamos que o cenário que decorre das publicações científicas no Brasil é que “A maioria dos periódicos brasileiros é publicada por cursos, instituições de ensino superior, associações de classe ou sociedades científicas, em que inexistente a tradição de editores com formação específica para o exercício da função” (DIAS; GARCIA, 2008, p. 81).

Outro ponto a destacar é a necessidade de o editor do Brasil ter conhecimento dos critérios e dos parâmetros para atribuição do Qualis periódicos; do estado da arte da área a qual pertence e dos processos administrativo, financeiros e tecnológicos. Como afirmam os autores supracitados, os editores são profissionais que realizam mais de uma atividade profissional no âmbito da ciência e educação.

Uma das ferramentas que auxiliam o cotidiano dos editores são os softwares de gerenciamento de editoração eletrônico. Esses softwares surgiram na perspectiva de padronização da informação disponibilizada pelos periódicos científicos no ambiente digital e melhor desempenho das atividades de gestão editorial (MEIRELLES, 2009).

5.2 OPEN JOURNAL SYSTEM (OJS)

No mercado dos softwares de gerenciamento de periódicos científicos encontram-se uma variedade de ferramentas comerciais e de acesso livre, que vem se expandindo com o objetivo auxiliar as atividades de editoração. Arellano (2008, p. 118) elenca as características que os softwares de gerenciamento têm em comum:

- a) Cadastro de todos os usuários do sistema;
- b) Produção de relatórios e estatísticas de uso;
- c) Adaptabilidade ao processo editorial de cada publicação;
- d) Suporte técnico profissional;
- e) Produção e envio automático de mensagens;
- f) Submissão de trabalhos on-line;
- g) Variedade de formatos de publicação;
- h) Aplicativos opcionais.

Quanto aos softwares de gerenciamento disponíveis, tanto comercial como em acesso livre, Arellano (2008, p. 118) os descreve, conforme apresentamos no Quadro 6:

Quadro 6 - Ferramentas para editoração eletrônica de revistas

NOME	ANO INICIAL	SOFTWARE LIVRE	SOFTWARE PAGO	INSTITUIÇÃO/ EMPRESA
Open Journal Systems (OJS/SEER)	1990	X		British Columbia University, Fraser University
OpenACS	1998	X		ArsDigita
EdiKit©	1999		X	Berkeley electronic Press
EJPress	1999		X	eJournalPress
Electronic Submission and Peer Review (ESPERE)	2000		X	Electronic Libraires Programme (eLib) of the Higher Education Founding Council for England (HFCE)
Rapid Review™	2000		X	Cadmus Journal Service
SciX Open Publishing Services (SOPS)	2001	X		University of Ljubljana (Slovenia)
Bench>Press™	2001		X	HighWire Press®, Stanford University Libraries
Manuscript Central™	2001		X	ScholarOne da Thompson Business
Xpress Track™	2001		X	XpressTrack™
Editorial Manager®	2001		X	Aries Systems Corp.
Article System	2002	X		Sourceforge.net
Allen Track™	2002		X	eJournalPress.com
TOPAZ	2003	X		Edgewall Software
Digital Publishing System (DPubS)	2004	X		Cornell University Library
GAPworks	2005	X		German Academic Publishers
Hyperjournal	2005	X		Hyper Journal Association

Fonte: Arellano (2008, p. 118).

De acordo com esse Quadro, são oito softwares de acesso livre e nove comerciais, desenvolvidos por universidades, bibliotecas, editoras e outras organizações comerciais, localizadas no Canadá, Estados Unidos e Europa.

O *Open Journal Systems* (OJS) ²³ foi desenvolvido pelo professor John Willinksy, como parte do programa de pesquisa do *Public Knowledge Project* (PKP), na University of British Columbia, Canadá. Trata-se de um software livre, de fonte aberta, com distribuição gratuita para instituições interessadas no desenvolvimento de atividades editoriais de periódicos eletrônicos. Desde 2005 é mantido por um conjunto de universidades, destacando-se a Universidade de São Francisco, que serve de sede administrativa.

²³ Disponível em: http://labcoat.ibict.br/portal/?page_id=15.

O site *Open Journal Systems Help*²⁴ apresenta o OJS como um sistema de gerenciamento de publicações periódicas que abrange as atividades de editoração eletrônica, desde a implementação do *site*, bem como todo o fluxo operacional, como a submissão dos manuscritos, seleção dos avaliadores, avaliação, acompanhamento das atividades dos avaliadores, publicação, armazenamento, indexação do periódico e outras decorrentes. No Brasil, foi traduzido e customizado pelo IBICT, recebendo a denominação de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

Em termos nacionais, o primeiro periódico editado por meio desse sistema foi Ciência da Informação, no ano de 2004. A partir de então, o IBICT teve a preocupação de capacitar os editores das instituições que manifestaram interesse em migrar do formato analógico para o digital. Dentre essas instituições encontram-se: universidades, programas de pós-graduação, associações de classe, sociedades e academias interessadas em utilizar a plataforma OJS.

Dessa forma, o OJS vem se consolidando ao longo dos anos como uma importante ferramenta para a editoração de periódicos eletrônicos, sendo atualmente utilizada em todos os cinco continentes. Na década de 1990 do século XX, existia 668 periódicos eletrônicos utilizando esse sistema. Na década seguinte, 2000, já no século XXI, havia 1676; dez anos depois (2010) esse número chegou a 5737 e em 2018, chegava ao patamar de 9412 títulos editados por meio dessa ferramenta (Quadro 7)

Quadro 7 – Expansão do OJS no período 1990 a 2018

LOCAIS QUE USAM O OJS	1990	2000	2010	2018
Leste Asiático e Pacífico	40	151	1002	2505
Europa e Ásia Central	234	531	1536	2447
América Latina e Caribe	258	656	2071	2840
Oriente Médio e Norte da África	4	14	72	120
América do Norte	91	174	501	874
Sul da Ásia	8	18	146	279
África	33	132	409	347
TOTAL	668	1676	5737	9412

Fonte: PKP (2019)²⁵.

Pode-se visualizar no quadro 7 a linha do tempo da expansão e adoção do OJS no período 1990 a 2018. Verifica-se sua presença em todos os continentes de forma crescente, a exemplo do Extremo Oriente e Pacífico, que iniciaram com quatro periódicos em 1990,

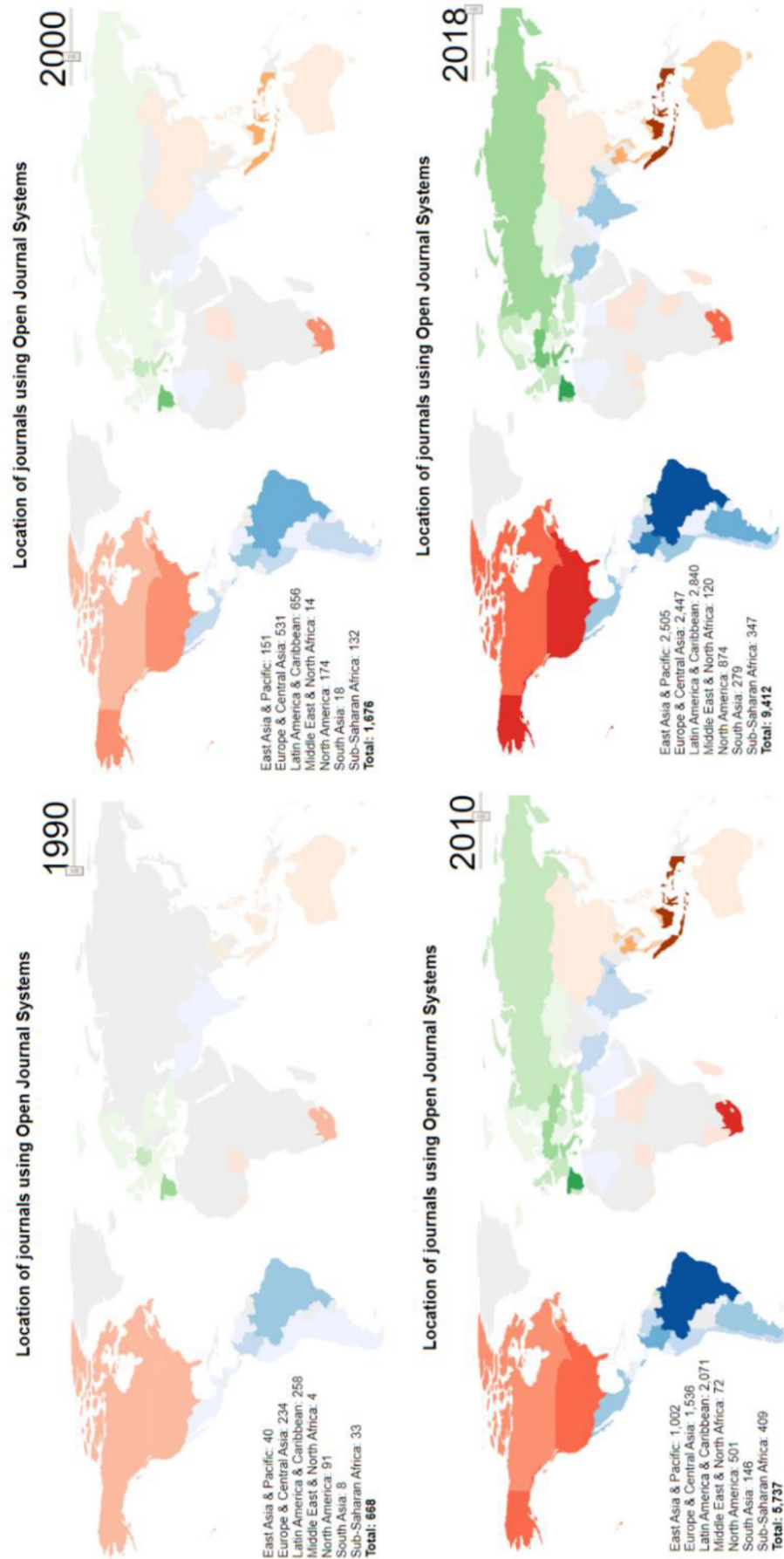
²⁴ Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/help/view/index/topic/000000>.

²⁵ Disponível em: <https://pkp.sfu.ca/ojs/ojs-usage/ojs-map/>.

chegando a 2447 em 2018. Também na Europa e Ásia Central os números são consideráveis quando observamos que, de 234 inicialmente, alcançou 2447 em 2018.

Há que se enaltecer o desempenho da América Latina e Caribe, que ostenta a maior adesão desde que foi lançado o OJS. Em 1990 a região possuía 258 títulos editados com recursos do OJS, atingindo 2840 em 2018, sendo esta a região que se destaca com o maior número de periódicos eletrônicos de acesso aberto publicados utilizando a plataforma. Todas as regiões apontadas apresentaram resultados positivos em relação à adesão à plataforma OJS, excetuando-se a África Subsaariana que, ao contrário das demais, teve desempenho negativo, regredindo em relação ao número de periódicos.

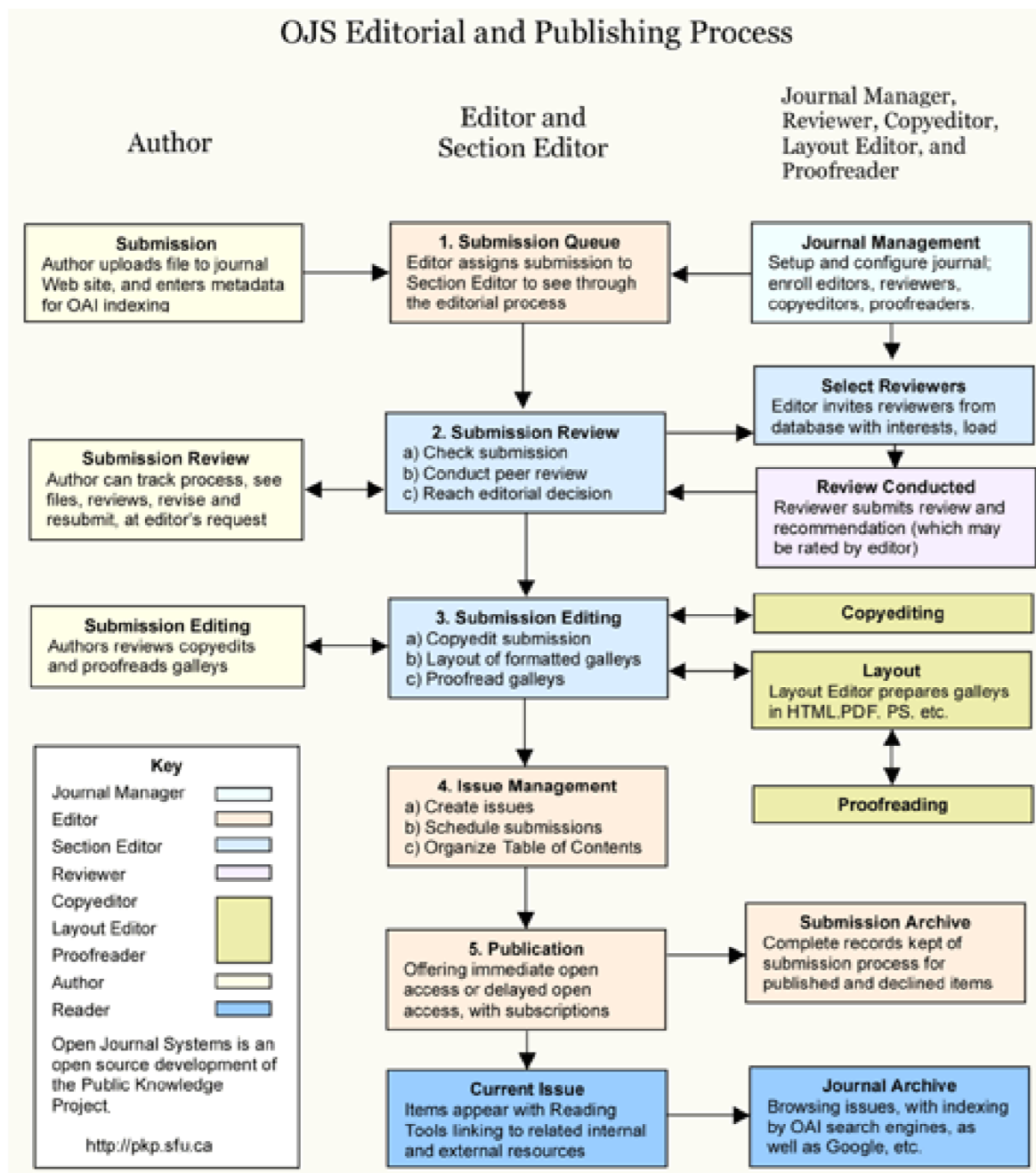
Figura 11 – Locais que utilizam a ferramenta OJS (1990-2018)



Fonte: PKP (2019)¹.

Isso posto, apresentamos na Figura 12 o fluxo do processo editorial do OJS.

Figura 12 – Processo editorial do OJS



Fonte: *Open Journal Systems Help* ²⁶ (2020).

²⁶ Disponível em: <https://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/help/view/intro/topic/000000>
 Acesso em: 17 mar. 2020.

De acordo com a Figura 12, é perceptível a diversidade de atividades e de atores que envolve o processo editorial de um periódico, para além das funções que o editor deve conhecer e ser o mentor do processo, por se encontrar no topo hierárquico do processo editorial.

No Brasil, o editor de periódicos científicos além de realizar as atividades à gestão editorial, é também o responsável pela adequação do periódico aos critérios e parâmetros de estratificação de qualidade consignados pela CAPES, por meio do Qualis-periódicos.

Ressalta-se que o processo de avaliação dos periódicos ocorre integrado a avaliação da CAPES dos programas de pós-graduação nacionais. A atribuição do Qualis pode conferir grau de qualidade aos periódicos científicos, no qual seus editores adequam-se aos critérios e parâmetros de qualificação.

6 COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) E O QUALIS PERIÓDICOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior²⁷ (CAPES), tem como missão a expansão e consolidação da Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil, bem como a formação e qualificação de professores da educação básica.

A CAPES apresenta as seguintes linhas de ação para consolidação, expansão, manutenção e qualidade²⁸:

- a) Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- b) Acesso e divulgação da produção científica;
- c) Investimentos na formação de recursos humanos de alto nível no país e no exterior;
- d) Promoção de cooperação científica internacional;
- e) Indução e fomento na formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A criação dessa instituição se deu na década de 50 do século XX, por meio de um projeto de desenvolvimento político, econômico e social, fundamentado em um acelerado progresso industrial do Brasil. Com a intenção de acompanhar o crescimento econômico, em consonância com a industrialização, o governo tomou a iniciativa de criar instituições para contribuir com ações de auxílio ao progresso nacional (GOUVÊA, 2012).

Dentre as ações para acompanhar o crescimento econômico nacional, a Presidência e os Ministros da Educação e da Saúde, constituíram uma comissão composta por representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio, com a finalidade de promover uma Campanha Nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (BRASIL, 1951)

O foco comum deste projeto de aperfeiçoamento consistia em preparar pessoas especializadas, em quantidade e qualidade, na perspectiva de atender às necessidades dos órgãos públicos e organizações privadas, com vistas ao desenvolvimento econômico e social nacional e oferecer à sociedade a oportunidade de especialização com a utilização de recursos próprios (BRASIL, 1951). Assim, através do Decreto nº 29.74, de 11 de julho de 1951 foi

²⁷ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> Acesso em: 20 mar. 2020.

²⁸ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao> Acesso em: 20 mar. 2020.

instituída a atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que tinha como objetivos (BRASIL, 1951):

- a) Assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país;
- b) Oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento.

Como mecanismos para alcançar os objetivos propostos, o Decreto nº 29.74, apresenta as seguintes metas traçadas pela Comissão (BRASIL, 1951):

- a) Promover o estudo das necessidades do país em matéria de pessoal especializado, particularmente nos setores onde se verifica escassez de pessoal em número e qualidade;
- b) Mobilizar, em cooperação com as instituições públicas e privadas competentes, os recursos existentes no país para oferecer oportunidades de treinamento, de modo a suprir as deficiências identificadas nas diferentes profissões e grupos profissionais;
- c) Promover, em coordenação com os órgãos existentes, o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas pelos programas de assistência técnica da Organização da Nações Unidas, de seus organismos especializados e resultantes de acordos bilaterais firmados pelo Governo brasileiro;
- d) Promover, direta ou indiretamente, a realização dos programas que se mostrarem indispensáveis para satisfazer às necessidades de treinamento que não puderem ser atendidas na forma das alíneas precedentes;
- e) Coordenar e auxiliar os programas correlatos levados a efeito por órgãos da administração federal, governos locais e entidades privadas;
- f) Promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos pós-graduados.

O Decreto nº 29.74, de 11 de julho de 1951, também contempla: o fundo de investimento no processo de especialização e como ele será composto de contribuições públicas ou privadas; os servidores de órgãos da administração pública, das autarquias e sociedade de economia mista selecionados para os programas de aperfeiçoamento deverão ter o seu afastamento facilitado, bem como outros artigos sobre a responsabilidade e os trabalhos dos membros da Comissão (BRASIL, 1951).

Um dos nomes a se enaltecer entre os membros da Comissão é o do educador Anísio Teixeira, atuando como secretário geral, e no ano seguinte assumindo o posto de diretor da instituição, permanecendo no cargo por 12 anos (1952-1964 (GOUVÊA; MENDONÇA, 2006).

Os autores supracitados destacam, dentre os projetos desenvolvidos na gestão de Anísio Teixeira: o Programa Universitário (PgU), implementado no ano de 1953, com o objetivo de oferecer assistência para melhorias das universidades e instituições de ensino superior com um plano de melhores condições de ensino e pesquisa; o Serviço de Bolsas de Estudo (SBE), considerado por Gouvêa e Mendonça (2006) um dos mais importantes. A cooperação entre instituições proporcionou o início do programa SBE, com 79 bolsas distribuídas como subsídio para aperfeiçoamento dentro do país e no exterior; no ano seguinte o número de bolsas quase duplicou com a concessão de 155 bolsas (CAPES, 2011).

Para o processo de desenvolvimento científico, Anísio Teixeira contratou professores visitantes estrangeiros, estimulou atividades de intercâmbio e de cooperação com instituições do exterior, proporcionando visibilidade e oportunidade de intercâmbio para estudantes (CAPES, 2011).

Dez anos depois da criação da CAPES, foi publicado o Decreto nº 50.737, de 7 de junho de 1961, declarando a subordinação da instituição à Presidência da República, bem como atribui à Instituição a execução dos programas anuais de trabalho, que seguirá cinco propósitos (BRASIL, 1961):

- a) O estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisas dos centros universitários brasileiros, visando a melhor formação dos quadros profissionais de nível superior do país;
- b) O aperfeiçoamento do pessoal de nível superior já existente, promovido em função das prioridades ditadas pelas necessidades do desenvolvimento econômico e social do País;
- c) A realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre os problemas envolvidos em seu campo de ação;
- d) A administração das bolsas de estudo oferecidas pelo Governo Brasileiro a latino-americanos e afro-asiáticos para cursos de graduação e pós-graduação no Brasil;
- e) A promoção de outras medidas necessárias à consecução dos seus objetivos definidos nos artigos 2º e 3º do Decreto nº 29.741.

As novas medidas de desenvolvimento para o progresso do ensino superior no Brasil, ainda continham medidas propostas nos objetivos e metas supracitadas na seção do Decreto Nº 29.741, de 11 de julho de 1951, que consistia no aumento de pós-graduados titulados, liberação de agentes públicos para aperfeiçoamento, aperfeiçoamento sem recursos próprios dos estudantes, entre outras iniciativas.

Outro destaque no decreto de 1961 foi a extinção da Comissão e criação do Conselho Consultivo, formado por 11 membros nomeados pelo Presidente da República, que incluía um

Coordenador e um representante das seguintes instituições: Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Conselho Nacional de Pesquisas, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Confederação Nacional da Indústria Confederação Nacional do Comércio, os quais deveriam se reunir, no mínimo duas vezes ao ano, para resoluções de trâmites administrativos referentes à aprovação de planos anuais da CAPES (BRASIL, 1961).

No ano de 1974, com o Decreto nº 74.299, de 18 de julho, a CAPES foi instituída como um órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, desvinculando-se da Presidência da República, formando a sua própria cúpula administrativa e de tomada de decisão (BRASIL, 1961). Com a publicação deste decreto foram definidos para o órgão as seguintes finalidades:

- a) Colaborar com a Direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na implementação da Política Nacional de Pós-Graduação;
- b) Promover a execução das atividades de capacitação de pessoal de nível superior, em consonância com as diretrizes gerais fixadas no plano Nacional de Pós-Graduação;
- c) Gerir a aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, destinados à implantação e desenvolvimento da pós-graduação em geral, na área do Ministério da Educação e Cultura;
- d) Analisar e compatibilizar entre si e com as normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) e do DAU, os programas das instituições de ensino superior, relativos a bolsa de estudo ou assistência financeira para cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, visando principalmente ao magistério superior;
- e) Assessor as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere o item anterior;
- f) Administrar projetos especiais aprovados pelo DAU, que visem a pós-graduação em geral;
- g) Promover ou apoiar a realização de seminários e reuniões em geral para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;
- h) Promover a realização de estudos e pesquisas das necessidades nacionais ou regionais de capacitação de pessoal de nível superior, ou realizá-los diretamente quando constada a conveniência;
- i) Participar da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação a que se refere o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, mediante a identificação das necessidades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e demais condições de funcionamento das instituições de ensino superior relativas ao ensino de pós-graduação;

- j) Manter intercâmbio e contatos com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas inclusive internacionais ou estrangeiras, visando a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes, relativos ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

O Decreto nº 74.299, de 18 de julho 1974, apresenta a estrutura básica administrativa com os cargos Executivos, representado por diretor, divisão técnica e divisão de atividades auxiliar e um Conselho Técnico-Administrativo, como órgão deliberativo da instituição, que tem como atividades aprovação de programação de atividades da CAPES, bem como debater propostas orçamentárias e plano anual de direcionamento de recursos, prestação de contas e relatório anual, quadro de pessoal e tabelas provisórias.

6.1 A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O processo de avaliação da pós-graduação teve início no ano de 1996, com o objetivo de analisar os programas quanto a produtividade e qualidade acadêmica e para sistematizar o processo de distribuição de bolsas, alicerçando o fomento à pesquisa e aos resultados obtidos no processo de avaliação (CAPES, 2011).

Com esse processo foram estabelecidas comissões para avaliar o desempenho e acompanhar os cursos dos programas de pós-graduação (BARATA, 2016). Esse processo passou por modificações na conjuntura do instrumento de avaliação, mas a sua realização continua a ser feita por comissões que são designadas por área do conhecimento

O sistema de avaliação tem como finalidade a obtenção de indicadores que representem o contexto no qual se encontra o cenário da pós-graduação em âmbito nacional, e a visibilidade e parcerias em âmbito internacional, qualificando por meio de notas os programas e elaborando políticas para melhor distribuição de investimento (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011). Desse modo, a avaliação tem por finalidade²⁹:

- a) Certificação da qualidade da pós-graduação brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
- b) Identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.

Em consonância com os objetivos da avaliação dos programas de pós-graduação o SNPG tem como objetivos:

²⁹ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>.

- a) Formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino;
- b) Formação de recursos humanos qualificados para o mercado não acadêmico;
- c) Fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação.

Morosini (2009), ao referir o papel da CAPES no processo de avaliação destaca as quatro linhas de tomada de decisão que alicerçam o desenvolvimento, quais sejam: “[...] avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; e promoção da cooperação científica internacional” (MOROSINI, 2009, p. 131).

Importante destacar que, nas primeiras décadas, a avaliação era realizada anualmente, e os cursos eram avaliados não por programa, mas separadamente, e o resultado da avaliação era obtido por meio de conceitos, dispostos em cinco escalas (A-E), considerando A o mais elevado, (muito bom), B (bom), C (regular), D (fraco) e E (insuficiente), e os resultados eram restritos às agências de fomento (FERREIRA; MOREIRA, 2002; CAPES, 2019).

No ano de 1998, os programas começaram a ser avaliados em escala numérica de 1 a 7, levando em consideração que os cursos com as notas mais elevadas (6-7), deveriam ostentar representatividade em âmbito internacional (FERREIRA; MOREIRA, 2002). Isso implicava que, além de obter êxito nos critérios estabelecidos como meio de qualificação, deveria também ser enfatizada a internacionalização dos programas.

Na construção na ficha de avaliação, norteada pela nova escala numérica de 1998, foram inseridos quesitos base para a avaliação, que variavam de acordo com a área do conhecimento. Esses quesitos contemplavam: a proposta do programa, o corpo docente, as atividades de pesquisa (projetos), as atividades de formação, o corpo discente, as teses e dissertações e a produção intelectual (BARATA, 2015).

A construção dessa base de quesitos e dos itens pré-estabelecidos, a partir de 1998, desencadeou a necessidade de ser realizado o acompanhamento nos dois primeiros anos do período da avaliação trienal, destacando os pontos a seguir (CAPES, 2001):

- a) Como uma forma de legitimidade do processo de avaliação como um todo, à medida que permitia melhor conhecimento da realidade dos programas avaliados;
- b) Como uma forma de permitir às coordenações, antes da realização das avaliações trienais, identificar e corrigir falhas que porventura existissem nas informações fornecidas;
- c) Como forma de detectar eventuais indicadores de estagnação ou queda de desempenho dos programas, de modo a propiciar-lhes planejamento e implementações das correções

de rumo e perspectiva que se fizessem necessárias para que pudessem manter ou atingir a excelência;

- d) Como forma de apresentar aos cursos os princípios orientadores da avaliação trienal e como forma de permitir que o programa tivesse uma visão geral do seu desempenho à luz de tais princípios, quando havia ainda tempo de transformar critérios em políticas internas.

Depois da avaliação trienal relativa aos anos de 2001-2003, no ano de 2005 foi realizada uma revisão e sugerida a proposta de uma nova ficha de avaliação, com um número menor de quesitos, para simplificar o processo de avaliação. Revendo questões desnecessárias, a redução culminou em cinco quesitos: a proposta do programa, o corpo docente, o corpo discente, a produção intelectual e um novo quesito relativo à inserção social do programa. Os quesitos eram compostos de 21 itens e seriam aplicados na avaliação trienal de 2004-2006 (BARATA, 2015; CAPES, 2019).

Para a trienal seguinte, foi criada uma comissão para avaliar a ficha e novas modificações foram feitas, mantendo os cinco quesitos aplicados na avaliação anterior (2004-2006), mas alterando o número de itens, de 21 para 18. O peso dos quesitos foi aplicado conforme se encontra na Tabela 1 (CAPES, 2019). Essa ficha foi mantida nas avaliações trienais de 2007-2009 e 2010-2012 e na quadrienal de 2013-2016, variando o peso dos quesitos nas avaliações.

Tabela 1 - Pesos das fichas de Avaliação dos programas de pós-graduação na área de Comunicação e Informação

Quesito de Avaliação	ME/DO	MP	ME/DO	MP	ME/DO	MP
	(2007-2009)		(2010-2012)		(2013-2016)	
1. Proposta do Programa	--	--	--	--	--	--
2. Corpo Docente	20%	20%	20%	30%	20%	25%
3. Corpo Discente Teses e Dissertações	30%	30%	30%	20%	30%	30%
4. Produção Intelectual	40%	40%	40%	40%	40%	30%
5. Inserção Social e Relevância	10%	10%	10%	10%	10%	15%

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Legenda: ME/DO: Mestrado e Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional.

No que concerne ao peso dos quesitos, são perceptíveis as alterações no percentual ao longo das avaliações, bem como o peso em relação aos programas de Mestrado e Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional. Outro destaque é que, no primeiro triênio de utilização dos cinco quesitos e pesos, não houve alteração entre Mestrado e Doutorado Acadêmico e Mestrado

Profissional, pois como na área só havia um programa, este foi avaliado sob a mesma perspectiva.

Na Avaliação Quadrienal de 2017, as notas foram distribuídas numericamente (1 a 7), com critérios específicos para cada uma, e também com atribuição de conceitos (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Insuficiente) cada um dispondo de padrões e parâmetros a serem seguidos para atribuição de qualificação aos programas de pós-graduação.

Os programas avaliados com notas 1 e 2 são descredenciados por não atenderem aos critérios mínimos da ficha de avaliação, nem atenderem aos parâmetros exigidos pelo documento da área. Assim, os conceitos atribuídos para tais notas são insuficientes e fraco.

Para atribuição da nota 3, o programa é conceituado regular no seu desempenho. Esta nota é atribuída ao programa que apresenta as exigências mínimas para ingresso e permanência no SNPG. A atribuição dessa nota significa que programa atende aos padrões mínimos exigidos pelo documento de área, obtendo os conceitos bom ou regular em relação aos quesitos da ficha de avaliação.

O programa que galga a nota 4, é considerado com o desempenho bom, cumprindo com, pelo menos, três, dos cinco quesitos da ficha de avaliação, incluindo necessariamente o quesito três, que leva em consideração o corpo discente e os trabalhos de conclusão (teses e dissertações), bem como o quesito quatro que se refere à produção intelectual do corpo docente permanente e produções relevantes do programa.

A nota 5 é a nota máxima que um programa com apenas o curso de mestrado pode receber. O programa é referência em âmbito nacional e tem desempenho considerado muito bom, obtendo êxito em pelo menos quatro quesitos da ficha de avaliação. O cumprimento do quesito três, que leva em consideração o corpo discente e os trabalhos de conclusão, e o quesito quatro, referente à produção científica do corpo docente permanente e produções relevantes do programa de pós-graduação.

A nota 6 é atribuída aos programas de referência em relação ao cenário nacional e internacional. São programas que se destacam em relação aos demais, apresentando desempenho equivalente ao dos centros internacionais da área. Estes programas recebem conceito muito bom nos cinco quesitos da ficha de avaliação, podendo haver um esporádico bom.

Por fim, os programas de pós-graduação com nota 7, são referência e excelência em âmbito nacional e internacional. Para obtenção dessa nota, o programa deve obter conceito muito bom em todos os itens dos quesitos da ficha de avaliação.

Para a avaliação do período 2017-2020, uma nova comissão foi instituída para rever o processo de avaliação dos programas e fazer as alterações necessárias na ficha apresentada em 2019. No processo de construção, houve redução dos quesitos de avaliação, sendo considerados: programa, formação e impacto social, e composto por 12 itens basilares para o processo de avaliação. Na proposta de avaliação para o quadriênio (2017-2020), foram reduzidos cinco quesitos e 18 itens, resultando em três quesitos e 12 itens.

O resultado do processo de avaliação é divulgado por meio de relatórios, baseados nas “fichas de avaliação” e nos critérios pré-estabelecidos. O relatório inclui dados qualitativos e quantitativos, dados comparativos com as avaliações anteriores, número de programas por região e suas respectivas notas, e os parâmetros usados para a avaliação vigente.

Assim, a CAPES é o órgão referência para os programas de Pós-graduação do Brasil, e lida com processo contínuos de análise de proposta de novos programas de pós-graduação, avaliação, fomento, dentre outras atividades que culminam em políticas para o progresso da ciência, tecnologia e inovação, aperfeiçoando os indivíduos e tornando-os seres capacitados para a docência e para o mercado de trabalho.

6.2 A AVALIAÇÃO NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

O processo de avaliação ocorre a partir da subdivisão das áreas do conhecimento, formação de comissão de representantes das áreas e configuração do instrumento, elencando os pontos a serem avaliados, visando atribuir um conceito ou nota e atestar a qualidade de um programa.

As áreas do conhecimento da CAPES³⁰ foram criadas na perspectiva de facilitar o processo de avaliação, subdividindo-as de acordo com afinidades em três colégios, os quais se subdividem em nove grandes áreas: Colégio de Ciências da Vida (Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde); Colégio de Ciência Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Multidisciplinar); e Colégio de Humanidades (Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes). Dentro destas nove grandes áreas se encontram 49 áreas do conhecimento científico. Dentre estas, destacamos a área de Comunicação e Informação, composta pelas áreas básicas de Desenho Industrial, Museologia, Comunicação e Ciência da Informação, constituída pelos programas de pós-graduação em: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação

³⁰ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>

e do Conhecimento, Métodos Quantitativos, Bibliometria, Jornalismo, Editoração, Mídia, Imagem e Som, Museologia, Arte Patrimônio e Museu.

A área básica de Desenho Industrial foi inserida recentemente na Comunicação e Informação, entretanto ainda não há programas de pós-graduação, para representar a área no sistema de avaliação.

Quanto a avaliação dos programas da área de Comunicação e Informação, apresentamos no Quadro 8 as áreas básicas e seus respectivos programas: Mestrado Acadêmico (ME); Doutorado Acadêmico (DO); Mestrado Profissional (MP); Doutorado Profissional (DP); Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico (ME/DO); Mestrado Profissional e Doutorado Profissional (MP/DP).

Quadro 8 – Programas de Pós-graduação da área de Comunicação e Informação

TOTAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO							
ÁREA	TOTAL	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP
Ciência da Informação	27	6	0	8	0	13	0
Comunicação	57	16	0	9	0	32	0
Desenho Industrial	0	0	0	0	0	0	0
Museologia	6	3	0	2	0	1	0
TOTAL	90	25	0	19	0	46	0

Fonte: Plataforma Sucupira³¹ (2020).

Conforme o Quadro 8, a área de Ciência da Informação contempla 27 programas, sendo seis mestrados acadêmicos, oito mestrados profissionais, e 13 programas com mestrado e doutorado acadêmico. Verificamos, ainda, que nesta área o total de 90 programas são avaliados.

A partir da avaliação 2013-2016, a CAPES passou a utilizar a Plataforma Sucupira³² como novo sistema de coleta de dados dos programas. Essa Plataforma não só facilitou as atividades das comissões no processo de avaliação, mas também veio auxiliar os cadastros (docentes, discentes, produções intelectuais e técnicas) realizados pelas coordenações das pós-graduações. O sistema promete facilidade no acompanhamento das avaliações e transparência no processo (CAPES, 2014).

A partir desse histórico, são perceptíveis as alterações constantes para os programas se adequarem na perspectiva de uma melhor avaliação, em busca de visibilidade e fomento para o fortalecimento do programa.

³¹ Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=31>

³² Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

6.2.1 O Qualis periódicos na área de comunicação e informação

A produção científica é um dos destaques das avaliações dos programas de pós-graduação. Dentre a diversidade de tipologia documental existente, encontram-se: as teses e dissertações defendidas, a publicação de livros e capítulos, as comunicações apresentadas em eventos, as produções artísticas e técnicas, os artigos publicados em periódicos científicos etc.

Estabelecido pela CAPES (2017), o Qualis periódicos é um sistema que avalia e atribui estrato de qualidade aos periódicos científicos utilizados como meio de comunicação para divulgar a produção intelectual dos docentes e discentes vinculados aos Programas de Pós-graduação.

De acordo com Leite (2010) o Qualis periódicos é considerado um indicador de qualidade para periódicos científicos, classificando a produção científica dos Programas de Pós-Graduação, distribuída de acordo com as áreas do conhecimento da CAPES. Santa Anna (2017) complementa e destaca o Qualis periódicos como um importante indicador de qualidade dos periódicos científicos, contudo diferente do fator de impacto e da indexação em bases de dados como é usual em âmbito internacional, constitui um padrão de excelência em domínio nacional.

Ao ser incorporado ao sistema de avaliação, como ferramenta de análise e estratificação da produção científica de uma área do conhecimento, estimula os editores responsáveis pela gestão editorial, a enxergar o periódico pautado em critérios a serem seguidos, tais como: “[...] fatores intrínsecos (corpo editorial, revisão por pares, conteúdo científico, dentre outros) e extrínsecos (periodicidade, indexação, fator de impacto, sistema Qualis/Capes, endogenia etc., em constante busca da qualidade” (SANTA ANNA, 2017, p. 290).

Consoante Costa e Yamamoto (2008, p. 14) “[...] as avaliações de periódicos científicos são consideradas essenciais para tentar assegurar qualidade ao processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da ciência e garantir que o que está sendo produzido e veiculado é relevante e confiável”.

Em conjunto com a avaliação dos programas de pós-graduação, com as mudanças que ocorreram na ficha, que institui quesitos e itens de avaliação, no ano de 1998, como citado na subseção anterior (5.1), foi incorporado o quesito de produção intelectual, que consistia em avaliar a produção acadêmica, bem como os artigos científicos publicados pelos docentes e discentes vinculados aos programas de pós-graduação. Dada a demanda, a Comissão decidiu por não mais avaliar os artigos, mas os meios de comunicação nos quais eram publicados, que a partir de então começaram a ser avaliados pelo seu alcance: A (internacional), B (nacional) e C (local) (BARATA, 2016).

Conforme o alcance das publicações, esse estrato ficou vigente nas avaliações que ocorreram em 1998 e 2006; esta classificação foi utilizada como padrão para todas as áreas do conhecimento, o que favorecia áreas já consolidadas e deixando em desvantagem áreas do conhecimento que estavam há pouco tempo no cenário da ciência como área do conhecimento (BARATA, 2016; PINTO; FAUSTO, 2013).

Na avaliação que corresponde ao período de (1998-2000), os resultados quantitativos obtidos não eram apresentados no relatório final do triênio, o que se tinha era um parecer qualitativo acerca dos dados coletados e analisados. No tocante a área de Comunicação e Informação, no documento de área de 2001, nomeada de Ciências Sociais Aplicadas I, a área se encontrava em estado de amadurecimento e consolidação, o que não trazia segurança no que se refere as atividades desenvolvidas em seus Programas de Pós-graduação, e a responsabilidade da avaliação recaía sobre o quesito das atividades de pesquisa, quanto as teses e dissertação e produção intelectual quesitos 6 e 7 da avaliação (CAPES, 2001).

Apesar de não apresentar dados numéricos, o relatório da área de Ciências Sociais Aplicadas I (1998-2000), endossado pela CAPES (2001), revelava que a produção da área consistia em um número pequeno, que não conduzia à teorização da área, mas direcionada a generalização, como peso numérico maior. Como a área estava em processo de amadurecimento, referências teóricas e metodológicas são necessárias para construção e consolidação de uma identidade. Assim, dado o pequeno número que representava a produção, a avaliação foi realizada em uma perspectiva qualitativa da produção intelectual em geral.

Na avaliação seguinte, triênio 2001-2003 (Quadro 9), foi adotado o quesito Produção Intelectual, utilizando o sistema Qualis periódicos, por já haver um número considerável de periódicos para elaboração de um parecer sobre a produção científica da área de Comunicação e Informação, que nesse relatório é nomeada de Comunicação e Ciência da Informação (CAPES, 2004).

Para o sistema de avaliação, a comissão de área considerou a base do Qualis periódicos CAPES (2004), que consiste em ponderar a circulação, qualidade e importância do periódico onde são publicados os artigos científicos produzido por membros dos programas de pós-graduação, para a designação dos critérios e parâmetros de avaliação.

Em um primeiro momento, foram estabelecidos critérios mínimos para um periódico ser considerado científico e ser inserido para avaliação, na área de Comunicação e Ciência da Informação que consistia em: a) Registro no ISSN (*International Standard Serial Number*); b) Explicitação das regras de submissão de originais; c) Conselho Editorial (indicação dos

responsáveis pela avaliação dos originais e indicação da comissão editorial); d) Periodicidade (CAPES, 2004).

Após passar por esse filtro inicial, os periódicos eram submetidos a análise para atribuição do estrato de qualidade (CAPES, 2004):

Quadro 9 - Critérios Qualis Avaliação Trienal (2001 – 2003)

Qualidade das regras de publicação, em função dos seguintes indicadores	a) prioridade dada ao texto decorrente de pesquisa em face de outros gêneros de texto; b) prioridade dada ao texto inédito; c) prioridade dada à descoberta científica e à invenção metodológica ou conceitual contra o princípio de “escoamento da produção” da instituição.
Qualidade do Conselho Editorial, materializada nos seguintes indicadores:	a) efetividade da “revisão de pares”, de acordo com regras científicas internacionalmente adotadas; b) composição do conselho editorial de acordo com o nível da circulação do periódico (internacional, nacional e local); c) composição do conselho editorial que ateste maturidade científica e senioridade em pesquisa dos seus membros;
Distribuição da Autoria, em função dos seguintes indicadores:	a) predomínio absoluto de autores de fora da instituição (em periódicos internacionais e nacionais pelo menos 70% dos autores não devem pertencer à instituição editora); b) prioridade de autores com maior maturidade científica.
Qualidade dos trabalhos e impacto sobre o campo científico da Comunicação ou da Ciência da Informação	—
Circulação efetiva do periódico, com presença de coleções em pelo menos todas as bibliotecas dos programas de pós-graduação da área, em caso de periódicos nacionais.	—

Fonte: adaptado do relatório de área (CAPES, 2004).

Como resultado da primeira avaliação na área Comunicação e Ciência da Informação, foram descartadas as publicações periódicas não consideradas científicas, por não se enquadrarem nos critérios mínimos. Dentre os periódicos selecionados para serem submetidos a análise, foram identificados a regularidade da periodicidade e o número de artigos em coautoria entre docentes e discentes dos programas da Pós-graduação.

Como ponto a ser otimizado na área de Comunicação e Ciência da Informação, foi apontada a predominância dos periódicos impressos, destacando a importância da migração para o ambiente eletrônico, dada a agilidade entre o recebimento do original e a publicação.

A avaliação trienal de 2004-2006, apresenta apenas o modo de estratificação no Qualis periódico, que consistia em: A (internacional), B (nacional) e C (local), sem mencionar se haveria mais critérios para o estabelecimento de qualidade, ou critérios mínimos para seleção dos periódicos aptos a avaliação. Entretanto, foi ressaltado a importância da qualidade em detrimento da quantidade de artigos publicados, porque no Qualis periódicos o que importa não é o número de publicação dos indivíduos vinculados a programas de Pós-graduação, mas o periódico no qual o artigo foi publicado (CAPES, 2007).

Ao criticar o incentivo da produtividade focado no número de publicação, os autores Kuenzer e Moraes (2005), enfatizam a importância da produção consciente e de qualidade, a fim de que um artigo possa ser submetido aos periódicos com estrato Qualis elevado, pois só assim, os autores, o programa de pós-graduação e as instituições de fomento obterão retorno e visibilidade.

Foi recomendado a criação de periódicos eletrônicos, pois estes além de facilitar o processo de publicação, também facilita o acesso e, como consequência, a visibilidade e o alcance na disseminação da publicação da produção intelectual da área.

O processo de avaliação seguinte, 2007-2009, sofreu profundas mudanças no que concerna ao Qualis periódicos. Após três avaliações com estratos de qualidade distribuído nas classificações A, B e C, foi criada uma ficha de avaliação contemplando todas as áreas do conhecimento, o que trouxe discordância na atribuição do Qualis de algumas áreas já consolidadas em relação às que estão em processo de desenvolvimento. Desde então, foi estabelecido o novo Qualis no qual cada comissão de área elaboraria a ficha de avaliação de acordo com as particularidades dos periódicos de cada área do conhecimento (LEITE, 2010).

O Qualis apresentado na avaliação de (2007-2009), permanece com os estratos A, B e C, mas dispostos em oito estratos distribuídos em A1, o mais elevado, seguidos de forma decrescente pelos Qualis A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Salienta-se que as classificações distribuídas nos estratos A e B têm caráter científico, e a classificação C não é passível de pontuação na avaliação por não alcançar os critérios mínimos da ficha de avaliação para ser considerado científico.

Como exposto, cada comissão de área tem autonomia para adaptar os critérios Qualis periódicos, mas no esquema de classificação dos periódicos, a CAPES, segundo Soma, Alves e Yanesse (2016), designou como regra que o número de periódicos A1 não pode ultrapassar o A2, o número de A1 e A2 não podem ultrapassar 25% do total dos periódicos avaliados, o número de A1, A2 e B1 não deve ultrapassar 50% do total dos periódicos avaliados, e nenhum dos estratos pode estar vazio, com exceção do C.

Outro ponto relacionado com os critérios distribuídos no Qualis é que cada categoria da classificação, para ser estratificado deve seguir os critérios da classe Qualis em que está situada e os critérios que almeja alcançar; assim, prosseguindo em um acúmulo de padrões com a meta de chegar a alta performance na classificação dos periódicos.

Dado o número reduzido de periódicos científicos indexados em bases de dados internacionais da área de Ciências Sociais Aplicadas I, na avaliação 2007-2009, a comissão estabeleceu critérios e parâmetros de classificação para minimizar a discrepância com outras áreas do conhecimento (CAPES, 2009; 2010). Assim, foram fixados os critérios apresentados no Quadro 10:

Quadro 10 – Critérios Qualis Avaliação Trienal (2007-2009)

QUALIS C	Periódicos sem caráter científico-acadêmico.
QUALIS B5	Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.
QUALIS B4	Além de atenderem às características mínimas que o definem como periódico científico, apresentam: publicar pelo menos 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico; publicar pelo menos 20% de autores doutores; manutenção da periodicidade.
QUALIS B3	Ser publicado por instituição com Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ou Sociedade Científica de âmbito nacional reconhecida pela Coordenação de Área ou por Instituições Profissionais de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal; publicar pelo menos 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico; publicar pelo menos 40% de autores doutores; manutenção da periodicidade.
QUALIS B2	Além de atender aos critérios estabelecidos para os estratos inferiores o periódico deve publicar pelo menos 50% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico; estar indexado em pelo menos 2 das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou CLASE. Na área de Ciência da Informação ou Museologia: INFOBILA, LISA, Scopus, Web of Science, ou similar. Na área de Comunicação: CMMC, Scopus, LAPTOC, Web of Science, ou similar; publicar pelo menos 60% de autores doutores; manutenção da periodicidade.
QUALIS B1	Além de atender aos requisitos dos estratos inferiores, publicar pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico; estar indexado em pelo menos 3 das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou CLASE. Na área de Ciência da Informação ou Museologia: INFOBILA, LISA, Scopus, Web of Science, ou similar. Na área de Comunicação: CMMC, Scopus, LAPTOC, Web of Science, ou similar; publicar pelo menos 70% de autores doutores; manutenção da periodicidade; publicar com pelo menos 10% dos artigos com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras.
QUALIS A2	Além de atender aos requisitos estabelecidos para os estratos B1, publicar pelo menos 70% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico; estar indexado em pelo menos 4 das

	seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou CLASE. Na área de Ciência da Informação ou Museologia: INFOBILA, LISA, Scopus, Web of Science, ou similar. Na área de Comunicação: CMMC, Scopus, LAPTOC, Web of Science, ou similar; publicar pelo menos 80% de autores doutores; manutenção da periodicidade; publicar com pelo menos 20% dos artigos com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras.
QUALIS A1	Além de requisitos exigidos para o estrato A2, deve ser um periódico de destaque de qualidade, avaliado pelos seus relatórios e título do JCR 2008.

Fonte: Adaptado do Documento de Área, CAPES (2009).

Os resultados desta avaliação 2007-2009) relatam que a classificação referente aos novos critérios foi elaborada de modo cuidadoso, mas foi necessário o auxílio de consultores *ad-hoc*, para analisar e cruzar os dados enviados pelos Programas e o número de periódicos publicados, e destaca o número expressivo de docentes que haviam publicado em periódicos indexados em bases de dados internacionais de renome (CAPES, 2010).

Esses resultados de melhoria no padrão de qualidade de publicação dos docentes dos programas de Pós-graduação, de acordo com o relatório CAPES (2010), proporciona uma maior capacidade de resolver problemas relevantes na área do conhecimento, construção do estado da arte, consolidação e amadurecimento, preenchendo lacunas bibliográficas da área.

No documento de área da avaliação 2010-2012, a seção designada ao Qualis destaca o compromisso no processo de classificação e atribuição de estrato de qualidade (A1, A2, A3, B1, B2, B3, B4, B5 e C), aplicando os critérios e parâmetros na perspectiva de representar a qualidade que o periódico dispõe no triênio, e ser referência de reconhecimento da produção intelectual dos programas, em consonância com o meio de comunicação científica escolhido (CAPES, 2013a).

O estabelecimento de novos critérios e parâmetros de avaliação obedeceu a mesma ordem estrutural de avaliação com os oito estratos de classificação, no relatório de avaliação da área de Ciências Sociais Aplicadas I da CAPES (2013b), e destaca como nova mudança o critério relacionado à relevância do periódico na área no estrato Qualis A2, mas se observado, há diversas outras modificações nos critérios entre as fichas de 2007-2009 e 2010-2012 (Quadro 11).

Quadro 11 – Critérios Qualis Avaliação Trienal (2010-2012)

QUALIS C	Periódicos sem caráter científico-acadêmico.
QUALIS B5	Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.

QUALIS B4	Além de atenderem às características mínimas que o definem como periódico científico, apresentam: publicação de artigo com um número mínimo de autores doutores pertencentes a diferentes instituições daquela que edita o periódico; periodicidade e acessibilidade; quantidade equilibra de artigo por volume e número publicado.
QUALIS B3	Além de atender aos critérios estabelecidos para o estrato B4, publicação de artigo com um número mínimo de autores doutores vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
QUALIS B2	Além de atender aos critérios estabelecidos para os estratos inferiores, o periódico deve estar indexado na DOAJ.
QUALIS B1	Além de atender aos requisitos dos estratos inferiores, o periódico deve estar indexado em pelo menos 1 das seguintes bases de dados: LATINDEX, REDALYC, DOAJ, LISA, CLACSO, CLASE e INFOBILA; artigos originais de autores doutores, vinculados a diferentes instituições, com expressiva publicação por volume, de autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras.
QUALIS A2	Além de atender aos requisitos estabelecidos para os estratos B1, os artigos publicados devem, na sua totalidade, artigos originais de autores doutores, vinculados a diferentes instituições, com expressiva publicação 50% por volume, de autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras; os periódicos devem estar indexados nas bases Scopus ou Scielo, periódico considerado relevante para a áreas a partir dos seguintes fatores: origem da publicação e dos artigos, quantidade de artigos publicados, acessibilidade do formato digital, projeção internacional com 50% dos autores estrangeiros.
QUALIS A1	Além de requisitos exigidos para o estrato A2, os periódicos devem ser pertinentes às áreas das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, estando indexados nas bases <i>Web of Science</i> e/ou JCR.

Fonte: Adaptado do Documento de Área, CAPES (2013a).

Ao comparar as fichas de avaliação do Qualis periódicos de 2007-2009 e 2010-2012 são perceptíveis as alterações nos critérios, que se iniciam em ordem decrescente no Qualis B4, com a versão de 2013, dispensando as porcentagens e apenas exigindo um número mínimo de artigos, com autores doutores externos à instituição que edita o periódico; é inserido o critério acessibilidade e o equilíbrio de artigos nos números e volumes publicados nos últimos dois triênios, e permanecendo o critérios periodicidade.

No estrato de qualidade B3, é extinto o critério de vínculo editorial do periódico com instituição que mantenha Pós-graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional reconhecida pela Coordenação de Área ou por Instituições Profissionais de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES, CNPq, ou financiamento estatal. Não é utilizado a porcentagem para mínimo de publicações com doutores, mas mantido o número mínimo de autores doutores externos à instituição.

No estrato B2 é excluído a porcentagem e permanece o número de instituições, mínimo de autores doutores externos à instituição, e estabelece que o periódico deverá ter sua indexação no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) como única opção, excluindo deste estrato as outras fixadas como critérios na avaliação 2007-2009.

Para a classificação no estrato B1, não são utilizados percentuais, como na avaliação 2010-2012, mas é exigido que os artigos publicados devem ter como autores, doutores externos à instituição que edita o periódico, e um número expressivo de artigos publicados com autoria ou coautoria de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras. Também é exigido a indexação em pelo menos uma das seguintes bases de dados: *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (LATINDEX); *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (REDALYC); DOAJ; *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO); *Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades* (CLASE), subdividido em mais duas subáreas de Ciência da Informação e Museologia: Base de Dados de *Información y Bibliotecología Latinoamericana* (INFOBILA) e *Library Literature & Information Science, Library and Information Science Abstracts* (LISA).

No tocante ao estrato de qualidade A2, a porcentagem em relação aos artigos publicados por doutores externos à instituição que edita o periódico é 70% em 2007-2009, e 50% nos critérios de 2010-2012. No que tange à indexação, o periódico deve ser indexado na *Scopus* ou *Scielo*. Surgiu o critério de reputação do periódico em relação a sua relevância quanto a: origem da publicação; origem dos artigos; quantidade de artigos nos triênios 2007-2009 e em 2010-2012: acesso facilitado pelo formato digital; projeção internacional do periódico, publicação de 50% de artigos de autores estrangeiros.

E como critério A1, o mais elevado, o periódico tem que estar indexado na *Web of Science* ou JCR, e refere-se ao destaque na área Ciências Sociais Aplicadas I e na grande área de Ciência Humanas.

De modo geral, as divergências consistem em não especificar as questões de vínculo e titulação, o que pode comprometer o processo gerencial dos periódicos, pois como essas questões estão em destaque na avaliação, elas devem ser incorporadas e aplicadas e a omissão do que deve ser realizado pode afetar a conquista de um Qualis elevado.

Como resultado da avaliação do Qualis periódicos, CAPES (2013), foram destaque: o acesso, proporcionado pela inserção dos periódicos no ambiente digital, a projeção internacional, em função de maior número de autores com a titulação de doutor e autores e coautores doutores e estrangeiros. O relatório da avaliação, pela primeira vez, apresentou os dados numéricos do Qualis conforme a Tabela 2:

Tabela 2 - Periódicos por Estrato (2010-2012)

ESTRATO	Trienal 2013					
	2010		2011		2012	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
A1	32	4,17	44	4,36	46	3,73
A2	38	4,95	58	5,75	61	4,95
B1	88	11,46	113	11,20	167	13,54
B2	73	9,51	104	10,31	99	8,03
B3	95	12,37	138	13,68	175	14,19
B4	175	22,79	196	19,43	260	21,09
B5	267	34,77	356	35,28	425	34,47
A1-B5	768	100%	1.009	100%	1233	77,69%
C	251	24,63	273	21,28	309	19,47
NP	56		46		45	
TOTAL	1075	100%	1.283	100 %	1587	100%

Fonte: Adaptado CAPES (2013a; 2013b).

De acordo com a Tabela 2 é perceptível o crescimento no número de periódicos no decorrer do triênio. Verifica-se, como citado por Soma, Alves e Yanesse (2016), que os periódicos classificados com o estrato A1 não podem ultrapassar o A2; os estratos A1 e A2 não podem ultrapassar 25% do total dos periódicos avaliados; e os estratos A1, A2 e B1 não devem ultrapassar 50% do total dos periódicos avaliados. A Figura 13 mostra as regras e a distribuição e pontuação por estrato.

Figura 13 – Regras CTC de distribuição em estratos e pontuação por estrato

Regras CTC	Pontuação por estrato
A1 < A2	A1 = 100
A1 + A2 ≤ 25%	A2 = 85
A1 + A2 + B1 ≤ 50%	B1 = 70
B2 + B3 + B4 + B5 ≥ 50%	B2 = 55
	B3 = 40
	B4 = 25
	B5 = 10
	C = 0

Fonte: CAPES (2013a)

Há que se destacar o número de periódicos considerados não científicos, classificados como C, que também apresenta crescimento, o que corrobora com os enunciados dos relatórios das avaliações anteriores, ao reconhecer que o aumento do número de periódicos não significa

aumento da qualidade, como ocorreu com o estrato A1, que no início da avaliação possuía 36 títulos e atingiu 46, não se aproximando do limite proposto na regra da CAPES, diferentemente com o ocorrido com o estrato C, que inicialmente possuía 251 periódicos, aumentando para 309. Importante ressaltar que, a partir desta avaliação, é possível encontrar a distribuição dos estratos na Plataforma Sucupira.

A próxima avaliação sofreu alteração, de trienal para quadrienal, equivalendo aos anos 2013-2016. Também foi alterado o nome da área do conhecimento, sendo extinta Ciências Sociais Aplicadas I e substituída pela área de Comunicação e Informação, nomenclatura mais representativa das subáreas (Comunicação, Ciência da Informação e Museologia) e Programas de Pós-graduação (Desenho Industrial, Museologia, Comunicação e Ciência da Informação, constituída pelos programas de pós-graduação em: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e do Conhecimento, Métodos Quantitativos, Bibliometria, Jornalismo, Editoração, Mídia, Imagem e Som, Museologia, Arte Patrimônio e Museu).

Quanto ao Qualis periódicos, este é apontado como componente essencial na avaliação dos Programas de Pós-graduação na área de Comunicação e Informação, dado o valor da produção científica periódica no processo de qualificação. Evidencia que os critérios são construídos na perspectiva de valorar qualitativa e quantitativamente, com base em parâmetros de relevância científica, originalidade, complexidade, acesso e impacto acadêmico, público e social (CAPES, 2017).

Os oito estratos de qualidade (A1, A2, A3, B1, B2, B3, B4, B5 e C), seguindo as últimas duas avaliações, mas com alterações no que concerne aos critérios que guiam o processo de atribuição de estrato de qualidade, são apresentados no Quadro 12:

Quadro 12 – Critérios Qualis Avaliação Quatrienal (2013-2016)

QUALIS C	Periódicos sem caráter científico-acadêmico.
QUALIS B5	Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.
QUALIS B4	Além de atenderem às características mínimas que o definem como periódico científico, apresentam: vínculo com programa de pós-graduação, instituição de pesquisa ou associação científica e profissional da área; periodicidade regular, acessibilidade, ocorrência de artigos assinados por doutores oriundos de instituições distintas daquela que edita o periódico; conselho editorial interinstitucional de caráter regional.

QUALIS B3	Além de atender aos critérios estabelecidos para o estrato B4, deve ainda dispor de Conselho editorial nacional, apresentar uma quantidade equilibrada de artigos entre os números e volumes e publicar em cada edição pelo menos três artigos de autores doutores vinculados a instituições distintas daquela que edita o periódico.
QUALIS B2	Além de atender aos critérios estabelecidos para os estratos inferiores, o periódico deve ter uma expressiva presença de doutores entre seus autores e estar indexado em pelo menos 1 (uma) das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou LISA. O Conselho editorial deve contemplar a diversidade regional do país.
QUALIS B1	Além de atender aos requisitos dos estratos inferiores, o periódico deve estar indexado em pelo menos 2 (duas) das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou LISA e possuir um Conselho Editorial Internacional. Deve ainda apresentar, em cada uma de suas edições, expressiva maioria (mínimo de 80%) de autores doutores oriundos de instituições distintas daquela que edita o periódico.
QUALIS A2	Além de atender aos requisitos estabelecidos para os estratos B1, os artigos publicados devem, na sua totalidade, ter doutores como autores (admitidas coautorias com mestres). Os periódicos devem estar indexados nas bases Scopus ou Scielo, admitidas exceções, até o limite de 5 (cinco), para periódicos com elevada reputação na área e essenciais para a difusão do conhecimento no Brasil. Essas exceções têm caráter provisório, estimulando-se a filiação desses periódicos a essas bases ao longo do próximo quadriênio.
QUALIS A1	Além de requisitos exigidos para o estrato A2, os periódicos devem ser pertinentes às áreas das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, estando indexados nas bases <i>Web of Science</i> e/ou JCR.

Fonte: Adaptado do Relatório Quadrienal, CAPES (2017).

Entre a avaliação trienal 2010-2012 e a quadrienal 2013-2016, houve alterações importantes nos critérios de estratificação, no que concerne aos critérios mínimos para um periódico ser considerado científico. Veja-se que no estrato Qualis B5, permaneceram os mesmos, voltados para questões de institucionalização, normas, políticas, avaliação entre outros, como apontam os Quadros 8, 9 e 10.

No que tange aos critérios das avaliações Qualis 2010-2012 e 2013-2016, as mudanças apresentadas no critério B4, consistem em exigência do vínculo do periódico a um Programa de Pós-Graduação, instituição de pesquisa ou associação científica e/ou profissional da área, e a especificação direcionada ao conselho editorial que pode ser composto por membros de caráter regional. Ambas as avaliações apontam que os periódicos devem ter publicações de autores com o título de doutor, mas não especifica a quantidade ou porcentagem e enfatiza a periodicidade e o acesso.

Para o Qualis B3, a avaliação 2013-2016 estabelece que o conselho editorial deve dispor de membros provenientes de diferentes instituições nacionais e publicar um número equilibrado de artigo por fascículo e volumes, critérios estes inexistentes na avaliação anterior de 2010-

2012. Nessa avaliação era preconizado apenas um número mínimo de autores doutores vinculados a pelo menos três instituições diferentes daquela onde o periódico é editado.

Para o Qualis B2, é exigida indexação em ambas as avaliações. Na avaliação 2010-2012 o critério consistia na indexação no DOAJ, e na quadrienal, 2013-2016, a exigência é estar indexado em uma base de dados, mas com quatro opções: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou LISA. Exige, ainda, um número expressivo de doutores entre os autores, não especificando o número, e o Conselho editorial deve conter membros de diversas regiões do país.

Em relação ao Qualis B1, em ambas as avaliações, 2010-2012 e 2013-2016, é obrigatória a indexação em bases de dados. Especificamente em 2010-2012, a indexação deveria ser em uma base de dados com sete opções: LATINDEX, REDALYC, DOAJ, LISA, CLACSO, CLASE e INFOBILA, enquanto em 2013-2016, a indexação permanece com as quatro citadas no Qualis anterior, mas o periódico deve estar indexado em duas das opções sugeridas. As duas avaliações também apresentam no estrato B1 a supremacia de artigos de autores doutores, todavia na avaliação (2010-2012), não é posta uma porcentagem a ser seguida, bem como os doutores devem ser de instituições estrangeiras. A avaliação (2013-2016) especifica que cada uma das edições deve ser composta de 80% de autores doutores externos à instituição que edita o periódico. A internacionalização neste estrato está centrada nos membros do Conselho editorial.

No penúltimo estrato, o Qualis A2, não foram entradas muitas diferenças nas avaliações. Observamos que na avaliação 2010-2012 a totalidade dos artigos deve ser de autores doutores externos à instituição que edita o periódico e destes, 50% dos autores ou coautores devem ser filiados a instituição estrangeira. Na avaliação 2013-2016, percebemos que todos os artigos devem ter a autoria de doutores, porém é admitida a coautoria de mestres. Em ambas as avaliações, os periódicos devem ser indexados na base de dados *Scopus* ou *Scielo*. Serão admitidos periódicos que não se enquadrem nesse critério de indexação, desde que seja representativo para a área, em âmbito nacional, não havendo limite no número de periódicos que podem ser inseridos de acordo com o que preconiza a avaliação de 2010-2012, em contrapartida, a avaliação de 2013-2016, limita esse número a cinco títulos de periódicos, ressaltando que eles devem se enquadrar em todos os critérios no decorrer do quadriênio seguinte.

Comparando as avaliações 2010-2012 e 2013-2016 em relação ao Qualis A1, constatamos que nas últimas duas avaliações não há divergências, pois ambas mantêm os critérios de representatividade e pertinência do periódico perante a área de Ciência Sociais,

Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e a obrigatoriedade de indexação nas bases de dados *Web of Science* e/ou a JCR.

Os resultados dessas modificações foram obtidos no relatório quadrienal do Qualis periódicos da CAPES (2017), na área de Comunicação e Informação. De acordo com o relatório, a análise considerou o total de “[...] 1565 títulos, dos quais 335 (21,4%) não se caracterizavam como periódicos acadêmico-científicos, tendo sido classificados no estrato C” (CAPES, 2017). Esse dado é significativo, posto que um quarto dos periódicos, não tem representatividade e não alcançaram os critérios basilares para se classificar em nenhum estrato que corresponde a periódico científico.

Apesar das avaliações terem iniciado em 2001, não havia ainda os estratos de qualificação, por esse motivo os critérios não se encontram no Quadro 13, onde apresentamos um resumo dos critérios utilizados nas avaliações a partir de 2007, para efeitos de comparação das alterações ocorridas.

Quadro 13 – Critérios de avaliação do Qualis referente ao período 2007 a 2016

Estratos	2007-2009	2010-2012	2013-2016
C	Periódicos sem caráter científico-acadêmico.	Periódicos sem caráter científico-acadêmico.	Periódicos sem caráter científico-acadêmico.
B5	Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.	Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.	Editor responsável; Comissão editorial; conselho consultivo com diversidade institucional; registro de ISSN; linha editorial definida (expediente, missão, foco temático, periodicidade e forma de avaliação/revisão); normas de submissão claras; periodicidade regular; avaliação por pares, contribuições na forma de artigos assinados, com indicação de titulação e afiliação institucional dos autores; título, resumo e palavras-chaves no mínimo em dois idiomas (um deles, a língua do próprio periódico); datas de submissão e aceitação de cada artigo.
B4	Além de atenderem às características mínimas que	Além de atenderem às características mínimas que	Além de atenderem às características mínimas que

	o definem como periódico científico, apresentam: publicar pelo menos 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico; publicar pelo menos 20% de autores doutores; manutenção da periodicidade.	o definem como periódico científico, apresentam: publicação de artigo com um número mínimo de autores doutores pertencentes a diferentes instituições daquela que edita o periódico; periodicidade e acessibilidade; quantidade equilibra de artigo por volume e número publicado.	o definem como periódico científico, apresentam: vínculo com programa de pós-graduação, instituição de pesquisa ou associação científica e profissional da área; periodicidade regular, acessibilidade, ocorrência de artigos assinados por doutores oriundos de instituições distintas daquela que edita o periódico; conselho editorial interinstitucional de caráter regional.
B3	Ser publicado por instituição com Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ou Sociedade Científica de âmbito nacional reconhecida pela Coordenação de Área ou por Instituições Profissionais de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com o apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal; publicar pelo menos 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico; publicar pelo menos 40% de autores doutores; manutenção da periodicidade.	Além de atender aos critérios estabelecidos para o estrato B4, publicação de artigo com um número mínimo de autores doutores vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico.	Além de atender aos critérios estabelecidos para o estrato B4, deve ainda dispor de Conselho editorial nacional, apresentar uma quantidade equilibrada de artigos entre os números e volumes e publicar em cada edição pelo menos três artigos de autores doutores vinculados a instituições distintas daquela que edita o periódico.
B2	Além de atender aos critérios estabelecidos para os estratos inferiores o periódico deve publicar pelo menos 50% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico; estar indexado em pelo menos 2 das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou CLASE. Na área	Além de atender aos critérios estabelecidos para os estratos inferiores, o periódico deve estar indexado na DOAJ.	Além de atender aos critérios estabelecidos para os estratos inferiores, o periódico deve ter uma expressiva presença de doutores entre seus autores e estar indexado em pelo menos 1 (uma) das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou LISA. O Conselho editorial deve contemplar a diversidade regional do país.

	de Ciência da Informação ou Museologia: INFOBILA, LISA, Scopus, Web of Science, ou similar. Na área de Comunicação: CMMC, Scopus, LAPTOC, Web of Science, ou similar; publicar pelo menos 60% de autores doutores; manutenção da periodicidade.		
B1	Além de atender aos requisitos dos estratos inferiores, publicar pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico; estar indexado em pelo menos 3 das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou CLASE. Na área de Ciência da Informação ou Museologia: INFOBILA, LISA, Scopus, Web of Science, ou similar. Na área de Comunicação: CMMC, Scopus, LAPTOC, Web of Science, ou similar; publicar pelo menos 70% de autores doutores; manutenção da periodicidade; publicar com pelo menos 10% dos artigos com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras	Além de atender aos requisitos dos estratos inferiores, o periódico deve estar indexado em pelo menos 1 das seguintes bases de dados: LATINDEX, REDALYC, DOAJ, LISA, CLACSO, CLASE e INFOBILA; artigos originais de autores doutores, vinculados a diferentes instituições, com expressiva publicação por volume, de autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras.	Além de atender aos requisitos dos estratos inferiores, o periódico deve estar indexado em pelo menos 2 (duas) das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou LISA e possuir um Conselho Editorial Internacional. Deve ainda apresentar, em cada uma de suas edições, expressiva maioria (mínimo de 80%) de autores doutores oriundos de instituições distintas daquela que edita o periódico.
A2	Além de atender aos requisitos estabelecidos para os estratos B1, publicar pelo menos 70% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 4 instituições diferentes daquela que edita o periódico; estar indexado em pelo menos 4 das seguintes bases: LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou CLASE. Na área	Além de atender aos requisitos estabelecidos para os estratos B1, os artigos publicados devem, na sua totalidade, artigos originais de autores doutores, vinculados a diferentes instituições, com expressiva publicação 50% por volume, de autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras; os periódicos devem estar indexados nas	Além de atender aos requisitos estabelecidos para os estratos B1, os artigos publicados devem, na sua totalidade, ter doutores como autores (admitidas coautorias com mestres). Os periódicos devem estar indexados nas bases Scopus ou Scielo, admitidas exceções, até o limite de 5 (cinco), para periódicos com elevada reputação na área e

	de Ciência da Informação ou Museologia: INFOBILA, LISA, Scopus, Web of Science, ou similar. Na área de Comunicação: CMMC, Scopus, LAPTOC, Web of Science, ou similar; publicar pelo menos 80% de autores doutores; manutenção da periodicidade; publicar com pelo menos 20% dos artigos com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras	bases Scopus ou Scielo, periódico considerado relevante para a áreas a partir dos seguintes fatores: origem da publicação e dos artigos, quantidade de artigos publicados, acessibilidade do formato digital, projeção internacional com 50% dos autores estrangeiros.	essenciais para a difusão do conhecimento no Brasil. Essas exceções têm caráter provisório, estimulando-se a filiação desses periódicos a essas bases ao longo do próximo quadriênio.
A1	Além de requisitos exigidos para o estrato A2, deve ser um periódico de destaque de qualidade, avaliado pelos seus relatórios e título do JCR 2008.	Além de requisitos exigidos para o estrato A2, os periódicos devem ser pertinentes às áreas das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, estando indexados nas bases <i>Web of Science</i> e/ou JCR.	Além de requisitos exigidos para o estrato A2, os periódicos devem ser pertinentes às áreas das Ciências Sociais, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, estando indexados nas bases <i>Web of Science</i> e/ou JCR.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

O relatório de avaliação quadrienal 2013-2017, foi o último aplicado e o que apresenta o Qualis periódicos com os estratos de classificação vigentes. Entretanto, em junho de 2019, no site da CAPES³³, deu-se início a apresentação dos critérios que irão compor a avaliação quadrienal 2017-2020, critérios esses que modificam o cenário proposto nas últimas avaliações.

De acordo com a nova metodologia do Qualis periódicos, as mudanças foram propostas no relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), debatida e designada pelos grupos de trabalho, formados pelos membros das comissões de área, representantes da comunidade científica, que construíram a nova fórmula de avaliação que é subdividida em quadro princípios:

- a) **Classificação única** – cada periódico recebe apenas uma qualificação, independentemente da quantidade de áreas de avaliação às quais foi mencionado;
- b) **Classificação por áreas-mães** – os periódicos foram agrupados de acordo com a área na qual houve maior número de publicações nos anos de referência avaliativo, chamada de área-mãe;

³³ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9730-capes-melhora-ferramentas-de-avaliacao-da-pos-graduacao>.

- c) **Qualis Referência** - por meio do uso combinado de indicadores bibliométricos e um modelo matemático, a própria Diretoria de Avaliação montou uma lista de periódicos pré-classificados, definidos como Qualis Referência;
- d) **Indicadores bibliométricos** – basicamente, são os que consideram o número de citações do periódico dentro de três bases: *Scopus (CiteScore)*, *Web of Science (Fator de Impacto)* e *Google Scholar (índice h5)*. Foi levada em consideração a categoria de área que cada base enquadra o periódico e a sua posição relativa dentro dela.

Os princípios referenciam como será conduzido o processo de atribuição dos estratos Qualis periódicos, e indica como critério de classificação quanto à qualidade o índice de citação do periódico a partir das bases de dados, *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*. Outra mudança é quanto aos estratos de qualidade, logo o Qualis A, será composto por quatro estratos (A1, A2, A3 e A4), bem como o Qualis B (B1, B2, B3 e B4), o Qualis C, continua com o peso zero e classificado como não científico e a classificação não periódico (NP).

Como critério de classificação dos oito estratos de qualidade entre os Qualis A e B, será utilizado o percentil que o periódico possui a partir dos indicadores métricos das bases de dados (*CiteScore*, Fator de Impacto e índice h5). Para um periódico ser classificado no estrato Qualis C, não deve obedecer às boas práticas editoriais, a exemplo dos 10 critérios da *Committee on Publication Ethics (COPE)*³⁴. Na classificação NP, constam os veículos como magazines, diários, anais, folhetos, conferências, dentre outros, ou seja, que não dispõem das características de um periódico científico (CAPES, 2019).

O documento da CAPES intitulado: “Esclarecimentos a respeito do Qualis Periódicos e avaliação da produção intelectual”³⁵, explica que a classificação será realizada por intermédio de um modelo de regressão para obtenção do resultado do percentil correspondente e que será calculado com os intervalos iguais a (12,5%) como apresentado a seguir:

- a) 87,5 define valor mínimo do 1º estrato (A1);
- b) 75 define valor mínimo do 2º estrato (A2);
- c) 62,5 define valor mínimo do 3º estrato (A3);
- d) 50 define valor mínimo do 4º estrato (A4);
- e) 37,5 define valor mínimo do 5º estrato (B1);
- f) 25 define valor mínimo do 6º estrato (B2);

³⁴ Disponível em: <https://publicationethics.org/core-practices>.

³⁵ Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/documentos/DAV/avaliacao/18072019_Esclarecimentos_Qualis2.pdf.

- g) 12,5 define valor mínimo do 7º estrato (B3);
- h) Valor máximo do 8º estrato inferior a 12,5 (B4).

No que concerne à comparação entre os critérios de avaliação, conclui-se que houve uma mudança radical no sistema de avaliação dos periódicos científicos, uma vez que a avaliação proposta para 2017-2020, diferentemente da de 2013-2016, é composta de um único critério e por princípios que modificaram o processo de consolidação do Qualis entre as áreas do conhecimento.

A comissão de área ao lançar os novos critérios, realizou uma avaliação preliminar com a finalidade de apresentar os resultados do Qualis periódicos nos dois primeiros anos, referente ao Quadriênio 2017-2020, conforme expomos na Figura 14.

Figura 14 – Avaliação parcial Qualis periódico

Redistribuição das Revistas		
Estrato	Total	Total em %
A1	17	4,3%
A2	55	14,0%
A3	66	16,8%
A4	59	15,0%
B1	32	8,1%
B2	99	25,2%
B3	9	2,3%
B4	56	14,2%
Total (A1 a B4)	393	100,0%
C	33	7,3%
NP	25	5,5%
Total Geral	451	100,0%

Fonte: CAPES (2019).

De acordo com a Figura 14, verifica-se o número reduzido de periódicos, quando comparado aos relatórios das avaliações anteriores. Isto ocorre devido aos novos princípios da denominada Classificação Única e Classificação por área-mãe. Esses princípios levam em consideração que a escolha da área mãe no processo de avaliação é pelo vínculo da pós-graduação dos autores, e que em algumas áreas, a exemplo a Ciência da Informação, considerada uma área interdisciplinar, em que vários dos seus autores vão buscar qualificação em programas de pós-graduação de outras áreas como: Administração, Linguística, Educação, Psicologia, Sistemas, Computação, e esse novo processo pode interferir na avaliação do

periódico, de acordo com o vínculo institucional dos autores. Assim, o processo de escolha de uma única área por periódico e a escolha ser por área mãe, poderá ser desfavorável para algumas áreas do conhecimento.

Nessa nova metodologia, o periódico será classificado com um único Qualis, independentemente da área de conhecimento. Outra questão importante é que a prioridade deve ser dada à publicação de autores da área, e que seja condizente com o foco e o escopo do periódico já que a classificação mãe será definida de acordo com o número de publicações por área do conhecimento.

Algumas instituições e programas de pós-graduação como a Universidade Federal de Brasília³⁶, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Estadual de Santa Catarina³⁷, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, FIOCRUZ³⁸, em nome dos seus membros, lançaram cartas abertas expressando suas preocupações e apresentando as possíveis complicações que podem gerar o novo processo de avaliação Qualis periódicos, e sugeriram a necessidade de esse tema ser exaustivamente debatido.

Por último, em dezembro de 2019, a CAPES³⁹, apresentou a nova proposta do processo de avaliação que será composto por cinco dimensões: Ensino e Aprendizagem, Produção de Conhecimento, Inserção Internacional e Regional, Inovação e Transferência de Conhecimento e Impacto na Sociedade. O novo processo ainda se encontra em debate nos grupos de trabalho da CAPES, e a proposta é que ele seja implementado na próxima avaliação quadrienal, 2021-2025.

³⁶ Disponível em: <http://www.ppgcinf.fci.unb.br/en/component/k2/item/4308-qualis-periodicos-referencia-2017-18-da-area-comunicacao-e-informacao-uma-critica-constructiva-aos-seus-criterios-resultados-e-impactos-na-area>

³⁷ Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2019.e67371/40833>

³⁸ Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/pt-br/content/qualis-%C3%BAnico-%C3%A9-retrocesso-avaliacao-editor-kenneth-camargo-da-abrasco>

³⁹ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9873-cap-es-apresenta-a-academia-modelo-de-avaliacao-multidimensional>

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção de uma pesquisa é fundamentada em caminhos, na perspectiva de efetivar a trajetória traçada nos objetivos e responder ao problema investigação. Esses caminhos orientam os cientistas para que realizem sua investigação, respondendo às suas indagações, fundamentados no arcabouço teórico-metodológico, e que são parte integrante do processo de pesquisa.

Seguindo o pensamento de González de Gómez (2000, p. 333), que trata das pesquisas em Ciência da Informação, a metodologia é uma orientação cujo fim é a produção de um novo conhecimento, um meio de diversas possibilidades de métodos que podem ser “[...] quantitativos, qualitativos, comparativos, assim como as técnicas de coleta [...]”, são estes os caminhos de certificação da legitimidade do objeto de pesquisa.

Nesse contexto, os estudos nessa área tendem a seguir o percurso metodológico fundamentado no empirismo, corroborando com as ideias anteriores, Demo (2009) menciona que, dentro do contexto clássico das Ciências Sociais, existem vários discursos baseados no empirismo, como também em termos quantitativos, dispõe de um número considerável de pesquisas neste âmbito.

O empirismo utiliza o método indutivo de Bacon, a partir do contexto particular da realidade concreta, nessa pesquisa partindo da experiência modo a ampliá-lo representando a comunidade dos editores, mas para atingir o objetivo da pesquisa e responder a pergunta problema permeia pelo método dedutivo, trabalhando em consonância a realidade e as reflexões teóricas.

Seguindo os termos clássicos da área das Ciências Sociais, esta pesquisa apresenta caráter empírico, visto o seu processo de investigar junto aos editores de periódicos científicos o seu conhecimento acerca dos critérios e parâmetros para identificar suas concepções em relação aos critérios de avaliação dos periódicos científicos, seguindo os preceitos dessa linha metodológica, que trabalha com dados existentes e concretos, expondo os fatos (DEMO 2009).

Martins e Theóphilo (2016) apresentam os estudos empíricos como abordagem que explica a face observável frente a realidade ou o fenômeno, expondo o cotidiano e suas experiências, buscando reproduzir uma pesquisa com evidências representativas e objetivas.

Em linha de construção, esta pesquisa tem como base uma gama de reflexões teóricas para respaldo no diálogo com os editores, atores principais do estudo em um ambiente em que a Comunicação Científica é o suporte para um diálogo sobre a teoria e a prática a partir das

experiências vivenciadas no cotidiano dos editores científicos da área de Ciência da Informação.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é construída na perspectiva de apresentar dados numéricos quanto ao perfil dos editores científicos dos periódicos da área de Ciência da Informação, bem como exibir o construto de experiência deles quanto aos critérios do Qualis-periódicos, que tem passado por mudanças ao longo dos processos de avaliação.

Para pesquisas de cunho científico se desenvolverem, é necessário traçar técnicas. Usando como base Martins e Theóphilo (2016), esta pesquisa utiliza o design que envolve técnicas de planejamento para obter um esboço para estruturar a investigação. Segundo estes autores a construção da pesquisa emprega três polos: polo técnico de estratégias de pesquisa (meios e fins); polo técnico de coleta de informações (dados e evidências) e o polo de avaliação. Logo, são os meios para atingir os objetivos propostos.

Levando em consideração o polo técnico de estratégia de pesquisa, este trabalho se enquadra no método bibliográfico, o qual se faz presente em qualquer trabalho científico, visto ser basilar o uso de um referencial teórico que embase a pesquisa. O levantamento bibliográfico é parte indispensável, visando a construção de um embasamento teórico (PRODANOV; FREIRAS, 2013; MARTINS E THEÓPHILO, 2016).

O polo técnico de estratégias de pesquisa dispõe de procedimentos documentais por se tratar de uma pesquisa que utilizou materiais de fontes primárias, ou seja, que não passaram por um processo de tratamento, ou como Martins e Theóphilo (2016) evidenciam, que são documentos que foram “[...] compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise [...]”. Neste caso específico, trata-se dos documentos que contém os critérios e parâmetros do Qualis Periódico.

Por fim, é utilizada como meio, a técnica do estudo de caso, que busca identificar a óptica dos editores científicos em relação aos critérios e parâmetros de atribuição do Qualis periódico. O estudo de caso tem como base fenômenos da vida real em uma perspectiva contemporânea, utilizando como evidência uma ampla gama de instrumentos de coleta (YIN, 2001).

Gil (2008) evidencia o frequente uso do estudo de caso nas Ciências Sociais, com vistas a abranger propósitos de pesquisa em diferentes âmbitos, tanto exploratórias, investigando

situações da vida real, quanto em pesquisas descritivas, delineando contextos e explicativas, indagando sobre causas de determinado fenômeno (GIL 2008, p.58).

Segundo a premissa do polo teórico, esta pesquisa é de caráter descritivo, uma vez que observa os dados e os delinea, seguindo os preceitos da pesquisa descritiva, que de acordo com Prodanov e Freiras (2013, p. 52) “[...] observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador”.

O polo técnico de coleta de informações, dados e evidências, consiste em dois tipos de fonte de dados: a primeira, o levantamento documental, para identificação dos periódicos da área de Ciência da Informação, realizado na Plataforma Sucupira, nos *sites* dos Programa de Pós-Graduação e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e o segundo levantamento condiz com levantamento dos documentos de área da CAPES das avaliações trienais e quadrienais com os critérios de avaliação Qualis periódicos, disponíveis no site.

7.2 LÓCUS DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Realizamos o levantamento dos títulos de periódicos na área de Ciência da Informação nos meses de novembro de 2019 a setembro de 2020, tendo como locus da pesquisa as plataformas supracitadas.

Primeiramente consultamos a Plataforma Sucupira, selecionamos o *link* Qualis e utilizamos os filtros para recuperação da lista de periódicos: Eventos de classificação “Classificações de periódicos no quadriênio 2013-2016”; Área de avaliação “Comunicação e Informação”. Nesse processo recuperamos um arquivo em formato XLS, com a lista de 1805 periódicos, com o ISSN, Título e Estrato Qualis.

Na lista recuperada demos início à seleção dos periódicos da área de Ciência da Informação, adentrando em seus respectivos periódicos para verificação do foco e escopo e identificação de área de cobertura. Dessa lista, alguns títulos foram excluídos por se tratarem de títulos de outras áreas que compõem a Comunicação e Informação, como também periódicos de outras áreas do conhecimento, a exemplo de Medicina, Literatura, Geografia, História. Como resultado, recuperamos 44 títulos com foco e escopo na área de Ciência da Informação.

Para certificar a lista, bem como para verificar a existência de outros periódicos da área consultamos o *site* da BRAPCI. A partir do menu, encontra-se um índice onde estão listados os títulos das publicações indexadas, por ordem alfabética e com a identificação dos títulos estrangeiros. Desse modo, seguimos a mesma metodologia empregada na Plataforma Sucupira, recuperando 49 títulos, dos quais 44 haviam sido identificados no processo anterior.

Para complementar e finalizar consultamos os seguintes *sites*: INFOhome, Biblio, Bibliotecários sem Fronteiras, Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTI), e ainda *sites* dos Programas de Pós-Graduação, onde identificamos mais três títulos, totalizando o universo de N=52 títulos de periódicos. Esse levantamento ocorreu entre novembro de 2019 e setembro de 2020. Justificamos a extensão desse período em virtude da necessidade de atualização que ocorreu após o exame de qualificação realizado no dia 28 de agosto 2020.

Consultamos também os Documentos de Área que constam do processo de avaliação dos Programas de Pós-graduação. Nesses documentos encontram-se os critérios e parâmetros para classificação do Qualis-periódicos. Para além desses, analisamos outros documentos tais como: ofícios, fichas de recomendações, infográficos e relatórios, os quais, segundo Martins e Theóphilo (2016) são documentos, materiais que não dispõem de processo editorial, ou seja, fontes primárias.

Os Documentos de Área que utilizamos encontram-se no *site* da CAPES, que divulga informações relacionadas à educação e ao sistema de pós-graduação. No *link* de avaliação pode-se visualizar os processos de avaliação⁴⁰ em formato de relatórios técnicos, bem como os documentos dos Grupos de Trabalho.

Com a coleta dos dados documentais e bibliográficos, elaboramos o questionário eletrônico, (Apêndice A), para ser aplicado via e-mail, aos editores dos periódicos identificados.

Para elaboração do questionário utilizamos o formulário disponível no Google. Esse formulário é utilizado para a elaboração de questionário para aplicação online e dispõe de ferramentas que auxiliam e facilitam o processo, tais como: envio para os atores da pesquisa por meio do e-mail, opção de obrigatoriedade de resposta às perguntas, organização dos dados coletados, atualização a cada resposta e elaboração de gráficos, os quais são atualizados até o fechamento do questionário.

Compôs o questionário quatro seções: a) breve apresentação e finalidade do questionário; b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); c) identificação do Editor (perfil acadêmico e profissional); d) perguntas abertas relacionadas às práticas profissionais de editoração científica. A terceira seção era composta por oito perguntas com alternativas e respostas discursivas, para construção do perfil acadêmico e profissional dos editores; na quarta seção, as cinco perguntas possuíam conteúdo aberto para que os editores expusessem suas concepções sobre o processo de avaliação dos periódicos científicos (APÊNDICE A).

⁴⁰ Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/permanencia-no-snpq-avaliacao/avaliacoes-anteriores>

Na perspectiva de obter o melhor e fidedigno resultado para essa pesquisa, realizamos um pré-teste, na expectativa de obter *feedback* sobre a consistência e clareza das perguntas, para possíveis alterações antes da aplicação final. O pré-teste foi realizado entre os dias 23 de novembro de 2020 a 07 de dezembro de 2020, totalizando 20 dias, com sete editores. Destes, obtivemos uma taxa de retorno de quatro. O Editor B, recomendou a revisão das questões da quarta seção “enunciados tão longos que a gente se perde antes de terminar de ler”, o Editor C mostrou-se satisfeito com a construção do questionário “Quanto as questões, na minha opinião se mostram compreensíveis e correspondem à finalidade de refletir sobre os Critérios de avaliação Qualis na visão dos editores de periódicos”; os Editores A e D parabenizaram pela temática da pesquisa. Com a aplicação do pré-teste foi feita uma revisão final no questionário, para a aplicação.

De acordo com os títulos de periódicos pesquisados, identificamos 46 editores. Importante ressaltar que, dos 52 títulos encontrados, não foi possível detectar dois, pois um *site* se encontrava em manutenção, e o outro título apresentava o formato de *blog*, apesar de constar na Plataforma Sucupira e nos *sites* da área de Ciência da Informação. Ademais, o *blog* não disponibilizava o nome dos editores.

Para chegar ao número de 46 atores, listamos o nome e e-mail dos editores. Nessa etapa, verificamos que alguns periódicos apresentavam o nome de mais de um editor. Nestes casos, selecionamos o nome que aparecia em destaque. Em alguns casos, esse editor era também editor de outro periódico. A nossa opção foi selecionar o nome do segundo e, assim, sucessivamente. Houve um caso em que um ator era editor de três periódicos, mas dividia a responsabilidade editorial de dois títulos com outro editor, além de um terceiro editor ser responsável pela editoração de dois periódicos. Dessa forma, o levantamento foi finalizado com o total de 46 editores.

Os questionários foram enviados no dia 18 de dezembro de 2020. Não obtendo o número de respostas satisfatório, fizemos uma segunda chamada no dia 9 de fevereiro, obtendo uma taxa de 31 respostas. As duas chamadas tiveram a duração de dois meses e cinco dias.

Para a análise dos dados, utilizamos a Análise de Conteúdo de Bardin (2006), vista como uma técnica de análise de comunicações, cujo objetivo é obter indicadores que qualitativos e quantitativos possibilitam o entendimento da produção das mensagens.

Caregnato e Mutti relacionam as etapas da análise de conteúdo:

[...] a primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados

são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683).

Entendemos, portanto, que se trata da averiguação, a partir do texto, que deve ser categorizada pelas expressões que representem o conteúdo analisado, e que se “[...] organizam em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 1977, p. 95).

Nessa perspectiva, após a leitura, procedemos a extração das informações relevantes para as categorias de análise:

- a) Critérios utilizados no Qualis Periódicos;
- b) Editores dos periódicos da área da Ciência da Informação;
- c) Perfil, formação acadêmica, experiência dos editores;
- d) Percepção dos editores sobre os critérios Qualis Periódicos.

8 RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta seção, apresentamos as análises e os resultados. Inicialmente, levantamos os títulos dos periódicos brasileiros da área da Ciência da Informação, identificando a região, a instituição a que o periódico é vinculado, ano de criação, periodicidade, estratos Qualis, endereço eletrônico e identificação dos respectivos.

8.1 MAPEAMENTO DOS PERIÓDICOS DA ÁREA DA CI

Apresentamos no Quadro 14 a listagem dos periódicos vigentes, construído a partir do levantamento na Plataforma Sucupira, na BRAPCI, em *blogs e sites* dos Programas de Pós-Graduação. Nele apresentamos os 52 títulos, em ordem alfabética, a instituição responsável, o ISSN atribuído, o ano de criação, a periodicidade, o estrato Qualis da última avaliação e o *link* de acesso.

Quadro 14 – Lista de Periódicos Nacionais de Ciência da Informação

Título	Instituição	ISSN	Origem	Periodicidade	QUALIS (2013-2016)	Link para acesso
Acervo – Revista do Arquivo Nacional	Arquivo Nacional	2237-8723	1986	Quadrimestral	B2	http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo
ÁgorA: Arquivologia em Debate	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	0103-3557	1985	Semestral/ fluxo contínuo	B1	https://agora.emnuvens.com.br/ra
Archeion Online	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	2318-6186	2013	Semestral	C	https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/index
AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento	Universidade Federal do Paraná – UFPR	2237-826x	2011	Semestral/ fluxo contínuo	B2	http://revistas.ufpr.br/atoz
Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	Universidade Federal do Rio Grande – FURG	0102-4388	1985	Semestral	B3	https://www.seer.furg.br/biblos
Biblionline	Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB	1809-4775	2005	Trimestral/ fluxo contínuo	B5	http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio
Biblioteca escolar em revista	Universidade de São Paulo – USP/Ribeirão Preto	2238-5894	2012	Semestral	B3	http://revistas.ffclrp.usp.br/berev
Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas	Sistema de Bibliotecas – UFMG	2237-7115	2011	Semestral	C	https://seer.ufmg.br/index.php/revistarbu/
Brazilian Journal of Information Science: Research Trends	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP	1981-1640	2006	Semestral/ fluxo contínuo	B1	http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjris
Caderno de Informações Jurídicas	Me. Edilenice Jovelina Lima Passos	2359-0033	2014	Semestral	-	http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/index
Ciência da Informação	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – IBICT	1518-8353	1972	Quadrimestral	B1	http://revista.ibict.br/index.php/ciinf

Ciência da Informação em Aberto	Grupos de Pesquisa: “Da Informação e do Conhecimento” e “Inclusos” as Universidade Federal da Paraíba -UFPB	-	2019	Semestral	-	https://periodicos.ufpb.br/index.php/ciabiab/issue/current
Ciência da Informação em Revista	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Alagoas – UFAL	2358-0763	2014	Quadrimestral / fluxo contínuo	B5	http://www.seer.ufal.br/index.php/cir
Comunicação & Informação	Universidade Federal de Goiás – UFG	2317-675x 1415-5842	1998	Volume único/fluxo contínuo	B2	https://revistas.ufg.br/ci
Convergências em Ciência da Informação	Universidade Federal de Sergipe - UFS	2595-4768	2018	Quadrimestral	-	https://seer.ufs.br/index.php/conci
CRB6 – Informa	Conselho Regional de Biblioteconomia – Minas Gerais e Espírito Santo	1982-775x	2008	Semestral	C	http://blog.crb6.org.br/r/evista-crb-6-informa
CRB8 – Digital	Conselho Regional de Biblioteconomia – São Paulo	2177-1278	2008	Semestral	B5	http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital
Em Questão	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	1808-5245 1807-8893	2003	Quadrimestral	A2	http://seer.ufrgs.br/EmQuestao
Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	1518-2924	1996	Quadrimestral / fluxo contínuo	A2	https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	Universidade de São Paulo – USP/Ribeirão Preto	2178-2075	2010	Semestral	B1	http://www.revistas.usp.br/incid/
Informação@Profissões	Universidade Estadual de Londrina - UEL	2317-4390	2012	Semestral	B5	http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof

Informação Arquivística	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ	2316-7300	2012	Semestral	B5	http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica
Informação & Informação	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina - UEL	1981-8920	1996	Trimestral	A2	http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao
Informação & Sociedade: Estudos	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB	1809-4783 0104-0146	1991	Trimestral	A1	https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies
Informação & Tecnologia (Itec)	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ANCIB Idealizado pelos grupos de pesquisa GPNTI/UNESP e WRCO/UFPB para o GT8-Ancib	2358-3908	2014	Semestral	B5	http://periodicos.ufpb.br/index.php/itec
Informação Em Pauta	Universidade Federal do Ceará (UFC)	2525-3468	2016	Semestral	B5	http://www.periodicos.ufc.br/informacaoemauta/index
Inclusão Social	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – IBICT	1808-8678	2005	Semestral	B4	http://revista.ibict.br/inclusao
IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	2318-4183	2012	Semestral	B3	http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS
LiINC em Revista	Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento, parceria entre o IBICT e a UFRJ	1808-3536	2005	Semestral/ fluxo contínuo	B1	http://revista.ibict.br/liinc
Logeion: Revista de Filosofia da Informação	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia – IBICT	2358-7806	2014	Semestral	B5	http://revista.ibict.br/fiinf/index
Memória e Informação	Fundação Casa Rui Barbosa	2594-7095	2017	Semestral	-	https://bit.ly/2SioHx2

Morpheus – Estudos Interdisciplinares em Memória Social	Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO	1676-2924	2002	Semestral	B4	http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus
Múltiplos olhares em Ciência da Informação	Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	2237-6658	2011	Semestral/fluxo contínuo	B5	http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci
Museologia & Interdisciplinaridade	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB	2238-5436	2012	Semestral	B3	http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/index
Perspectivas em Ciência da Informação (PCI)	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	1981-5344	1996	Trimestral	A1	http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci
Perspectivas em Gestão & Conhecimento (PG&C)	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	2236-417x	2011	Quadrimestral	B1	http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia (PBCIB)	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	1981-0695	2006	Semestral	B1	http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib
Ponto de Acesso	Universidade Federal da Bahia – UFBA	1981-6766	2007	Quadrimestral	B1	https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/index
Revista ACB	Associação Catarinense de Bibliotecários – ACB	1414-0594	1996	Quadrimestral	B2	https://revista.acbsc.org.br/racb
Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	2317-9708	2013	Semestral	B5	http://racin.arquivologi.auepb.com.br/
Revista Bibliomar	Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA	2526-6160	2002	Semestral	-	http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBB)	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB	1980-6949	1973	Volume único/fluxo contínuo	B1	https://rbbd.febab.org.br/rbbd

Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN)	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – ABECIN	2358-3193	2001	Semestral	B5	http://abecin.org.br/portalde revistas/index.php/rebecin/index
Revista Cajueiro	Universidade Federal de Sergipe - Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa	2595-9379	2018	Semestral	-	https://seer.ufs.br/index.php/Cajueiro/about
Revista Conhecimento em Ação	Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	2525-7935	2016	Semestral	B5	https://revistas.ufrj.br/index.php/rca
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)	Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	1678-765X	2003	Volume único/fluxo contínuo	B1	http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (RECIIS)	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz	1981-6278	2003	Trimestral	B1	http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis
Revista Folha de Rosto	Universidade Federal do Cariri – UFCA	2447-0120	2015	Quadrimestral	B5	http://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/index
Revista Fontes Documentais	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior	2595-9778	2018	Quadrimestral / fluxo contínuo	-	https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/index
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB	1983-5213	2008	Quadrimestral	B1	http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/index
Revista Informação na Sociedade Contemporânea (RISC)	Departamento de Ciência da Informação e ao Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2447-0198	2013	Volume único/fluxo contínuo	B2	https://periodicos.ufrn.br/informacao/index
Transinformação	Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCAMP	2318-0889 0103-3786	1989	Quadrimestral	A1	https://bit.ly/3xeieSw

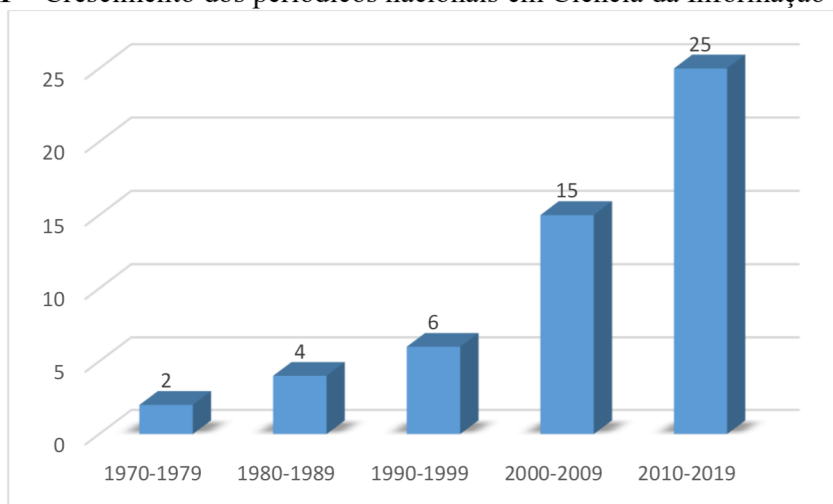
Fonte: dados da pesquisa (2020).

Dentre os resultados alcançados por meio do levantamento documental, pode-se destacar o número de 46 editores responsáveis pelo processo gerencial e científico desses 52 títulos. Esse número retrata que parte destes periódicos possui mais de um editor como responsável. Importante destacar que os periódicos que não apresentam o responsável são: CRB8 – Digital, cujo *site* encontrava-se indisponível para acesso, e o segundo título é o CRB6 – Informa, que é apresentado em formato de *blog*, não indicando nenhum membro do corpo editorial.

. Conforme os dados expostos, foi desenvolvido o Gráfico 1 que apresenta de modo simples o crescente número dos periódicos ao longo das cinco décadas, em que a produção científica em formato periódico cresce na área de Ciência da Informação no Brasil. O Gráfico 1 é representado por uma paralela crescente, pela qual se percebe o aumento do número de periódicos que surgem a cada década.

O Gráfico 1 expondo que 48,08% dos periódicos vigentes foram criados na última década, deste modo é perceptível que o crescimento da produção científica periódica da área de Ciência da Informação vem da década de 2010-2019, com o surgimento destes novos periódicos,

Gráfico 1 – Crescimento dos periódicos nacionais em Ciência da Informação por década



Fonte: dados da pesquisa (2020).

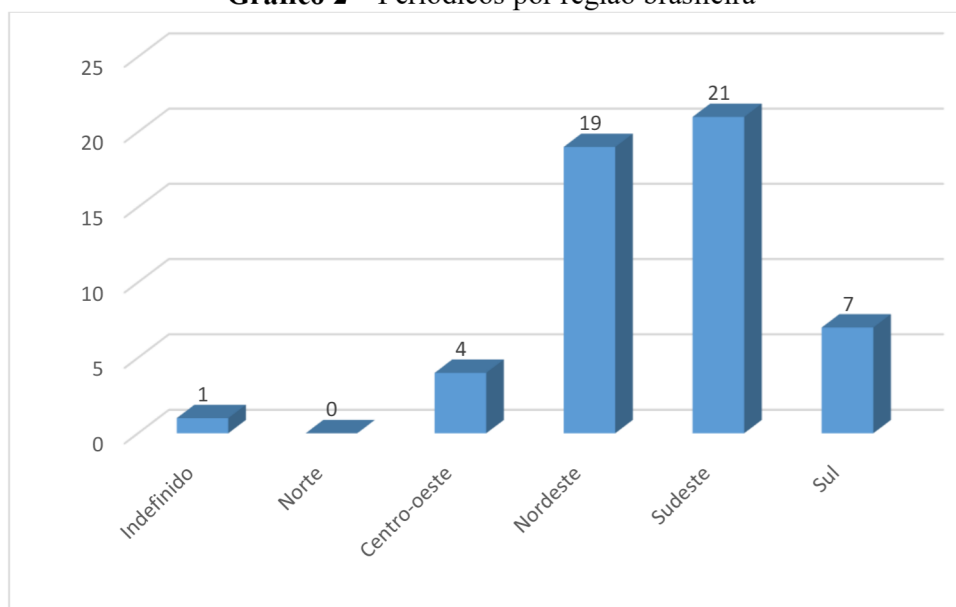
Os dois periódicos vigentes criados da área são: Ciência da Informação, criado em 1972, vinculado ao IBICT, que é o periódico vigente mais antigo da área, e a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD), criada no ano de 1973, tem como instituição responsável a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação

e Instituições (FEBAB). Identificamos outros periódicos originados nessa década, mas que foram extintos, conforme exposto no Quadro 3.

No Gráfico 2, encontram-se 52 periódicos. Colocamos o periódico Informação e Tecnologia, da ANCIB, como indefinido em face de não ter localidade fixa, como exposto no *site*. Ao distribuir os periódicos por região, destacamos que as regiões Sudeste e Nordeste concentram aproximadamente 76,9% dos periódicos, correspondendo a 40,3% na região Sudeste e 36,5% na região Nordeste.

O Sudeste é destaque por ser a região, que concentra as metrópoles do Brasil, onde se situa as maiores instituições de ensino superior. Levando em consideração a área de Ciência da Informação, é a região que concentra o maior número de instituições com Programas de pós-graduação, segundo a Plataforma Sucupira⁴¹. E o Nordeste é também a segunda região com o maior número de instituições com programas de pós-graduação com 8, e tem a Paraíba que tem um elevado número de periódicos.

Gráfico 2 – Periódicos por região brasileira



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Na região Sudeste, os títulos encontram-se sob a responsabilidade de universidades, associações profissionais, bibliotecas e conselhos profissionais.

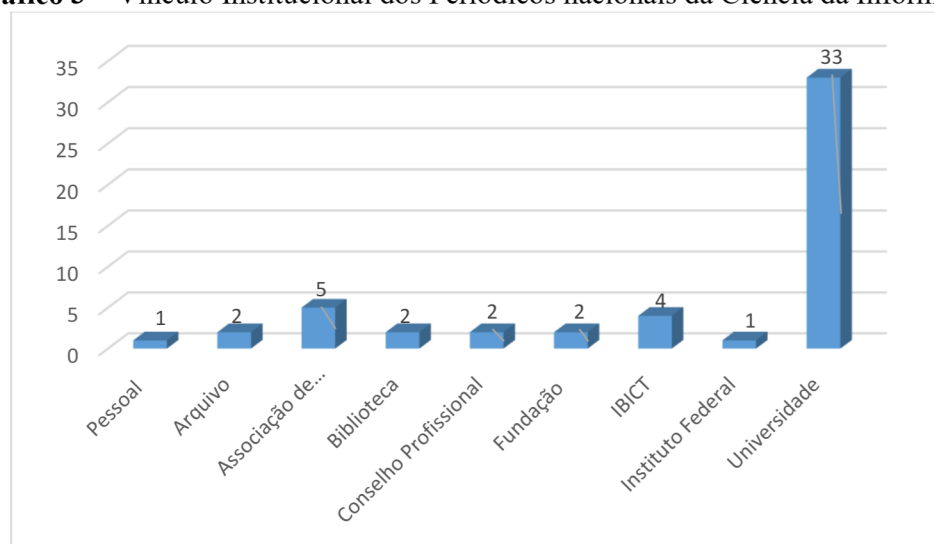
Quanto à região Nordeste, o primeiro periódico - dos vigentes – Informação & Sociedade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da

⁴¹<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31&areaConhecimento=60700009>

Universidade Federal da Paraíba, surgiu no ano de 1991. O estado da Paraíba concentra sete, dos 19 periódicos (36,8%) da região Nordeste, sendo seis vinculados à Universidade Federal da Paraíba e um vinculado à Universidade Estadual da Paraíba. Outro dado relevante é que, dos nove estados que compõem a região, oito publicam periódicos vinculados à área de Ciência da Informação.

Nessa região os periódicos pertencem às seguintes instituições: arquivos, associações profissionais/científicas, pessoal⁴², bibliotecas, conselhos profissionais, fundações, IBICT⁴³, instituto federal e universidades (estadual e federal) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Vínculo Institucional dos Periódicos nacionais da Ciência da Informação



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Como podemos constatar as universidades são as maiores detentoras da produção de conhecimento na área, totalizando 33 periódicos, o que representa aproximadamente 63,46%. Nas universidades, federais e estaduais, a responsabilidade pelos periódicos cabe aos Programas de Pós-Graduação, aos cursos de graduação, aos departamentos e aos grupos de pesquisa.

As associações de pesquisa/profissionais, são responsáveis por cinco títulos e o IBICT com quatro periódicos. Vale ressaltar o papel do IBICT como responsável pela edição do periódico Ciência da Informação, o primeiro e mais antigo periódico da área.

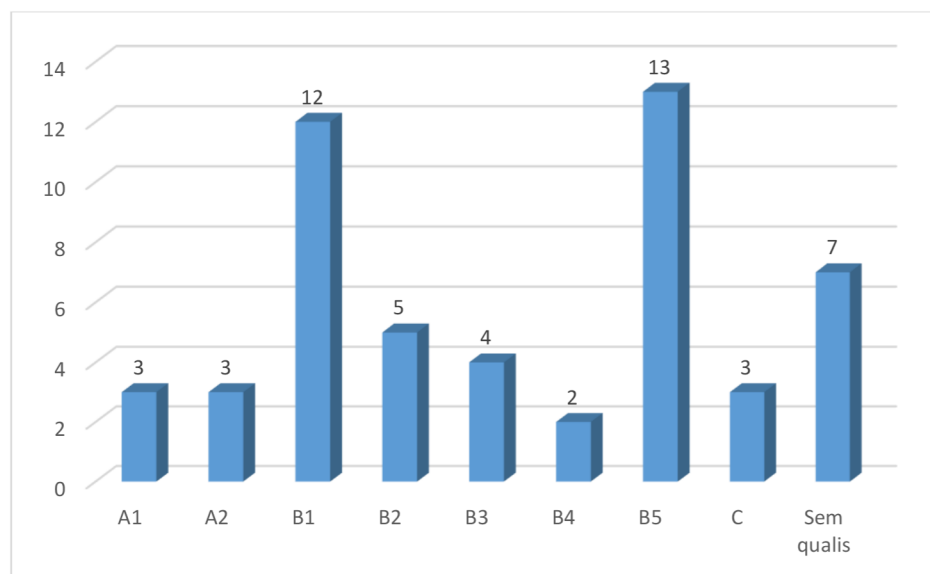
No Gráfico 4, estão dispostos os 52 periódicos da Ciência da Informação, subdivididas em seus respectivos estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5, C, e periódicos sem Qualis

⁴² O periódico foi destacado como vínculo pessoal, pois o mesmo não está interligado a nenhuma instituição, e ser gerido e pertencer Me. Edilenice Jovelina Lima Passos.

⁴³ Foi dado destaque aos periódicos com vínculo ao IBICT por ter um número representativo em relação as outras instituições específicas.

(Avaliação Qualis (2013-2016)). Dos sete periódicos sem estrato, seis foram criados no final da avaliação vigente, não sendo classificados por não terem participado do processo de avaliação. O periódico Bibliomar, apesar de ter sua origem no ano de 2002, apresenta estrato na Plataforma Sucupira nas duas últimas avaliações.

Gráfico 4 – Qualis periódico (2013-2016)



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Neste Gráfico apresentamos todos os títulos de acordo com o estrato atribuído, inclusive o estrato C, representado por três periódicos. Coincidentemente, estratos mais altos, A1 e A2, contemplam seis periódicos, três em cada estrato, o que corresponde a 11,5% dos periódicos investigados.

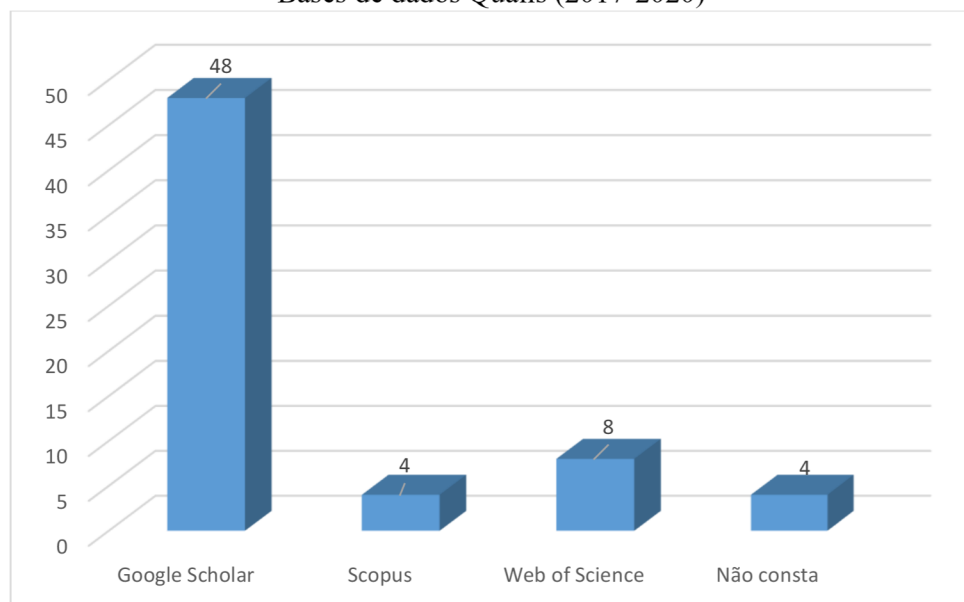
Uma das exigências para que os periódicos sejam classificados nos estratos A1, A2, B1 e B2, é a indexação em bases de dados como *Scopus* e *Web of Science* para A1 e A2, e no LATINDEX, REDALYC, DOAJ ou LISA, para B1 e B2.

No que concerne ao estrato B1, identificamos 12 títulos. Nesse estrato, apenas dois surgiram a partir de 2010, assim participando de, no mínimo, três processos de avaliação da CAPES. Classificados no estrato B2, encontram-se cinco títulos. Os dois estratos B1 e B2, correspondem a 32,7%.

Dos demais estratos, B3, B4, B5 e C, não é exigida a indexação em bases de dados. Conforme os dados do Gráfico 4, os títulos classificados nesses estratos representam 42,3%. O que consideramos um percentual significativo, uma vez que o estrato B5 é o de maior ocorrência em número de títulos.

Considerando as bases de dados que compõem a avaliação do Qualis periódico (2017-2020) *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*, apresentamos no Gráfico 5 o número de periódicos indexados nessas bases, as quais servirão de parâmetro para avaliação do índice de qualidade dos periódicos científicos das áreas do conhecimento atribuída pela CAPES.

Gráfico 5 - Indexação dos periódicos nacionais da Ciência da Informação em Bases de dados Qualis (2017-2020)



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Identificamos os títulos indexados nas três bases descritas no Gráfico 5, sendo 48 no *Google Scholar*, o que representa 75% dos periódicos de Ciência da Informação. Essa base adota como métrica o índice *h*. Verificamos que, dos 48 periódicos indexados na base, apenas 24 apresentam o índice *h*. Supomos que por não possuírem métricas esses títulos não têm perspectiva de pontuação para obter o estrato Qualis.

Salientamos quatro periódicos não se encontram indexados em nenhuma dessas bases.

De acordo com o Relatório do Qualis Periódicos Área 31: Comunicação e Informação de 2019⁴⁴, as métricas principais levadas em consideração para o cálculo da pontuação para atribuição do estrato Qualis são: *CiteScore* e o *Fator de Impacto*, pertencentes, respectivamente, à *Scopus* e à *Web of Science*, consideradas iguais em relevância. Caso os periódicos não se

⁴⁴ Disponível em:

https://www.capes.gov.br/images/Relatorio_qualis_periodicos_referencia_2019/Relatorio_qualis_comunicacao_e_informacao.pdf Acesso em: 07 jul. 2020.

encontrem indexado nestas bases, é utilizado o índice *h*, do *Google Scholar*, citado no relatório, mas não considerada uma métrica excelência.

A *Scopus* indexa 6,2% dos periódicos da Ciência da Informação do Brasil, e a base de dados *Web of Science*, 12,5%. Diante desses resultados, consideramos esses percentuais mínimos, diante do número de títulos nacionais existentes. Manifestamos nossa preocupação com o percentual de 75% indexados no *Google Scholar* pelo fato da CAPES considerar o índice *h* uma métrica inferior, o que pode ter influência na próxima avaliação do Qualis periódicos (2017-2020), na área da Ciência da Informação.

8.2 PERFIL DEMOGRÁFICO, ACADÊMICO E PROFISSIONAL DOS EDITORES

Esta seção traça o perfil demográfico, acadêmico e profissional desses atores.

Do total de 46 questionários aplicados, obtivemos uma taxa de resposta de 31 editores que se prontificaram a colaborar com esta pesquisa. Consideramos este número significativo, uma vez que representa 67,4% dos editores.

Quanto ao sexo biológico dos editores, constatamos que 58,0% (Gráfico 6) pertence ao sexo feminino, o que vem a coincidir com os achados de Olinto (2006) ao dizer que:

[...] pode-se afirmar que tanto a Ciência da Informação como a Biblioteconomia permanecem com altas proporções de mulheres, independentemente da vinculação forte que se estabeleceu originalmente entre ambas (OLINTO, 2006, P. 171).

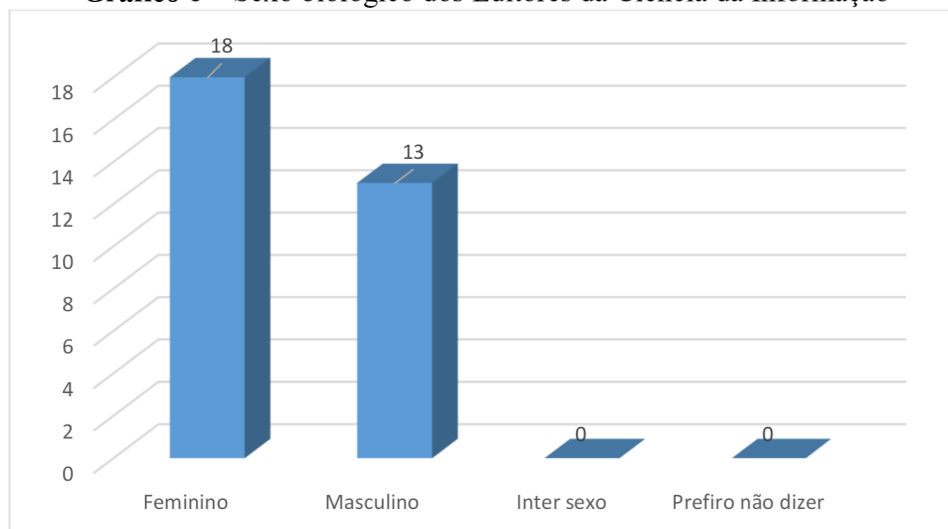
Bufrem e Nascimento (2012, também estudaram a presença feminina como criadora de conhecimento. As autoras perceberam um aumento significativo de artigos sobre a temática gênero e apontam que dos 74 artigos analisados na pesquisa, a grande maioria das autorias era de mulheres. Afirmam as autoras que:

[...] não foi surpresa constatar que a maioria é composta por mulheres, não só devido à prioridade de origem das discussões sobre gênero, relacionada ao movimento feminista, mas também pelo fato de que a CI é historicamente uma área feminina, talvez pela sua forte ligação com a Biblioteconomia, pois muitos dos autores analisados são graduados nessa área e pós-graduados em CI (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 211).

A literatura também registra outras pesquisas como as de Espírito Santo (2008), Dias e Lima (2012), Autran (2014) e Neves (2018), que atestam a predominância das mulheres no ensino, na pesquisa, nos comitês e nas equipes editoriais dos periódicos da CI.

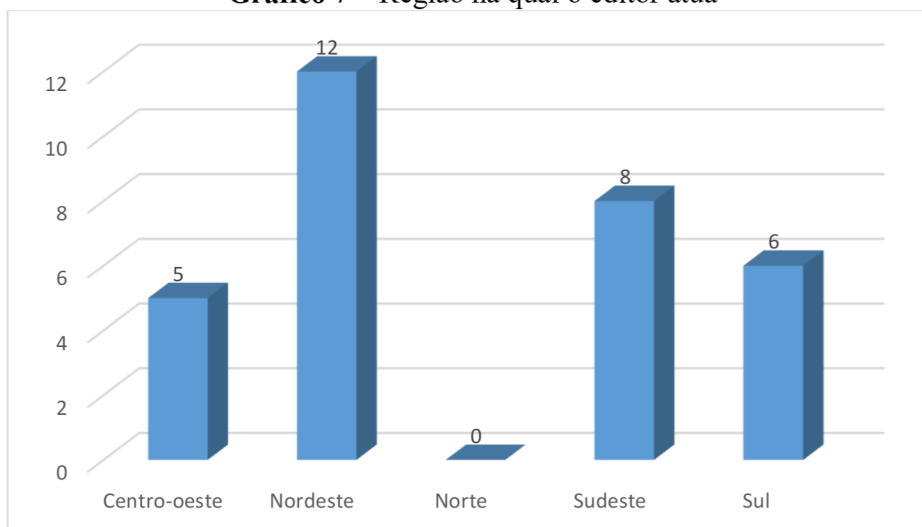
Quanto à representatividade masculina como editores, esta atinge o patamar de 42,0%. Constatamos ser este um número significativo, e talvez possa se caracterizar como exceção na área da CI. Contrapondo essa experiência, Camargo e Hayashi (2017) analisaram a questão de gênero nos periódicos Acta Cirúrgica Brasileira (ACB), Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva (ABCD), Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular (RBCCV) e Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões (RCBC). No que concerne ao corpo editorial, a exceção recai no periódico ABCD, onde existe apenas um editor do sexo feminino, ao contrário da RCBC, onde não consta nenhuma mulher no corpo editorial. As autoras identificaram que a presença feminina é inferior nos periódicos ACB (n=2 mulheres, para n= 7 homens) e RBCCV (n=1 mulher para n=12 homens).

Gráfico 6 – Sexo biológico dos Editores da Ciência da Informação



Fonte: dados da pesquisa (2021).

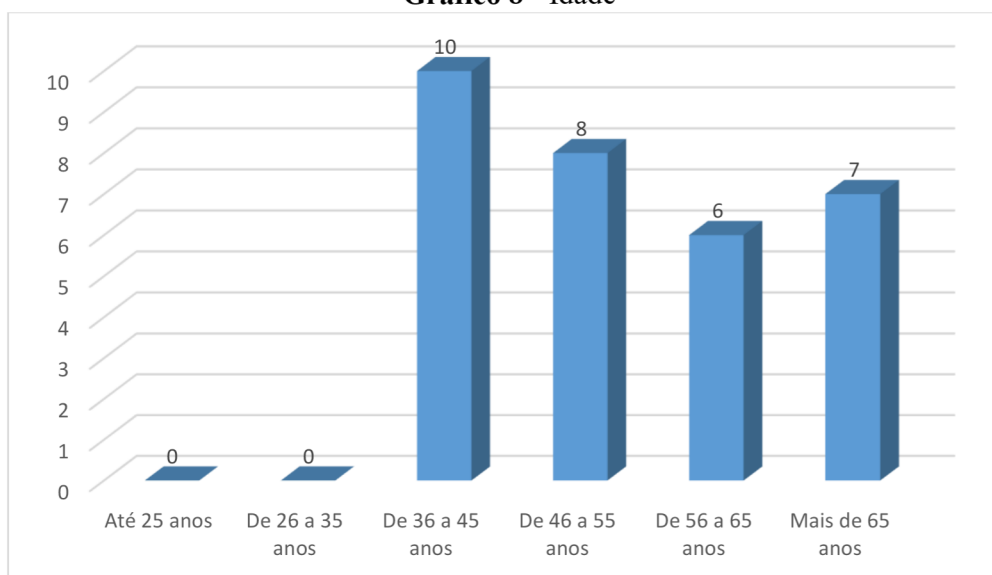
No tocante à região na qual os editores atuam, percebemos que, embora o Sudeste possua maior número de revistas (Gráfico 2), a região nordeste detém maior número de editores (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Região na qual o editor atua

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Os editores que se dispuseram a participar da pesquisa representam quatro das cinco regiões do país. O percentual da região nordeste corresponde a 38,7%, a região sudeste 25,8%, as regiões Sul e Centro-Oeste, 19,3% e 16,1%, respectivamente.

No tocante à faixa etária, o questionário dispunha seis de opções, conforme o Gráfico 8. Nenhum dos editores se encontra nas duas primeiras opções (Até 25 anos e 26 a 35 anos). No intervalo de 36 a 45 anos encontram-se 32,2%, o intervalo seguinte, 46 a 55 anos, representa 25,8%, de 56 a 65 anos, 19,3% e com mais de 65 anos, 22,5%.

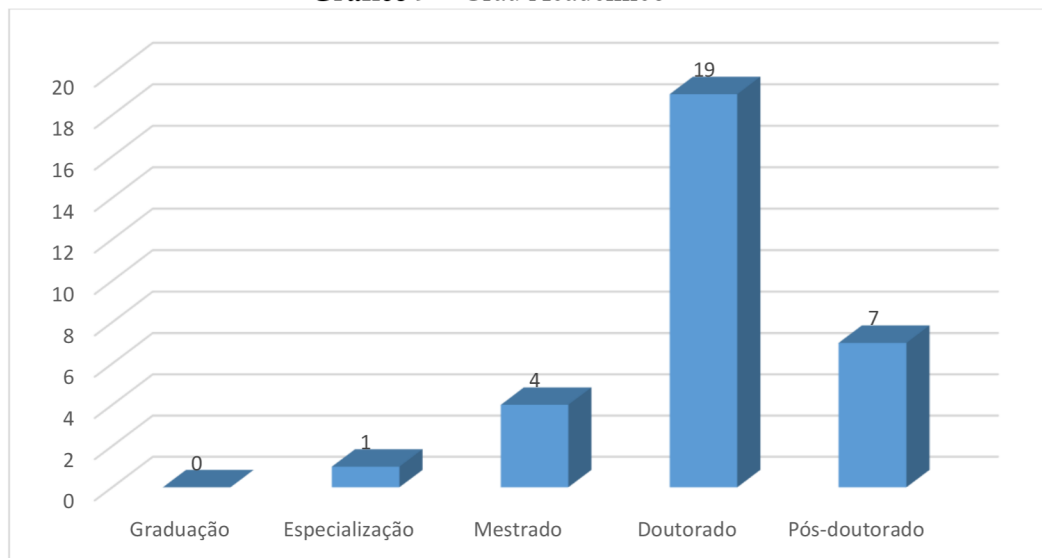
Gráfico 8 - Idade

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Percebemos uma linearidade na faixa etária dos editores, contudo há que se observar que a experiência dos maiores de 65 não pode ser ignorada, contrapondo-se às faixas de até 35 anos, onde não identificamos ninguém ocupando o cargo.

Em relação ao grau acadêmico (Gráfico 9) a titulação de doutor, complementada com o pós-doutorado, tem uma incidência de 61,2% e 22,5%, respectivamente.

Gráfico 9 – Grau Acadêmico



Fonte: dados da pesquisa (2021).

Conforme apontam Población *et al.*, (2004) e Vasconcellos (2017), a experiência acadêmica é uma contribuição para a ocupação do cargo de editor científico, pois o avanço do conhecimento está relacionado ao aprimoramento e titulação, pois além das atividades gerenciais, o editor deve ter conhecimento amplo e especializado no tocante ao foco e escopo do periódico para acompanhar o processo pré e pós avaliação dos artigos publicados

Dentre os pesquisados, nenhum ocupa o cargo de editor com a titulação de graduado. Apenas um (3,2%) possui especialização e quatro (12,9%), a titulação de mestrado (Quadro 15).

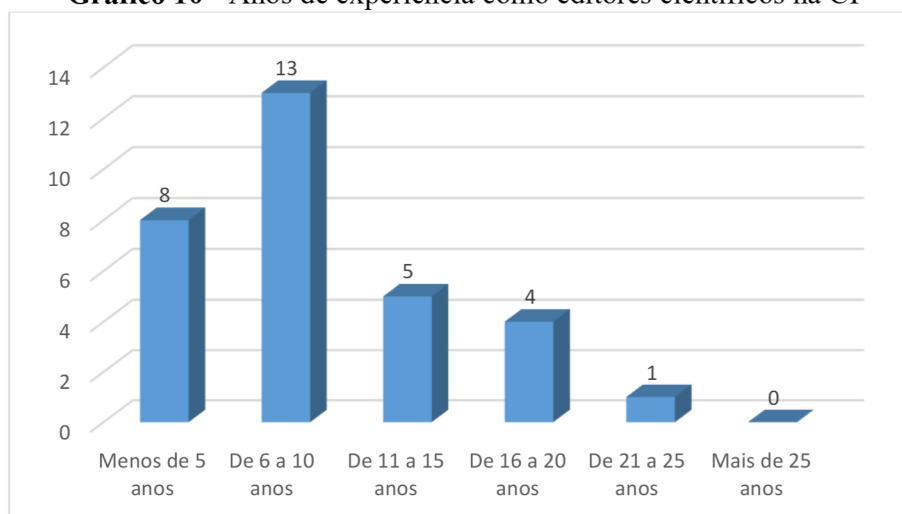
Quadro 15 – A relação entre o grau acadêmico e a idades dos editores da CI

Idade	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
DE 36 A 45 ANOS	0	0	2	5	3	10
DE 46 A 55 ANOS	0	1	1	5	1	8
DE 56 A 65 ANOS	0	0	1	3	2	6
MAIS DE 65 ANOS	0	0	0	6	1	7
TOTAL	0	1	4	19	7	31

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Quanto a pergunta relacionada à experiência como editor, obtivemos as seguintes revelações: Menos de cinco anos de experiência (25,8%). O percentual mais alto (42,0%) afirmou possuir entre 6 e 10 anos de atividades no cargo. A seguir, no intervalo entre 11 e 15 anos, 16,1%; entre 16 e 20 anos, 13,0%, de 21 a 25 anos, apenas um (3,2%). Nenhum dos Editores pesquisados possui mais de 25 anos de experiência no cargo.

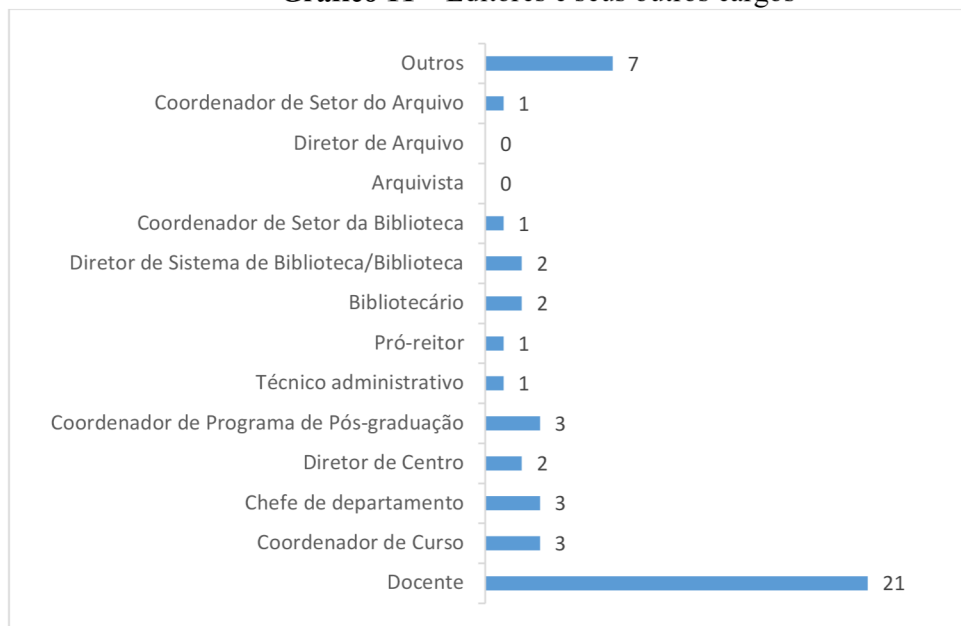
Percebemos, assim, que quanto mais anos de experiência, menor é o número de editores (Gráfico 10). Cruzando os dados do Gráfico 1 como Gráfico 10 é possível relacionar os anos de experiência como Editor com o crescimento exponencial do número de periódicos que se deu na última década (2010-2019).

Gráfico 10 - Anos de experiência como editores científicos na CI

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A última questão sobre o perfil acadêmico e profissional dos editores versou sobre a ocupação de outros cargos, além do de editor (Gráfico 11).

Sem exceção, todos os respondentes afirmaram ocupar outra atividade profissional, muitas vezes até mais de um cargo.

Gráfico 11 – Editores e seus outros cargos

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Os dados nos revelam que, dos 31 atores da pesquisa, 67,7%, ocupam o cargo de docentes, sendo que além de docentes, 14,3% atuam como Coordenador de curso, 14,3% como Chefe de departamento, 14,3% como Coordenador de Programa de Pós-graduação, 9,5% como Diretor de centro, 9,5% outros e 4,7% como Pró-reitor. Vimos, assim, que nenhum dos retratados atua exclusivamente como editor, uma vez que todos os 31 ocupam, no mínimo, outro cargo, para além de editor.

Segundo Silveira, Santos e Bueno (2020), o número crescente de periódicos se deu por meio das universidades, tendo os docentes a incumbência de exercer o papel de editor científico, agregada às suas atividades (pesquisa, ensino, extensão, administração, inovação).

Percebemos, ainda, editores com cargo/função em arquivo e bibliotecas. Apenas um, dos que marcou “outros” discriminou a atividade que exercia: Gestão/chefia de unidade vinculada à reitoria, para além de editor e de docente.

8.3 A ÓPTICA DOS EDITORES SOBRE O QUALIS PERIÓDICOS

A seção 2 do questionário versava sobre “**As recorrentes alterações nos critérios e parâmetros no sistema de avaliação Qualis periódicos**” e constava de cinco questões abertas sobre o processo gerencial, o planejamento para a gestão dos periódicos e a correlação destes com a avaliação e classificação do Qualis periódico da CAPES.

O sentido de planejamento utilizado para nortear a construção da questão nos faz refletir sobre as palavras de Maximiano (2004, p. 131), quando diz que o “Planejamento é o processo de tomar decisões sobre o futuro. As decisões que procuram, de alguma forma, influenciar o futuro, ou que serão colocadas em prática no futuro, são decisões de planejamento [...]”.

As respostas dos editores serão apresentadas por questão em quadros, as respostas com o destaque em itálico representam o texto igual as encontradas nos questionários, como uma citação direta, e as que estão em escritas sem nenhum destaque são como as citações indiretas uma interpretação das respostas dos editores.

O primeiro questionamento indagava:

Como é realizado o planejamento para serem executadas as atividades ao longo do quadriênio?

Publicação de números especiais, internacionalização para obter autores para publicação e membros para o corpo editorial; Adequação a critérios de determinada base de dados.

As respostas a esse questionamento estão descritas no Quadro 16

Quadro 16 - Respostas da 1ª questão da seção 2 do questionário

EDITORES	RESPOSTAS
1	<i>“Planejamento é debatido anualmente com projetos para curto, médio e longo prazos, visando aumentar público, atingir critérios da Capes e entrar em novos indexadores e bases”.</i>
2	<i>“Planejamos adequações de acordo com os critérios de bases indexadoras” “Temos “tentado” acompanhar as mudanças na avaliação da produção científica propostas pelo governo federal por meio da Capes”.</i>
3, 6, 8, 14, 20, 26, 28	Realizam o planejamento em reuniões da comissão científica e/ou conselho editorial
7, 13, 22, 27 30	Buscam a indexação dos periódicos relacionando-o a internacionalização
10	<i>“Internacionalização, nosso principal objetivo, e também obter grau máximo de qualificação”.</i>
12	<i>“A depender do projeto que está em desenvolvimento e das oportunidades que surgem”.</i>
16	<i>“O corpo editorial fixo acompanha o planejamento inicial quando da criação da revista, mas, após as mudanças sobre o Qualis e outras determinações debatidas no Seminário de Meio Termo da CAPES (2019), vimos convidando outras autoridades científicas a participar como membros do conselho editorial; novos pareceristas de área interdisciplinares; ampliação de parcerias internacionais; estudo sobre as novas tendências da editoração científica na América latina, Europa e EUA”.</i>
21	<i>“Quando há movimentação para número especial é feita conversa com a Diretoria e com votação em Assembleia para comunicar aos autores</i>

22	<i>“Desde o início da publicação temos buscado se adequar aos requisitos para indexação em bases de dados, mantidos os princípios editoriais das revistas”.</i>
25	<i>“Deste a implantação, o planejamento do periódico científico foi realizado buscando atender às boas práticas da produção e da comunicação técnico-científicas e aos critérios Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com alguns ajustes, considerando a condição de periódico recém implantado”.</i>
27	O planejamento é discutido sobre a “[...] internacionalização tanto para obter autores para publicação como membros para o corpo editorial, adequação a critérios de determinada base de dados[...]”.
31	<i>“O planejamento é feito seguindo as exigências da CAPES. A partir dos indicadores CAPES/Qualis observamos o número anterior e verificamos o que precisamos melhorar ou manter”.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

De acordo com os respondentes, o planejamento, a indexação e o Qualis periódicos constituem um processo fundamental no processo de avaliação. Nesse sentido, percebemos que alguns editores manifestam preocupações reais em se adequar ao processo de avaliação dos periódicos e sua consequente classificação no Qualis periódicos e se enquadrar nos critérios de indexação estipulados pelas bases de dados.

Aliás, a indexação merece toda a atenção dos editores, uma vez que a próxima avaliação (2017-2020), terá como base para a classificação os indicadores métricos *CiteScore*, Fator de Impacto e índice *h*, pertencentes respectivamente às bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*.

Outro fator de preocupação é a questão da internacionalização, principalmente quando se trata de periódicos mais recentes.

. O estímulo à internacionalização ocorre há tempos na academia, com o incentivo para publicar em outros idiomas, principalmente o inglês, considerado o “idioma da ciência”, para além da facilidade de indexação em bases de dados internacionais, que potencializam a circulação e acesso às pesquisas (BORINI; FERREIRA, 2015; FORTES, 2016).

Dessa forma, a preocupação dos editores em inserir a pauta da internacionalização dos periódicos é pertinente, levando em consideração o processo de avaliação do Qualis (2017-2020) cujo foco da avaliação se baseia na indexação nas três bases de dados acima mencionadas.

O termo internacionalização e suas variações, foram utilizadas 12 vezes

A segunda questão trata do acesso aos critérios e parâmetros de avaliação Qualis periódicos e se o acesso dos editores a esses documentos ocorre em tempo hábil com vistas ao planejamento.

A questão apresentava o seguinte enunciado:

O editor do periódico recebe os critérios e parâmetros que darão base para a avaliação da coordenação de área ou o acesso aos critérios só ocorre quando divulgado no site da CAPES? A antecedência ao acesso aos critérios e parâmetros é suficiente para adequar o planejamento do periódico para a avaliação?

No Quadro 17 encontram-se as respostas dos inquiridos.

Quadro 17 - Respostas à questão 2 da seção 2 do questionário

EDITORES	RESPOSTAS
1 e 8	Expressaram que o acesso é apenas quando divulgado no <i>site</i> da CAPES, o que ocorre junto ao relatório do Meio Termo ⁴⁵
5	Retrata que se adequa as diretrizes específicas da CAPES, e disse se enquadrar em indexadores de revistas nos quais pode ser aceito e divulgado
7	<i>“Só tenho conhecimento dos critérios e parâmetros quando publicado no site da CAPES. Considero muito importante ter o conhecimento com antecedência destes critérios, pois daria tempo de aplicar algumas das recomendações”.</i>
9 e 10	Retrataram que nos eventos promovidos pela CAPES e nos encontros de editores, são discutidos os critérios e parâmetros antes da divulgação oficial da CAPES.
9	<i>“Costuma circular informações acerca de parâmetros e critérios entre os membros da comunidade, antes de sua aprovação nas instâncias superiores da CAPES”.</i>
10	<i>“A política da CAPES sempre é divulgada em eventos. Nós, os editores, trocamos informações e compartilhamos notícias. Assim, os critérios podem ser seguidos e fazer debates para melhorias no Qualis e nas publicações científicas”.</i>
14	<i>“Não recebi os critérios e parâmetros que darão base para avaliação da coordenação de área da CAPES, creio que poderia ser antecipada a divulgação para que possamos adequar melhor o periódico às avaliações”.</i>
17	<i>“Procuramos fazer um trabalho de qualidade e nossos parâmetros são o bom senso, a preocupação com os leitores mais do que a Capes”.</i>
18	<i>“O trabalho do editor é sempre baseado no relatório do último triênio/quadriênio”.</i>
22	<i>“Os nossos dois periódicos não são orientados para cumprir os requisitos da CAPES”.</i>
30	Considera o período que os editores recebem os critérios e parâmetros de avaliação do Qualis periódico da CAPES, é suficiente para adequação e afirma que <i>“o periódico, independente disso [tempo], cumpra os requisitos”.</i>
3, 4, 6, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, e 31	Declararam que o acesso aos critérios e parâmetros de avaliação dos periódicos só ocorre quando são divulgados no <i>site</i> da instituição ⁴⁶

Fonte: dados da pesquisa (2021).

⁴⁵ Como o nome indica, esse relatório é divulgado após o segundo ano do quadriênio.

⁴⁶ Esses editores não complementaram a questão sobre se o tempo é suficiente para adequação aos critérios e parâmetros.

De acordo com as afirmativas de 23 respondentes (74%), o conhecimento e o acesso aos critérios e parâmetros de avaliação dos periódicos se dá por meio do *site* da CAPES. Interessante a observação de um dos atores, ao revelar que a divulgação ocorre junto ao relatório de Meio Termo. Supomos que não seja a época ideal, pois não há tempo suficiente para a adequação e planejamento e aplicação no periódico, a exemplo, indexação em bases de dados, que é um processo que dura no mínimo um ano.

Consideramos mais grave, ainda, quando se trata de novos periódicos, que para se enquadrar nos critérios e parâmetros demandam mais tempo. Portanto a divulgação tardia pode implicar na avaliação do periódico. Fato curioso é que, dos 31 editores, somente dois mencionaram ter acesso aos critérios antes da divulgação oficial. Poderíamos considerar “informação privilegiada”?

A seguir destacamos as falas que mais nos chamaram a atenção:

“Os nossos dois periódicos não são orientados para cumprir os requisitos da CAPES”.

“Procuramos fazer um trabalho de qualidade e nossos parâmetros são o bom senso, a preocupação com os leitores mais do que a Capes”.

As duas falas acima se encontram em total descompasso com toda a política da pós-graduação, seja na avaliação dos Programas, no item produção científica, seja nos documentos de área seja nos critérios Qualis periódicos etc.

“A política da CAPES sempre é divulgada em eventos. Nós, os editores, trocamos informações e compartilhamos notícias. Assim, os critérios podem ser seguidos e fazer debates para melhorias no Qualis e nas publicações científicas”.

“Costuma circular informações acerca de parâmetros e critérios entre os membros da comunidade, antes de sua aprovação nas instâncias superiores da CAPES”.

Quanto à questão da divulgação dos critérios, apenas dois se reportaram ao compartilhamento dessa informação em eventos e entre os membros da comunidade. Isso vem de encontro os que afirmaram 23 respondentes.

A questão 3 apresentava o seguinte questionamento:

Em todas as avaliações que ocorreram no período de 1998 até 2017 houve alterações em seus critérios e parâmetros. Isso afetou diretamente a atribuição do estrato Qualis do periódico que edita?

Essa questão considerava o percentual de doutores por volume/número publicado, o percentual de autores com vínculo internacional, o vínculo do periódico com o tipo de instituição, a indexação em base de dados, número de base de dados que o periódico deveria estar indexado, entre outros critérios...”.

Dentre as 31 respostas, 10 retrataram alterações, as quais tiveram consequências positivas para o periódico, conforme os editores 2, 4, 15, 19 e 31.

Junto ao relatório do Meio Termo, foi elaborada uma simulação sobre os resultados do Qualis periódico (2017-2020), a partir do novo formato (A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4). Isso confundiu alguns editores, que estão considerando essa parcial como vigente, a exemplo dos editores 15 19.

Os editores 22 e 25, passaram por apenas uma avaliação do Qualis Periódico, e relatam as dificuldades pelas quais passaram. O editor 25 detalha mais sua resposta, depois de expor que na primeira avaliação (2013-2016), não houve prejuízos, pois, o periódico era novo e não se tinha expectativa, mas para o novo processo (2017-2020), a perspectiva é de grandes impactos levando em consideração que o planejamento foi realizado com base na avaliação anterior.

Para os editores 5, 8, 11 e 16, as mudanças ocorridas nos processos de avaliação do Qualis periódico não causou impacto algum, pois os periódicos são novos e não passaram por nenhuma avaliação.

Na perspectiva dos editores, 1, 3, 6, 17, 18, 27, 28 e 29, as mudanças que ocorreram ao longo dos processos de avaliação lhes proporcionaram prejuízo, contudo não especificaram o tipo de prejuízo.

Os editores 9, 12, 14, 20 e 24, formularam suas respostas apenas com sim, o que não dá margem para inferir se as mudanças que afetaram os periódicos se enquadram em mudanças satisfatórias ou não (Quadro 18).

Quadro 18 - Respostas à questão 3 da seção 2 do questionário

EDITORES	RESPOSTAS
2, 4, 15	Dissertam que os periódicos no qual editam subiram de estratos com as alterações, deste modo, apresentando que as mudanças foram convertidas em resultados positivos.
3	<i>“Sim. Mudanças constantes na Capes afetam o planejamento e provocaram reestruturação na revista por duas ocasiões”.</i>
6	<i>“Incremento nos autores estrangeiros, ampliação da indexação por bases de dados, internacionalização do conselho editorial. Afetaram a classificação do periódico”.</i>
1, 18, 27, 28 e 29	As mudanças que ocorreram ao longo dos processos de avaliação do Qualis periódico da CAPES, lhe proporcionaram prejuízo

5, 8, 11 e 16	Não houve impacto algum as mudanças ocorridas nos processos de avaliação do Qualis periódico da CAPES, pois, os mesmos são novos e não passaram por nenhuma avaliação, estão em seu primeiro Quadriênio.
9, 12, 14, 20 e 24	Apenas responderam que sim
17	<i>“Percentual de autores com vínculo internacional”, que afetou diretamente a classificação”.</i>
19	<i>“Nossa avaliação foi progressiva, melhorando a cada ano. Hoje estamos no A3”.</i>
22	<i>“A primeira avaliação foi precária, pois a revista tinha apenas um ano de existência”.</i>
25	<i>“Há certa dificuldade em atender a determinados critérios recentemente estabelecidos”.</i>
31	<i>“Quando assumi como editor da [...] implementei mudanças importantes para o crescimento/Qualis do periódico, tais como: retirada de avaliadores que não tinham doutorado...tais mudanças tiveram como consequência a classificação do Qualis mais elevado”.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A questão 4 solicitava aos inquiridos que manifestassem suas perspectivas em relação à avaliação 2017-2020 e à indexação em bases de dados. Eis a pergunta:

Qual a sua perspectiva em relação aos critérios de avaliação a ser aplicado na avaliação do quadriênio (2017-2020)? O periódico no qual é editor é indexado nas bases de dados que vão basilar a avaliação (SCOPUS, Web of Science, Google Scholar)? Houve dificuldades no processo de indexação? Se sim, quais?

Alguns editores se mostraram bastante pessimistas em relação a avaliação 2017-2020 e manifestaram duras críticas às mudanças. Por outro lado, outros editores se mostraram entusiasmo, principalmente aqueles cujos periódicos já se encontram indexados nas bases de dados utilizadas como parâmetro para a avaliação.

O editor 1 relata as dificuldades no processo de indexação e afirma se tratar de um trabalho moroso, para além das dificuldades que enfrenta para se adequar aos critérios. O editor ainda se refere à questão de pessoal trabalhando na revista e as dificuldades de conciliar o tempo com outras atividades. A questão de ocupar outros cargos, além da atividade de editor, encontra-se detalhada no Gráfico 11.

Longo, demorado, cansativo, comunicação lenta, burocrático, foram os termos usados pelos Editores 2, 13 e 20 para descrever o processo de indexação dos periódicos nas bases de dados.

Esses entraves nos fazem recorrer aos ensinamentos de Faria e Meneghetti 2010), ao afirmarem que as organizações se utilizam da burocracia para o domínio intersubjetivo, por meio de normas, regras formas e procedimentos.

Em contrapartida, seis editores (1, 4, 5, 6, 12, 19) estão satisfeitos e confiantes com as mudanças no processo de avaliação. Afirmam que suas perspectivas são boas e esperam classificação nos melhores estratos. Os periódicos dos editores, 4, 6, e 19 estão indexados nas três bases de dados (*Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*) das quais serão utilizadas as métricas para a classificação do Qualis e o periódico do editor 12 está indexado em duas das bases (*Scopus* e *Google Scholar*). O editor 5, mostra-se confiante, apesar de não apresentar os benefícios para os novos periódicos (Quadro 19), dizendo que as alterações abriram oportunidades para os novos periódicos, apesar de não expressar quais são. Afirmam, ainda, que o periódico sob sua responsabilidade está indexado em bases de dados, diretórios e “repositórios institucionais”. A mesma expectativa apresenta o editor 7, dizendo-se esperançoso e aguardando a avaliação. Também afirma que o periódico está indexado no *Google Scholar* e em diretórios nacionais e internacionais, contudo não menciona quais.

Há que se destacar que no Relatório do Qualis Periódico: área 31: Comunicação e Informação do ano de 2019, as métricas primeiro consideradas são CiteScore (*Scopus*) e/ou Fator de impacto (*Web of Science*), consideradas hierarquicamente as mais importantes; na ausência destas, será verificado o índice *h5* (*Google Scholar*).

Os editores 8, 9, 15, 25, concordam que parte dos periódicos serão afetados na avaliação 2017-2020, e veem como uma penalidade aos periódicos novos a adoção desses novos critérios e parâmetros, como a exigência da internacionalização em um espaço tão efêmero.

Além das críticas, alguns editores se mostraram pessimistas em relação a avaliação do Qualis, tais como o 28 e o 30, que se mostram apreensivos frente ao cenário de incertezas, em relação a avaliação 2017-2020.

Diante dessas manifestações, percebemos a preocupação da maioria dos editores em relação aos vários critérios, como o alcance de citação, por meio das métricas em bases de dados, desconsiderando as especificidades que cada área do conhecimento (Quadro 19).

Quadro 19 - Respostas à questão 4 da seção 2 do questionário

EDITORES	RESPOSTAS
1	“[...] estava longe dessas bases, mas graças ao trabalho avançou bastante para adequação a elas. Foi um trabalho árduo e de médio prazo. Falta de pessoal é um limitador. A revista não tem pessoas trabalhando apenas nela, dividindo espaço com outras atividades [...]”,

2	<i>Os processos de adesão às bases indexadoras foram longos e cansativos. Muitos e-mails trocados e algumas informações desencontradas [...] a maior dificuldade foi obter esclarecimento sobre alguns critérios em função dessa comunicação demorada. Corroborando com as palavras do Editor 1, “um trabalho árduo”.</i>
4, 6, e 19	Suas perspectivas são boas e esperando os melhores estratos - estão indexados nas três bases de dados (<i>Web of Science</i> , <i>Scopus</i> e <i>Google Scholar</i>)
5	<i>“[...] abriu a oportunidade para muitas revistas criadas a partir de 2016, como é o nosso caso”.</i>
7	Se diz esperançoso e aguardando a avaliação, e também está indexado em 10 bases e diretórios nacionais e internacionais, e expõe que <i>“Até o momento fazemos parte do Google Acadêmico.</i>
8, 15, 25	Estes Editores apresentam que parte dos periódicos serão afetado no processo de avaliação do Qualis periódico da CAPES (2017-2020); Veem como uma penalidade aos periódicos novos a adoção a esses novos critérios e parâmetros, como a exigência da internacionalização
9	<i>“[...] a conjuntura atual da política científica e tecnológica do país é de restrição orçamentária e punição aos iniciantes. Nesta perspectiva, ao se utilizar de parâmetros internacionais para avaliação nacional dos periódicos, em larga escala e amplitude, acredito que parte significativa dos periódicos de nosso campo foram afetados”.</i>
13	<i>“A dificuldade é sempre relacionada a burocracia das etapas estabelecidas por esses indexadores, planilhas a serem preenchidas, tempo de avaliação etc...”.</i>
15	Acredito que tornarão a avaliação mais complexa e difícil para os editores, exigindo critérios como internacionalização que são praticamente inviáveis
16	<i>Não tivemos problemas [...] com as indexações, o problema das avaliações propostas é que elas ainda não podem ser aferidas quanto aos problemas que podem causar em periódicos de áreas historicamente vulneráveis e vulnerabilizadas por avaliações equivocadas e arbitrárias. A gente espera que, em tempos de complexidades e incertezas fenomenológicas desse mundo contemporâneo, as avaliações e os escrutínios sobre as produções dos periódicos não sejam feitas pelo critério até certo ponto simplista de que periódicos tradicionalmente bem avaliados sejam eternos em suas competências e os demais e devam estar sempre em processos aquém daqueles.</i>
20	<i>“A dificuldade é sempre relacionada a burocracia das etapas estabelecidas por esses indexadores, planilhas a serem preenchidas, tempo de avaliação etc...”.</i> <i>“Os processos de indexação são demorados [...]”.</i> <i>“Sem transparência, sem contar abertamente com a comunidade científica e ainda sem saber por que uma ferramenta avalia apenas as citações que aparecem na WoS [Web of Science], Scopus e o Google Scholar. Os periódicos devem estar indexados, para a coleta do suas métricas dentro das bases, que vão ser utilizados para a classificação dos periódicos e aplicação do Qualis”.</i>
28 e 30	Se mostram preocupados pelo cenário de incertezas, em relação a avaliação.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O enunciado da quinta e última questão desta seção provocou expectativas e opiniões em relação às exigências e mudanças decorrentes do processo de avaliação Qualis periódicos.

O que opina ao saber que em dezembro de 2019 a Capes, em publicação online, declarou que haverá novamente alterações no processo de avaliação quadrienal (2021-2024), quando o sistema de avaliação divulgado em julho do mesmo ano para avaliação quadrienal de (2017-2020) ainda nem foi aplicado para verificar a sua eficácia e qualidade, quanto ao processo de avaliação?

Os Editores 1, 2 e 14, afirmam que as constantes mudanças criam obstáculos para o planejamento de médio e longo prazo na busca de alcançar melhor classificação. Ademais, as mudanças não têm mais como foco a busca pela visibilidade e reconhecimento de qualidade.

Para os atores 5, 21 e 25 as mudanças são decorrentes da divulgação dos novos critérios e parâmetros, para inferir quanto tempo vão ter para se adequar.

Tempo, planejamento e mudanças retrata a preocupação dos editores, são palavras presentes nas falas dos respondentes.

Outro problema levantado é a publicação em outros idiomas, principalmente o inglês, com vistas à internacionalização, conforme apontam os atores 11 e 15. Borini e Ferreira (2015) e Fortes, (2016) referem a língua inglesa como a “língua da ciência” e alertam para a deficiência do ensino de idiomas em todo o território nacional, da educação básica até o ensino superior. Contudo devemos ter em mente que os editores, em sua maioria, são doutores, pesquisadores/docentes de cursos de pós-graduação, conhecedores e conscientes do volume da literatura publicada em inglês.

Outra crítica é sobre a definição dos critérios, visto que não há discussão em torno das peculiaridades das áreas do conhecimento. O papel dos editores é receber os critérios, aceitá-los e colocá-los em prática, sem nenhum tipo de argumentação. Não é um processo transparente, conforme expusemos na questão dois da seção quatro. Apenas dois editores afirmaram ter acesso aos critérios antes da divulgação. Questionamos como o processo pode ser considerado transparente, se apenas uma pequena parcela tem acesso à sua elaboração, e os demais ignoram.

Alguns editores se mostraram bastante pessimistas em relação às novas mudanças, relacionando-as ao desmonte da ciência no Brasil e se mostram preocupados com a gravidade das Ciências Humanas e Sociais tratadas “com requintes de crueldade e ira”, e classificam o Qualis periódicos como um método de classificação indecifrável.

O editor 19 considera “decepcionante” a divulgação do novo processo de avaliação (2021-2024) e complementa afirmando que os periódicos sobrevivem em função da boa vontade dos editores, que trabalham em prol da ciência. Esse editor ainda levanta a questão sobre os editais de financiamento, os quais exigem tanto quanto o processo de avaliação, sendo

os recursos destinados aos periódicos com as melhores classificações e as áreas do conhecimento já estão consolidadas.

Quadro 20 - Respostas à questão 5 da seção 2 do questionário

EDITORES	RESPOSTAS
1	<i>“Atrapalha o trabalho pois interfere no trabalho de médio e longo prazo. Impõe que constantemente se mude diretrizes de ação”.</i>
2	<i>“Acho que essas ações fragilizam o processo de divulgação do conhecimento científico, justamente por não nos dar a possibilidade de uma visão a longo prazo para planejamento”.</i>
5	<i>“É preocupante essa oscilação de postura de avaliações. Pois não sabemos quais os critérios que eles irão estabelecer. E quanto tempo para adequação das revistas a essas novas regras será dado”.</i>
12	<i>“Acho que basicamente faltou mais diálogo, transparência e planejamento das comissões levando em consideração discussão e peculiaridades de todas as áreas do conhecimento para estabelecer novos critérios de avaliação [...]”</i>
14	<i>“Demonstra uma falta de política de médio e longo prazo, o que prejudica de certa forma o desenvolvimento da revista”.</i> <i>“Por esta e outras razões é que temos nos baseado nos critérios dos indexadores que são mais perenes e tendem a melhorar a qualidade das revistas e não apenas nos critérios da CAPES”.</i>
15	<i>“[...] exigem que se publique em inglês, mas nossos autores não são nativos no idioma”.</i>
16	<i>“[...] a CAPES ratificou o que já desconfiávamos que estava prestes a acontecer. A verdade é que está em curso [...] um processo de desmonte da ciência no Brasil [...]”.</i>
18	<i>“Sou otimista e creio que é possível aprimorar a avaliação Qualis”.</i>
19	<i>“Esse processo está chocando todas as áreas, todos estão pavorosos com os novos rumos. Além de tudo, não se tem recursos suficientes para a sobrevivência dos periódicos, tendo alguns auxílios por parte de sua instituição, consegue sobreviver”.</i>
20	<i>“Lamentável de novo [a mudança]. Sem transparência, os editores não temos como saber o que fazer”.</i>
21	<i>“Considero fundamental que os critérios sejam colocados à disposição o quanto antes para que as revistas científicas possam se adequar e serem avaliadas com justiça e critérios claros e divulgados”.</i>
24	<i>“Vou procurar me inteirar mais”.</i> <i>“Vejo como positivas as mudanças que podem a vir a ocorrer”.</i>
25	<i>“[...] se for apenas ajustes do novo modelo, não vejo problema. Pelo contrário, será inclusive bem-vindas. Porém, tratando-se de grandes transformações implicará em maiores dificuldades, especialmente, para os periódicos novos que, certamente, estão fazendo um esforço para se adequar aos novos critérios e parâmetros [2017-2020] que brevemente estarão desatualizados”.</i> <i>“Penso que as mudanças que exigem tempo para implementação devem ser planejadas com cuidado e cobradas, conforme as condições de implementação em, pelo menos, médio prazo”.</i>
28, 29, 30 e 31	Destacaram as mudanças utilizando termos como perplexo, confuso, inquietação e não vejo como positivo

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Outros Editores como o 28, 29, 30 e 31, manifestam sua preocupação com as mudanças no processo de avaliação do Qualis periódicos, por meio de termos contundentes utilizados em suas respostas.

Em contrapartida, os editores 18 e 24, se mostraram otimistas, o Editor 18, afirma que o processo de avaliação vem sendo trabalhado pelos grupos de trabalho da CAPES, os quais tentam melhorar as formas de avaliação (Quadro 20).

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embasamento teórico desta pesquisa está intrinsicamente relacionado com o surgimento, estabelecimento e propagação dos periódicos científicos em âmbito internacional e nacional, com o papel histórico desempenhado pela CAPES em relação à institucionalização da pós-graduação no Brasil, e com o processo de avaliação a partir de 1998 quando foi concebido o Qualis Periódicos pautado em critérios quantitativos e sem representatividade equitativa para todas as áreas do conhecimento. Após três avaliações trienais os critérios foram alterados, visando equilíbrio entre as áreas do conhecimento, designando os coordenadores de área como responsáveis para inferir critérios e promover o sistema de avaliação.

Elencamos, no decorrer da pesquisa todas as etapas e alterações do Qualis periódicos; as mudanças de parâmetros e critérios que ocorreram ao longo dos anos foram todas consideradas; o processo de avaliação quadrienal dos periódicos que se avizinha para este ano de 2021, e que se refere à avaliação 2017-2020.

Pensou-se em promover a equidade no processo de avaliação, respeitando as individualidades das áreas do conhecimento, mas tal proposta volta-se para uma avaliação quantitativa, por meio de métricas utilizadas pelas bases de dados (*Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*), que certamente beneficiará a atribuição dos estratos Qualis das áreas das Ciências Naturais e da Terra, Ciências Exatas e da Ciências da Saúde, em detrimento daquelas que compõem o colégio de Ciências Sociais e Humanas.

Partindo da nossa questão problema, como enunciado:

Qual a ótica dos editores científicos, da área de Ciência da Informação, sobre os critérios de avaliação, Qualis-periódico?

Delineamos os nossos objetivos, geral e específicos, para poder responder à questão de investigação.

O nosso objetivo geral se propunha a **Analisar os critérios Qualis Periódicos sob a ótica dos editores científicos da área da Ciência da Informação.**

Para cumprir com esse objetivo geral, o desmembramos nos seguintes objetivos específicos:

a) mapear os periódicos brasileiros da área da Ciência da Informação.

Esse objetivo foi atingido em sua totalidade, permitindo identificar 52 periódicos, e mapeá-los vinculando-os à instituição responsável, o ISSN atribuído, o ano de criação, a periodicidade, o estrato Qualis da última avaliação e o *link* de acesso. Revelando ainda que:

O Sudeste é a região que concentra 21 dos 52 periódicos da CI, enquanto 19 títulos são provenientes da região nordeste. Outro dado relevante é que, dos nove estados que compõem essa região Nordeste, oito têm periódicos vinculados à área de Ciência da Informação, e os demais periódicos estão subdivididos nas regiões Sul com 7, Centro-oeste com 4, Norte não tem nenhum periódico na região e 1 como indefinido levando em consideração que ele não tem uma localização fixa.

O número de periódicos aumentou exponencialmente na última década, representando 48,08% dos periódicos vigentes da Ciência da Informação.

Quanto ao estrato Qualis, três periódicos são classificados como A2 e três como A1. O estrato B1 concentra 12 e o B5 13, e um outro dado relevante é que dos 7 periódicos classificados como sem qualis, 6 são periódicos que foram criados ou no último ano da Avaliação Qualis (2013-2016), ou depois, assim são periódicos novos que não participaram de nenhuma avaliação.

b) caracterizar o perfil dos editores desses periódicos.

Baseados nos documentos de área, nos relatórios de avaliação e nos demais documentos, elaboramos o questionário que foi aplicado aos editores dos periódicos da área da CI.

De acordo com as respostas, traçamos os perfis demográfico, acadêmico e profissional dos sujeitos, os quais nos trazem as seguintes revelações:

- 1) O sexo feminino representa 58,0% dos editores de periódicos na CI, o que corrobora com a afirmativa de Olinto (2006). A representatividade masculina alcança o patamar de 41,9%, uma diferença de 16%;
- 2) No tocante à faixa etária, identificamos que 32,2% dos editores se encontram no intervalo de 36 a 45 anos (este o maior índice), seguindo-se 25,8% na faixa de 46 a 55 anos, 19,3% entre 56 a 65 anos, aqueles com mais de 65 anos equivalem a 22,5%.
- 3) Os editores com a titulação de Doutor, complementada com o Pós-doutorado, são representados por 61,3% e 22,6%, respectivamente.
- 4) O maior percentual dos editores (41,9%) possui entre 6 a 10 anos de atividades no cargo de editor; com menos 5 anos, 25,8%. Interessante observar a relação inversa, pois quanto maior os anos de experiência, menor é o número de editores, ou seja:

aqueles que possuem de 11 a 15 anos, equivale a 16,1%; entre 16 a 20 anos, 13,0% e de 21 a 25 anos identificamos um único editor (3,22%). Nenhum dos editores possui mais de 25 anos de experiência.

- 5) Dos 31 editores, 67,7%, ocupam cargo de docentes nas instituições em que atuam. 14,2% são Coordenadores de Curso, 14,2% são Chefes de Departamento, 14,2% são Coordenadores de Programa de Pós-Graduação, 9,5% são Diretores de Centro, 9,52% outros e 4,7% atuam como Pró-Reitores.

c) Conhecer a percepção dos editores acerca dos critérios e parâmetros do Qualis periódicos.

No contexto das respostas dissertativas, percebemos que alguns editores buscam uma avaliação equitativa, conforme as individualidades de cada área do conhecimento. Também que a elaboração dos critérios e parâmetros de avaliação até a sua aplicação seja mais transparente com divulgação antecipada.

O planejamento foi o foco da primeira pergunta. Entretanto o tema apareceu nas respostas a outras questões. Os respondentes expuseram que o planejamento ocorre em conjunto com a equipe editorial; alguns só se reúnem quando necessário; outros têm encontros anuais, e outros não veem necessidade devido ao engajamento da equipe.

A questão da indexação e da internacionalização e suas variações foram utilizadas com bastante frequência. A busca por maior de visibilidade, muitas vezes ocorre por meio da indexação em bases de dados. Em relação ao planejamento, verificamos que inexistia uma pauta a ser seguida, cada um age de acordo com o que percebe ser necessário.

Sobre a divulgação dos critérios e parâmetros da CAPES, e se o período entre a divulgação e avaliação é suficiente, a maioria não respondeu por completo o enunciado. Apenas dois editores afirmaram ter acesso aos critérios e parâmetros antes de sua divulgação no *site*. Levantamos a questão de que isso pode ser denominada “Informação Privilegiada” uma vez que alguns editores não têm conhecimento dessa informação, causando desvantagem entre os demais.

A terceira questão retrata as mudanças decorrentes das constantes alterações nos critérios Qualis de avaliação. Considerando as mudanças, observamos de acordo com as respostas que haverá sempre editores que serão beneficiados e outras não. Dentre os fatores que podem influenciar, percebemos que 10 editores relatam que foram beneficiados com as mudanças, oito têm seus periódicos classificados nos três estratos mais elevados. Ademais, os periódicos, segundo os editores, surgiram antes do ano de 2010, e assim já participaram, no

mínimo, duas avaliações do Qualis. Outros editores relataram prejuízo, como a questão de internacionalização, a captação de autores e de membros do corpo editorial estrangeiros. Bem assim a indexação em bases de dados internacionais.

A quarta questão dissertativa indaga sobre a perspectiva dos editores em relação a avaliação Quadrienal da CAPES, e sobre os critérios e parâmetros a serem aplicados no Qualis periódicos.

Os editores que se mostram confiantes e com boas perspectivas em relação ao processo de avaliação, são os que estão indexados nas bases de dados supracitadas no processo de avaliação (2017-2020), (*Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*). Os Editores descontentes e com críticas ao processo, têm um olhar de incertezas sobre as mudanças, e preveem um cenário sombrio com possíveis prejuízos a uma gama de periódicos da área de Ciência da Informação, principalmente os criados recentemente.

Para entender a óptica dos editores sobre o cenário atual e as mudanças que se anunciam para o Qualis periódico (2021-2024), foi elaborado a quinta e última questão da quarta seção do questionário. Diante desse questionamento os editores se mostraram apreensivos, com as mudanças com base em um planejamento de médio e longo prazo.

Os editores trouxeram outros assuntos anteriormente abortados, como a preocupação de um planejamento de médio e longo prazo, a imposição de uma internacionalização rápida, e a indexação em bases de dados internacionais, para obtenção de métricas em um período de um ano e meio.

Percebemos ao longo das respostas um cenário de incertezas, de decisões individuais, da falta de padronização. Note-se que alguns editores afirmam não segue ou não tem como prioridade os critérios Qualis de avaliação e estão procurando se adequar à bases de dados, nas quais há uma gama de opções, além das três (*Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*) citadas no processo de avaliação (2017-2020).

Ainda nesta questão, os editores citaram algumas bases de dados brasileiras e latino-americanas, nas quais os periódicos são indexados, e que acreditam na sua relevância para a área de Ciência da Informação.

Deste modo conclui-se que bases de dados são deveras importantes na Comunicação Científica, independente da área do conhecimento. Entretanto é preciso considerar que o Brasil desenvolve junto ao processo de avaliação dos programas de pós-graduação a avaliação dos periódicos, e que esse processo deve receber atenção e representação dos editores, pois nem todos os coordenadores de área são editores para compreender o processo.

Os resultados indicam que não há consenso entre os atores da pesquisa sobre o processo de avaliação do Qualis periódicos. Alguns demonstraram não concordar com as mudanças que estão em curso. Os que seguiram discordam com essas mudanças são os editores que em suma foram prejudicados pelas mudanças e/ou que apresentam uma visão mais ampla sobre o prejuízo que as mudanças podem acarretar a diversas áreas do conhecimento. Por outro lado, os que concordam com as mudanças e não as vê como prejudicial, são os editores dos periódicos já consolidados e indexados em bases de dados internacionais, consequentemente com estratos de Qualis mais elevados.

O que foi amplamente demonstrado foi a preocupação com o planejamento de médio e longo prazo, apesar de não ser unânime, os editores têm uma óptica que é preciso de tempo para se planejar e conseguir alcançar estratificações mais elevadas, para obter reconhecimento e destaque dentro da área.

Assim sendo, os editores dos periódicos que busque alcançar qualidade devem planejar e se enquadrar nos novos critérios de avaliação. Consequentemente, os editores precisam se atualizar, conhecer e pôr em prática as recomendações a fim de galgar estratégias para alcançar a indexação nas bases de dados utilizadas para classificação e qualificação. Os editores deveriam se unir, construindo uma rede de apoio para crescimento da área em busca das melhores classificações, bem como uma base para reivindicações de um processo de avaliação que respeite as particularidades das áreas do conhecimento, tonando junto e isonômico o processo de avaliação do Qualis periódico.

Concluímos afirmando que nesta pesquisa os objetivos propostos foram alcançados e que a pergunta de investigação foi satisfatoriamente respondida. Os resultados são retratam para os editores da área a óptica dos seus colegas, que enfrentam desafios, dificuldades, inseguranças e responsabilidades inerentes ao cargo que ocupam.

Assim sugerimos como futuras pesquisas que venham a complementar este trabalho:

- a) Com os resultados da avaliação Quadrienal do (2016-2020), que deve ser divulgado em 2021, vale voltar novamente os olhos aos editores científicos, para identificar as suas perspectivas sobre o processo de avaliação, e se consideram satisfatórios os resultados obtidos;
- b) Investigar os Editores científicos, em uma perspectiva de um profissional multitarefas. Como observado na pesquisa, todos os editores afirmaram ocupar outra atividade profissional, muitas vezes até mais de um cargo para além de editor, deste

modo o objetivo da pesquisa é identificar como ocorre esse processo de organização de tarefas e de prioridades.

- c) Com essa alteração constante nos critérios do Qualis dos periódicos, verificar, a partir da óptica dos alunos dos cursos de Pós-graduação em Ciência da informação, se eles se sentem afetados com as suas publicações;
- d) Avaliar o uso das redes sociais dos periódicos como um meio de divulgação e comunicação científica.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA HOYOS, L. E. **Colégios invisíveis**: uma nova alternativa para o problema de informação técnico científica. Brasília, DF, EMBRAPA-DIO, 1980.
- ADLER, R.; EWING, J.; TAYLOR, P. Citation Statistics. **Statistical Science**, v. 24, n.1, p.1-14, 2009.
- ALMEIDA, C. C.; GRÁCIO, M. C. C. O fator de impacto e as boas práticas de avaliação científica. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. 1, p. 138-152, 2020.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
- ARAÚJO, E. A. de. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de organizações não governamentais/ONGs brasileiras. 1998, 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1998.
- ARELLANO, M. A. M.; LEITE, F. C. L.; MORENO, F. P.; BARRADAS, M. M. **Guia de fontes de informação para editores de periódicos científicos**. Brasília: Dreams Gráfica e Editora, 2007.
- ARELLANO, M. A. M. **Critérios para a Preservação Digital da Informação Científica**. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- AUTRAN, M. M. M. **Comunicação da ciência, produção científica e rede de colaboração acadêmica**: análise dos Programas brasileiros de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Porto: Universidade do Porto Faculdade de Letras, 2015. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação) - Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Universidade do Porto Faculdade de Letras do Porto, 2015.
- BARATA, R. B. A. ABRASCO e a pós-graduação stricto sensu em Saúde Coletiva. In: LIMA, N. T.; SANTANA, J. P.; PAIVA, C. H. A. (Eds.) **Saúde Coletiva**: a ABRASCO em 35 anos de história. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 2015.
- BARATA, R. C. B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13 - 40, jan./abr. 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BARROS; M. V. G.; ROMBALDI, A. J.; BORGES T. T.; FLORINDO, A. A. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde: experiências e processos editoriais. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, v. 36, n. 4, out./dez., 2014.
- BEIRA, E. Inovação e concorrência em serviços de informação acadêmica: de eugene garfield ao google scholar. **Encontros Bibli**, n. esp., p. 132-163, 2010.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. Berlim, Alemanha, out, 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration> . Acesso em: 21 fev. 2020.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. Maryland, Estados Unidos, jun. 2003. Disponível em: <https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm> . Acesso em: 21 fev. 2020.

BJÖRK, B. C. Open access to scientific publications: an analysis of the barriers to change? **Information Research**, v. 9, n. 2, 2004.

BJÖRK, B. C. A Model of Scientific Communication as a Global Distributed Information System. **Information Research**, v. 12, n. 2, 2007

BORGMAN, Christine L. **Big data, little data, no data: Scholarship in the networked world**. New York: MIT press, 2015.

BORINI, F. M.; FERREIRA, J. Internacionalização de periódicos científicos brasileiros: estudo de caso à luz da teoria de redes e da teoria institucional. **RIAE**, v. 14, n. 4., out./dez., 2015.

BOUCHERIE, S. **Elsevier releases 2018 CiteScore™ values**. 2019. Disponível em: <https://www.elsevier.com/about/press-releases/science-and-technology/elsevier-releases-2018-citescore-values> Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951**. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Lex: Coletânea de Legislação, Edição Federal, p. 324, 1951.

BRASIL. **Decreto no 50.737, de 07 de junho de 1961**. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo Decreto no 29.741, de 11 de julho de 1951. Lex: Coletânea de Legislação, Edição Federal, p. 596, 1961.

BRASIL. **Decreto nº 74.299, de 18 de julho de 1974**. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação, Edição Federal, p. 8133, 1974.

BRASIL. **Publicações oficiais brasileiras: guia para editoração**. Elaboração Adelaide Ramos e Côrte. Brasília, 2010.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Budapest, Hungria, fev. 2002. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml> . Acesso em: 15 fev. 2020.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-214, dez. 2012.

BURKE, P. Erasmus and the republic of letters. **European Review**, v.7, n.1, p.5-17, 1999.

CAMARGO, J. R. F.; HAYASHI, M. C. P. I. Coautoria e participação feminina em periódicos Brasileiros da área de cirurgia: Estudo bibliométrico **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação** Campinas, SPv.15n.1p. 148-170, jan./abr.2017.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, 2006.

CAPES, Capes lança Plataforma Sucupira para gestão da pós-graduação (2014). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/6810-capes-lanca-plataforma-sucupira-para-gestao-da-pos-graduacao> . Acesso em: 25 mar. 2020

CAPES. **Ficha de Avaliação**: Grupo de Trabalho. Brasília: CAPES, 2019.

CAPES. **Classificação da produção intelectual**. 2017. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual> . Acesso em: 23 maio 2019.

CAPES. Seis décadas de evolução e pós-graduação. **CAPES 60 anos: Revista Comemorativa**, Brasília, n. esp. Jul, 2011.

CAPES. **DOCUMENTO DE ÁREA 2001**: Comunicação e Ciência da Informação. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2000_031_Doc_Area.pdf . Acesso em: 2 abr. 2020.

CAPES. **DOCUMENTO DE ÁREA**: Comunicação e Ciência da Informação. 2004. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/2003_031_Doc_Area.pdf . Acesso em: 2 abr. 2020.

CAPES. **Documento de Área 2004-2006**: Ciências Sociais Aplicadas I. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotriennial/doc_areas_triennial_2007/2007_Ciencias_Sociais_AplicI_Aval2004-2006.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/doc_areas_triennial_2007/2007_Ciencias_Sociais_AplicI_Aval2004-2006.pdf) . Acesso em: 3 abr. 2020.

CAPES, **Documento de Área 2009**: Ciência Sociais Aplicadas I. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SOC_APLIC_07mai10.pdf . Acesso em: 4 abr. 2020.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2007-2009**: trienal 2010: Ciência Sociais Aplicadas I. 2010. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-2010-CSA-I.pdf> . Acesso em: 4 abr. 2020.

CAPES. **Documento de Área 2013**: Ciência Sociais Aplicadas I. 2013a. Disponível em: <http://www.avaliacaotriennial2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao> . Acesso em: 7 abr. 2020.

CAPES. **Relatório de Avaliação 2010-2012**: trienal 2013: Ciência Sociais Aplicadas I. 2013b. Disponível em: <http://www.avaliacaotriennial2013.capes.gov.br/relatorios-de-avaliacao> . Acesso em: 7 abr. 2020.

CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017**: Comunicação e Informação. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Comunicacao-quadrienal.pdf> . Acesso em: 8 abr. 2020.

CAPLAN, P. Reference linking for journal articles: Promise, progress, and perils. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 1, n. 3, 2001.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução: Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COLLARO, A. C. **Produção gráfica**: arte e técnica na direção de arte. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil**: A report for CAPES by Clarivate Analytics. [s.l.] Clarivate Analytics, 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf> . Acesso: 20 nov. 2020.

COSTA, A. L. F.; YAMAMOTO, O. H. Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação qualis de psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 13-24, jan./mar. 2008.

CRUZ, A. A. A. C. *et al.*; Impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2003.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, G. A.; GARCIA, J. C. R. Revistas científicas: financiamento, recursos tecnológicos e custos. *In*: FERREIRA, S. M. P.; TARGINO, M. G. (Orgs.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Senac/ Cengage Learning. 2008.

DIAS, K. C. de O.; LIMA, F. R. A. de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em ciência da informação. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (EREBD), 15.; Juazeiro do Norte, 2012. **Anais** [...]. Juazeiro do Norte: UFC, 2012.

DECLARATION ON RESEARCH ASSESSMENT (DORA). San Francisco Declaration on Research Assessment. 2012. Disponível em: <http://www.ascb.org/files/SFDeclarationFINAL.pdf?x30490>. Acesso em: 30 set. 2020.

DOMINGUES, R. S. et al. Evolução histórica do Fator de Impacto (FI) na base *Web of Science* (WOS) dos periódicos do Brasil entre 2008 e 2018. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. esp., p. 1-9, 2020.

EISENSTEIN, E. **The printing press as an agent of change**: communications and cultural transformations in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

ESPÍRITO SANTO, P. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v.14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

FARIAS, M. G. G.; LIMA, J. S.; SANTOS, F. E. P. Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.28, n.2, p. 63-81, maio/ago. 2018.

FERREIRA, M. M.; MOREIRA, R. L. **Capes. 50 anos**: depoimento ao CPDOC/FGV. Brasília, 2002.

FJORDBACK SØNDERGAARD, T.; ANDERSEN, J.; HJØRLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information: revising and updating the UNISIST model. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 3, p. 278-320, 2003.

FONSECA, E. N. Bibliografia estatística e bibliometria: uma reivindicação de prioridades. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

FONSECA, E. N. A Bibliografia como Ciência: da Crítica Textual à Bibliometria. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 12, n. ½, p. 29-38, 1979.

FORTES, R. Política científica no Brasil: dilemas em torno da internacionalização e do inglês. **Interfaces Brasil/Canadá**, Canoas, v. 16, n. 1, p. 142-180, mar. 2016.

FREITAS, M. H. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

FROGERI, R. F.; MARTINS, A. de P.; MARIA, T.C.; FRAGA, R. M. O grupo de trabalho 4 do ENANCIB: uma análise bibliométrica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 2019 Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019.

GALLOTTI, M. M. C. **Práticas de Comunicação Científica de Doutorandos em Ciência da Informação no Espaço Ibérico e no Brasil**: Um estudo exploratório. 2017. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação) - Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Universidade do Porto Faculdade de Letras do Porto, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QtSTAG> . Acesso em: 15 de set. 2020.

GARCIA, J. B. A. A importância dos revisores *ad hoc*. **Rev. Dor**, São Paulo. V.15, n.4, out./dec., 2014.

GARFIELD, E. Journal impact factor: a brief review. **Canadian Medical Association Journal**, v. 161, n. 8, p. 979-980, Oct. 1999.

GARVEY, W.D.; GRIFFITH, B.C. Communication and information processing within scientific disciplines: Empirical findings for psychology. **Information Storage and Retrieval**, v. 8, p. 123-126, 1972.

GASPAR, P. J. **O Milénio de Gutenberg**: do desenvolvimento da Imprensa à popularização da Ciência. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Educação em Ciência) - Universidade de Aveiro, 2004. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/112/1/O%20Mil%20a%20n%20de%20Gutenber>

[g%20-do%20desenvolvimento%20da%20Imprensa%20%c3%a0.pdf](#) Acesso em: 15 de jan. 2020.

GIBBONS, M. *et al.* **The new production of knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: Sage, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, C. M. **Comunicação Científica**: alicerces, transformações e tendências. Covilhã, Portugal: Livros LabCom, 2013.

GOMES, V. P.; O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 147- 172, jul./jun. 2010.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23/24, n. 3, n.esp., 1999/2000.

GOUVÊA, F. C. F. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). **RBPB**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 373 - 397, julho de 2012.

GOUVÊA, F.; MENDONÇA, A. W. P. C. A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 111-132, jan/jun. 2006.

GUIMARÃES, L. V. de S.; DINIZ, E. H.; Gestão de periódicos científicos: estudo de casos em revistas da área de Administração. **R. Adm.**, São Paulo, v.49, n.3, p.449 461, jul./ago./set. 2014.

HICKS, D. et al. The Leiden Manifesto for research metrics. **Nature**, v. 520, n. 7548, p. 429-431, 2015.

HILÁRIO, C. M.; DELBIANCO, N. R.; GRÁCIO, M. C. C. Indicadores Cientométricos de impacto científico: um estudo comparativo entre a Plataforma Researchgate e a Base Scopus. In: Seminário em Ciência da Informação-SECIN. 8, 2019. Londrina. **Anais [...]**. Londrina, 2019.

HJØRLAND, B.; FJORDBACK SØNDERGAARD, T.; ANDERSEN, J. UNISIST Model and Knowledge Domains. In: DRAKE, M. A. (Org.). **Encyclopedia of library and information science**: First Update Supplement. New York: CRC Press, 2005. p. 129-135.

HURD, J. M. The Transformation of Scientific Communication: A Model for 2020. **Journal of the American Society for Information Science**. v. 51, n.14, p. 1279–1283, 2000.

HURD, J. M. Scientific Communication: New Roles and New Players. In Miller J. P. (Ed.), **Emerging Issues in the Electronic Environment**: Challenges for Librarians and Researchers in the Sciences. Binghamton, NY: Haworth Information Press, 2004, p. 5–22

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica**. 2005. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf> . Acesso em: 25 fev. 2020.

JAMES, C. *et al.* CiteScore metrics: Creating journal metrics from the *Scopus* citation index. **Learned Publishing**, v. 32, n. 4, p. 367-274, 2019.

KAPLAN, L; KILLOUGH, K; THOMAS, S. L. A 10 Year Collaboration—Still Going Strong, Ulrich's and ISSN, *The Serials Librarian*, v.62, n. 1-4, p. 151-154, 2012.

KAPLAN, N.; STORER, N. W. Scientific Communication. In: SILLS, D. L. (Org). **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan, v. 14, 1968, 112-117.

KNELLER, George Frederick. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Ed. Univ. S. Paulo, 1980.

KRZYŻANOWSKI, R. F.; FERREIRA, M. C. G. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 165-175, 1998.

KUENZER, A.; MORAES, M. Temas e tramas na pós-graduação em educação. **Educação & Sociedade**, [S.l.], v. 26, n. 93, p-1.341-1.362, 2005.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

KURY, L. A Ciência útil em O Patriota (Rio de Janeiro, 1813-1814). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 115-124, jul-dez 2011.

LANCASTER, F. W. Attitudes in Academia Toward Feasibility and Desirability of Networked Scholarly Publishing. **Library Trends**, v. 43, n. 4, p. 741-52, Spring, 1995.

LAWANI, S. M. Some bibliometric correlates of quality in research. **Scientometrics**, v. 9, p. 325-342, 1986.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, jan./abr. 2007

LEITE, J. P. O novo Qualis e a avaliação dos programas de pós-graduação na área médica: mitos e realidade [editorial]. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 103-105, 2010.

LEVACOV, M. Do Analógico ao Digital: a comunicação e a informação no final do milênio. In: LEVACOV, M *et al.* (Org). **Tendências da Comunicação**. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 12 –25.

MACIAS-CHAPULA, C. A.; O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, W. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** São Paulo: Editora Ática, 1996.

MARZIALE, M. H. P.; MENDES, I. A. C. O FATOR DE IMPACTO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.10, n.4 jul./ago. 2002.

MAXIMIANO, A. C. A. **Fundamentos de Administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica.** Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

McKIE, D. **The Rise of Scientific Societies and Periodicals.** Physics Education, 1966.

MEIRELLES, R. F. **Gestão do Processo Editorial Baseado no Modelo Acesso Aberto: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia –UFBA.** 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência.** São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.

MOMESSO, A. C.; NORONHA, D. P. Bibliométrie ou Bibliometrics: o que há por trás de um termo? **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, vol.22, n. 2, Abr./Jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362017000200118 Acesso em: 20 maio 2020.

MORITZ, G. de O.; MORITZ, M. O.; MELO, P. A. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 11, 2011, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2011.

MOROSINI, M. C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**, v. 1, n. 1, 2009.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. *In: CAMPELLO, B. S.; CÉNDON, B. V; KREMER, J. M. (Org.) Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

MUGNAINI, R. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional.** São Paulo, 2006. 253f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

NEVES, T. M. de O. A mulher e a comunicação científica: uma questão muito além do gênero *In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL.*, 5, Belo Horizonte, 2018. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2018.

NUNES, C. O. I. Leitura na idade média: a ruptura com a oralidade. **BIBLOS**, v. 21, p. 155-165, 2007.

OLIVEIRA, E. B. Produção científica nacional na área de geociências: análise de critérios de editoração, difusão e indexação em bases de dados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 34-42, maio/ago. 2005.

OLINTO, G. Equilíbrio de gênero em ciência y tecnologia y el sector público en Brasil. In: Congresso Ibero Americano de Ciência Tecnologia y Género, 6, 2006. Zaragoza. **Anais [...]** Zaragoza, 2006.

PINHEIRO, L. N. V. R.; BRÄSCHER, M.; BURNIER, S. Ciência da informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 23-75, 2005.

PINTO, A. L.; FAUSTO S. Revistas internacionais para a área de ciência da informação: outra visão além do sistema Qualis/Capes. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 17, n. 3, p. 23 – 48, set./dez. 2012.

POBLACIÓN, D. A. et al. Evolução do perfil do corpo docente dos programas de pós-graduação em ciência da informação. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), 8., 2004, Natal. **Anais [...]** Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

PORTO JR., F. G. R.; OLIVEIRA, E. S. Memória e Acesso Livre aos Periódicos Científicos: a Revista Observatório e as possibilidades de preservação da informação. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. Especial 1, p.403-425, maio. 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTA ANNA, J. Avaliação e Qualificação de Periódicos Científicos: uma Análise Do Qualis/Capes Nos Principais Periódicos Científicos De Ciência Da Informação No Brasil. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (SECIN), 7., 2017., Londrina. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107> . Acesso em: 29 mar. 2020.

SANTOS, R. N. M.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, Cientometria, Infometria: conceitos e aplicações. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.155-172, jan./dez. 2009.

SANTOS, S. M. **Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidades**: mapeamento das características. 2010. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunidade e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, S. M. dos; CALÒ, L. N. Gestão editorial: tendências e desafios na transição para a Ciência Aberta. In: SILVERO, L.; Silva, F. C. C. da. (Orgs) **Gestão Editorial de Periódicos Científicos**: tendências e boas práticas. Florianópolis: BU Publicações/UFSC, 2020. p. 17-56.

SARMENTO e SOUZA, M. F.; FORESTI, M. C. P. P.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da Informação em web site de periódico científico. **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v.5, n.2, p.87-105, jun. 2004

SENGUPTA, I. **Bibliometrics, informetrics, scientometrics and librametrics**: an overview. *Libri*, 42(2), 75-98, 1992.

SILVA, D. D.; GRÁCIO, M. C. C. índice h de hirsch: análise comparativa entre as bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e google acadêmico. **Em Questão**, v. 23, p. 196-212, 2017.

SILVEIRA, L. da; SANTOS, G. C.; BUERNO, C.O. de M. Dez boas práticas para portais de periódicos. In: SILVERO, L.; Silva, F. C. C. da. (Orgs) **Gestão Editorial de Periódicos Científicos**: tendências e boas práticas. Florianópolis: BU Publicações/UFSC, 2020. p. 169 - 194.

SIQUEIRA, Ciência da Informação: personagem da pós-modernidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.8, n.1, p. 14-33, jan./jul. 2012.

SOLLA PRICE, D. J. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

SOMA, N. Y.; ALVES, A. D.; YANESSE, H. H. O Qualis Periódicos e sua utilização nas avaliações. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 45 - 61, jan./abr. 2016.

SØNDERGAARD, T. F.; ANDERSEN, J.; HJØRLAND, B. Documents and the communication of scientific and scholarly information: Revising and updating the UNISIST mode. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 3, p. 278–320, 2003.

SPINAK, E.; PACKER, A. L. 350 anos de publicação científica: desde o “Journal des Sçavans” e “Philosophical Transactions” até o SciELO. **SciELO em Perspectiv**, 2015. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2015/03/05/350-anos-de-publicacao-cientifica-desde-o-journal-des-scavans-e-philosophical-transactions-ate-o-scielo/#.Ws9dRH9v IU> . Acessado em: 30 jan. 2020.

STREHL, L. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 1, p.19-27, jan./abr. 2005.

STUMPF, I. R. C. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v. 25, n. 3, 1996.

STUMPF, I. R. C. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 3, jan./jun, 1998.

TARGINO, M. G. **Comunicação científica**: o artigo de periódicos nas atividades de ensino, pesquisa do docente universitários brasileiro na pós-graduação. Brasília: UnB, 1998. Tese (Dourado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e documentação da Faculdade de Estudo Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 10 n.2 2000, n. 2, 2000.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. R. O editor e a revista científica: entre “o feijão e o sonho”. In: FERREIRA, S. M. P.; TARGINO, M. G. (Orgs.) **Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão**. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. p. 41-72.

TARGINO, M. G.; NEYRA, O. N. B. Dinâmica de apresentação de trabalhos em eventos científicos. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 16, n. 2, 2006.

VALÉRIO, P. M. **Espelho da Ciência**: avaliação do Programa Setorial de Publicação em Ciência e Tecnologia da FINEP. Brasília: FINEP, IBICT, 1994.

VASCONCELLOS, V. G. de. Editorial: A função do periódico científico e do editor para a produção do conhecimento no Direito e nas ciências criminais. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 3, n. 1, 2017.

VELLOSO, R. V. O ciberespaço como agora eletrônica na sociedade contemporânea. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 103-109, maio/ago. 2008.

WALTER, M. T. M. T.; EIRÃO, T. G.; REIS, L. A. **Regulamentos, orçamentos, etcétera**: miniguia. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

YAMAMOTO, O. H. As Responsabilidades do editor de um periódico científico [Editorial]. **Estudos em Psicologia**, Natal, v. 7, n. 1, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZIMAN, J. M. **Conhecimento Público**. EDUSP, 1979.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO



Sistema de avaliação Qualis Periódico

Questionário: Sistema de avaliação Qualis Periódico

Este Questionário tem como objetivo identificar o perfil profissional dos editores responsáveis pelos periódicos brasileiros da área de Ciência da Informação e compreender a sua ótica sobre a trajetória dos critérios Qualis Periódicos, aplicado no sistema de avaliação da CAPES.

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

Sua resposta

Nome *

Sua resposta

Próxima

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



Sistema de avaliação Qualis Periódico

Questionário: Sistema de avaliação Qualis Periódico

*Obrigatório

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Esperamos que, nesse momento da pandemia da COVID-19, você e seus familiares estejam bem de saúde. Você editor (a) está convidado a participar da pesquisa: "OS CRITÉRIOS QUALIS PERIÓDICOS SOB A ÓTICA DOS EDITORES CIENTÍFICOS BRASILEIROS: CONTRIBUIÇÕES APLICADA A ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO", desenvolvida pela mestranda pesquisadora Victória Lopes Felix, discente do mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. O objetivo deste questionário é analisar os critérios de avaliação do Qualis Periódicos sob a ótica dos editores científicos da área da Ciência da Informação. Deste modo convidamos você a responder este questionário com duração de aproximadamente 10 minutos. Você poderá contribuir muito para essa pesquisa como participante, compartilhando os seus conhecimentos e experiências em relação ao processo editorial e as implicações entorno da aplicação dos critérios de avaliação do Qualis periódicos. O participante tem liberdade de recusa e desistência do consentimento em qualquer fase da pesquisa, bem como terá garantido respeitado a privacidade da sua identidade de acordo com a CNS 466/2012, garantindo o sigilo tanto na defesa da dissertação, quanto em eventos e revistas científicas. Como benefício, você contribuirá para a produção de novos conhecimentos acerca do processo de avaliação nacional dos periódicos científicos da CAPES e suas implicações. Você não terá nenhum tipo de despesa e nem receberá nenhum apoio financeiro para participar desta pesquisa. Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa, entre em contato com a pesquisadora

Victória Lopes Felix, através do e-mail: victorialf95@gmail.com

Aceita participar dessa pesquisa? *

☐

Sim, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e aceito participar da pesquisa.

[Voltar](#)

[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



Sistema de avaliação Qualis Periódico

Questionário: Sistema de avaliação Qualis Periódico

*Obrigatório

AS RECORRENTES ALTERAÇÕES NOS CRITÉRIOS E PARÂMETROS NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO QUALIS PERIÓDICO

Como é realizado o planejamento para serem executadas as atividades ao longo do quadriênio? *

Publicação de números especiais, internacionalização tanto para obter autores para publicação como membros para o corpo editorial, adequação a critérios de determinada base de dados, etc.

Sua resposta

O editor do periódico recebe os critérios e parâmetros que darão base para a avaliação da coordenação de área da CAPES ou o acesso aos critérios só ocorre quando divulgado no site da CAPES? A antecedência no acesso aos critérios e parâmetros é suficiente para adequar o planejamento do periódico para a avaliação? *

Sua resposta

Em todas as avaliações que ocorreram no período de 1998 até 2017 houve alterações em seus critérios e parâmetros. Isso afetou diretamente a atribuição do estrato Qualis do periódico que edita? *

O percentual de doutores por volume/número publicado, o percentual de autores com vínculo internacional, filiação/vínculo do periódico do tipo de instituição específica, indexação em base de dados específica, número de base de dados no qual o periódico deveria estar indexado, entre outros critérios...

Sua resposta

Qual a sua perspectiva em relação aos critérios de avaliação a ser aplicado na avaliação do quadriênio (2017-2020)? O periódico no qual é editor é indexado nas bases de dados que vão basilar a avaliação (Scopus, Web of Science, Google Acadêmico)? Houve dificuldades no processo de indexação? Se sim, quais? *

Sua resposta

O que opina ao saber que em dezembro de 2019 a CAPES, em publicação online, declarou que haverá novamente alterações no processo de avaliação quadrienal(2021-2024), quando o sistema de avaliação divulgado em julho do mesmo ano para avaliação quadrienal de (2017-2020), ainda nem foi aplicado para verificar a sua eficácia e qualidade, quanto ao processo de avaliação? *

Sua resposta

[Voltar](#)

[Enviar](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



Sistema de avaliação Qualis Periódico

Questionário: Sistema de avaliação Qualis Periódico

*Obrigatório

PERFIL DOS EDITORES CIENTÍFICOS DOS PERIÓDICOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Sexo Biológico *

☐ Feminino
☐ Masculino
☐ Inter sexo
☐ Prefiro não dizer

Idade *

☐ Até 25 anos
☐ De 26 a 35 anos
☐ De 36 a 45 anos
☐ De 46 a 55 anos
☐ De 56 a 65 anos
☐ Mais de 65 anos

Grau acadêmico *

☐ Graduação
☐ Especialização
☐ Mestrado
☐ Doutorado
☐ Pós-doutorado

Formação acadêmica *

Ex.: Graduado em Biblioteconomia, Especialização em Gestão de dados, Mestrado em Linguística, Doutorado em Ciência da Informação, etc.

Sua resposta

Anos de experiência como editor de periódico *

☐ Menos de 5 anos
☐ De 5 a 10 anos
☐ De 11 a 15 anos
☐ De 16 a 20 anos
☐ De 21 a 25 anos
☐ Mais de 25 anos

Instituição filiada *

Caso seja mais de uma, especificar principal.

Sua resposta

Região do país na qual atua *

☐ Centro-oeste
☐ Nordeste
☐ Norte
☐ Sudeste
☐ Sul

Cargos/funções que ocupa na instituição *

Menciar, caso ocupe algum cargo/função além de editor de periódico

☐ Docente
☐ Coordenador de Curso
☐ Chefe de Departamento
☐ Diretor de Centro
☐ Coordenador de Programa de Pós-graduação
☐ Técnico administrativo
☐ Pró-reitor
☐ Bibliotecário
☐ Diretor de Sistema de Biblioteca/Biblioteca
☐ Coordenador de Setor da Biblioteca
☐ Arquivista
☐ Diretor de Arquivo
☐ Coordenador de Setor do Arquivo
☐ Outros...

[Voltar](#)
[Próxima](#)

Nunca envie senhas pelo Formulário Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Desconectar](#) [Ajuda](#) [Termos de Serviço](#) [Política de Privacidade](#)

Google Formulários